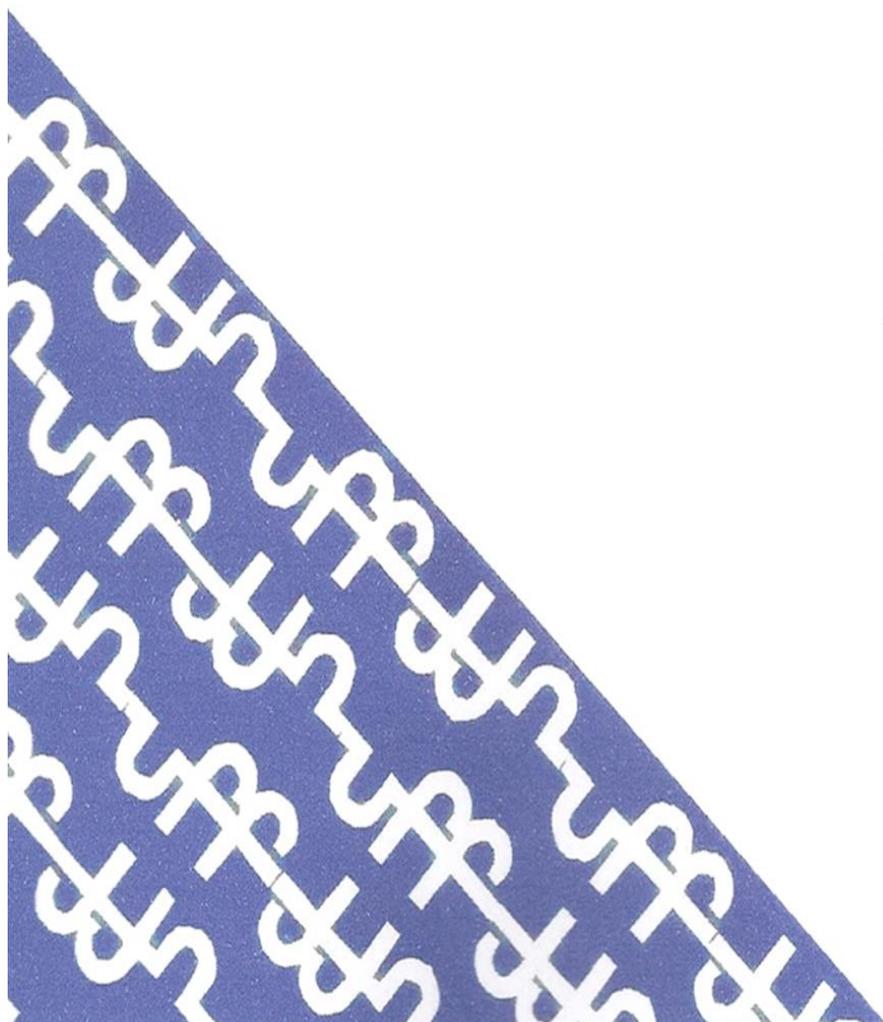


**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

TANIA MARA TRINDADE GONÇALVES

**O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina
de Privação de Liberdade do DEGASE**

ORIENTADORA: Prof.^a Rita de Cássia Santos Freitas



**NITERÓI, RJ
2021**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G635c Gonçaves, TANIA MARA TRINDADE
O CUIDADO COM AS MENINAS: : Um estudo a partir da Unidade Feminina de Privação de Liberdade do DEGASE / TANIA MARA TRINDADE Gonçaves ; RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS, orientador. Niterói, 2021.
140 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2021.m.83220747787>

1. CUIDADO. 2. SOCIOEDUCAÇÃO. 3. FAMÍLIA. 4. GÊNERO. 5. Produção intelectual. I. FREITAS, RITA DE CÁSSIA SANTOS, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina
de Privação de Liberdade do DEGASE**

TANIA MARA TRINDADE GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social.

NITERÓI, RJ

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina
de Privação de Liberdade do DEGASE**

APROVADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas
(Universidade Federal Fluminense - UFF - Orientadora)**

**Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros
(Universidade Federal Fluminense - UFF)**

**Prof.^o Dr. ^o Antônio Carlos de Oliveira
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio)**

**NITERÓI, RJ
2021**

Dedicatória

Ao meu pai, o grande incentivador dos meus estudos, da minha inserção no mundo do trabalho, da conquista da minha autonomia e independência...me preparou para a vida.... minha gratidão e amor eterno!

À minha mãe que nunca soltou a minha mão e que precisou muito dos meus cuidados durante esse período e mesmo diante de tantas adversidades cuidei com muito amor e dedicação. Ela não aguentou tantas perdas e o sofrimento com a sua ausência tem sido imenso. Ao mesmo tempo, me deu forças para seguir em frente.... minha gratidão e amor eterno!

AGRADECIMENTOS

Muito tenho a agradecer nesse momento de realização de mestrado, que devido a pandemia se estendeu por dois anos e meio. Foram momentos de tensões, inseguranças, expectativas, típicos de um período de crise sanitária, potencializado com o intenso estudo para alcançar essa meta de concluir o curso de mestrado iniciado no segundo semestre de 2019.

Pensei que esse era o momento certo para realizar o curso... eis que me deparei com muitas perdas e muitos medos precisei enfrentar. Concluindo esta etapa...nem sei como. Descobri um dispositivo interno que sustentou a minha determinação de concluir um sonho e não parar no meio do caminho.

A força e o apoio moral que recebi do meu marido Cláudio e da minha filha Allana foram fundamentais para seguir na meta de conquistar essa vaga na universidade para cursar o mestrado. Mas nenhum de nós tinha clareza do que enfrentaríamos pela frente...só vivendo...

Neste período Cláudio precisou realizar uma cirurgia de certa gravidade... e que bom que foi apenas um susto...ufa!! Foi quem mais sofreu com a minha ausência e agradeço ter compreendido o meu momento.

Allana colaborou em muito com os meus sufocos de entrega de trabalhos com assessoria de informática e inglês...quantas vezes perdi material e ela teve correr para localizar antes que a mãe infartasse... sempre dizia... vai descansar mãe...esse trabalho já está bom... quer um chá... um pãozinho ... e ainda com palavras positivas me ajudando a seguir em frente... nessa caminhada ela e Victor decidem viver juntos e seguem na organização da vida a dois e eu vou partilhando as suas conquistas e participando como é possível!! Victor sempre muito prestativo e atencioso! Muito obrigada filhos queridos!!! Ficando liberada para curtir essa fase mais que especial!!!

A minha ajudante fiel Vera Lúcia que não fazia barulho para não me acordar, pois sabia que tinha virado à noite no computador... que se desdobrou para que tudo desse certo... sem a qual tudo isso estaria sendo bem mais pesado! Muito obrigada Vera!

As minhas amigas-irmãs Ida Motta, Conceição Robaina, Bete Salvador e Sandra Venâncio que me ajudaram na construção do projeto de pesquisa para o processo de seleção e que me incentivaram a ingressar nessa loucura boa.

As amigas-irmãs Ida Motta e Sandra Venâncio que não me deixaram morrer na praia.... minhas revisoras preferidas... sem palavras para agradecer todo apoio e disponibilidade para atender aos meus gritos de socorro!!!

A minha amiga-comadre-irmã Ida Motta pelo acolhimento em todos os momentos que demandei colo. Em breve chegará a minha vez de retribuir todo esse carinho!

As Meninas, um grupo de amigas que fortalece uma à outra em qualquer momento das nossas vidas! Obrigada Nanci, Lucy, Perci, Rita, Márcia, Denise, Maria Helena, Valéria, Norma, Ângela, Cláudia!

A Diretora Livia Vidal da ESGSE/DEGASE, à equipe da Divisão de Serviço Social na pessoa da Diretora Verônica Valença, a equipe do DEPE, Christiane Zeitoune, Soraia Azevedo e Janaína Abdalla e a todos os colegas de trabalho pelo incentivo e compreensão da minha ausência formal para dar conta dessa tarefa final!

A todos os professores e funcionários da secretaria do curso de Pós-Graduação da UFF por esse período de informações, orientações e conhecimentos compartilhados!

As colegas de turma e de orientação Gabriela e Nathy por compartilhar as dificuldades e as loucuras deste período! Foi um prazer conhecer todos os colegas da UFF!

Ao estatístico José Nilton, o meu muito obrigada, pelas tabelas da pesquisa de famílias que o fiz produzir e que em muito me ajudaram neste trabalho!

A Professora Raquel Alves que juntamente com a Professora Rita Freitas ministraram uma disciplina onde fui estagiária docente, com quem tive o prazer de conviver e aprender muito sobre a temática da disciplina e da prática de docência. Foi um enorme aprendizado!

A banca de defesa de qualificação e de dissertação sempre à postos, com muito carinho e respeito ao processo de aprendizado e com contribuições e

orientações fundamentais na construção deste trabalho! Extremamente agradecida!

As professoras Rita e Nivia pelo incentivo a concorrer a uma vaga no curso da UFF e ao acolhimento nos vários momentos de dificuldade que enfrentei... e não foram poucos!! O meu muito obrigada!

A minha orientadora Professora Rita Freitas com as orientações mais que pertinentes, sempre me fazendo pensar e buscar melhorar na construção deste estudo. Meu agradecimento mais que especial!!

O meu muito obrigada a todas e todos!!

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os significados do cuidado para as adolescentes privadas de liberdade no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC/DEGASE, unidade de atendimento de internação provisória e internação como Medida Socioeducativa, no Estado do Rio de Janeiro, destinada à adolescentes do sexo feminino. O percurso metodológico consistiu no estudo bibliográfico, levantamento da documentação institucional (Prontuários de Atendimento Socioeducativo) e na realização de entrevistas semiestruturadas com as meninas privadas de liberdade. Neste sentido, foi construído um perfil sociodemográfico destas meninas, nos permitindo analisar e compreender os significados do cuidado nas suas histórias de vida e sua relação com o período de privação de liberdade. A dissertação, assim, versa sobre as condições de gênero no processo educativo e de proteção social do grupo familiar. As meninas relacionam as questões do cuidado, especialmente à afetividade e a necessidade de atenção que muitas vezes fica prejudicada pelas condições de vida das famílias e não conseguem identificar o Estado como uma instância de proteção social.

Palavras-Chave: Cuidado, Gênero, Feminismo, Socioeducação

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the meanings of care for adolescents deprived of liberty at the Professor Antônio Carlos Gomes da Costa Socio-Education Center – CENSE PACGC/DEGASE, care unit for provisional internment and internment as a Socio-educational Measure, in the State of Rio de Janeiro, aimed at female adolescents. The methodological approach consisted of a bibliographical study, interviews with girls deprived of liberty and a survey of institutional documentation (Socio-Educational Care Records). In this sense, a sociodemographic profile of these girls was built, allowing us to analyze and understand the meanings of care in their life stories and its relationship with the period of deprivation of freedom. It deals with gender conditions in the educational process and social protection of the family group. The girls relate issues of care, especially affection and the need for attention, which is often affected by the living conditions of the families. They do not identify their role in the field of social protection in the State.

Keywords: Care, Gender, Feminism, Socioeducation

LISTA DE SIGLAS

DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
CENSE PACGC	Centro de Socioeducação Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
CR3.2	Coordenação Regional de Assistência Social
7ª CDS	Coordenação de Desenvolvimento Social
MSE	Medida Socioeducativa
CRIAAD	Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Adolescente
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire
DEPE	Divisão de Estudos, Pesquisa e Estágio – ESGSE
LA	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
PSC	Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Ministério da Educação
ANIS	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
STF	Supremo Tribunal Federal
NUAF / DEGASE	Núcleo de Atendimento às Famílias
ONU	Organização das Nações Unidas
CEPEL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-estar do Menor
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
PBF	Programa Bolsa Família
PIA	Plano Individual de Atendimento
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
CSESO	Coordenação de Serviço Social - DEGASE
DSESO	Divisão de Serviço Social – DEGASE
PAS	Prontuário de Atendimento Socioeducativo
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
SL	Medida Socioeducativa de Semiliberdade
NUAF - DEGASE	Programa e o Núcleo de Atenção às Famílias
CF	Constituição Federal
ASCOM- DEGASE	Assessoria de Comunicação
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexo
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
RF	Responsáveis Familiares
EJLA – DEGASE	Escola João Luíz Alves
CAPSIs	Centros de Atenção Psicossocial Infantil
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária das meninas

Gráfico 2 - Renda das famílias das meninas em medidas socioeducativas

Gráfico 3 - Condição de trabalho dos responsáveis pelas meninas

Gráfico 4 - Escolaridade das meninas

Gráfico 5 - Tipo de Ato Infracional atribuído às meninas

Gráfico 6 - Responsável familiar pelas meninas

Gráfico 7 - Com quem moram as meninas

Gráfico 8 - Com quem moravam as meninas no momento da apreensão

Gráfico 9 - Condição de visita às meninas

Gráfico 10 - Familiar que visita às meninas

Gráfico 11 - Dificuldades em relação ao acompanhamento da MSE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – GÊNERO, CUIDADO E FAMÍLIA	29
1.1- <i>Gênero e cuidado</i>	29
1.1.1- <i>Sobre o cuidado e o feminino</i>	43
1.1.2- <i>O trabalho do care e as dimensões do cuidado</i>	46
1.2- <i>Famílias e Proteção Social</i>	55
CAPÍTULO II - A POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO, O DEGASE E O CENSE PACGC	71
2.1- <i>Proteção à criança e ao adolescente e Socioeducação</i>	71
2.2- <i>Conhecendo o DEGASE</i>	80
2.3- <i>Compreendendo o CENSE PACGC</i>	86
CAPÍTULO III – IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O CUIDADO: O OLHAR DAS MENINAS	92
3.1- <i>Preparando a entrada no campo</i>	92
3.1.1- <i>Iniciando a pesquisa de campo</i>	96
3.2- <i>O perfil das meninas</i>	98
3.2.1- <i>O perfil das meninas na unidade - CENSE PACGC</i>	100
3.2.2- <i>O perfil das meninas entrevistadas</i>	110
3.3- <i>As narrativas das meninas</i>	116
3.3.1- <i>O significado do cuidado para as meninas</i>	116
3.3.2- <i>Visão sobre o papel do Estado no cuidado</i>	118
3.3.3- <i>A referência de cuidado das meninas</i>	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	
ANEXOS:	
ANEXO I - Roteiro de Entrevista	

ANEXO II - *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

ANEXO III - *Termo de Assentimento Livre e Esclarecido*

ANEXO IV - *Dados Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE*

ANEXO V - *Roteiro para Pesquisa Documental*

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho foi construído a partir de um caminhar profissional, que perpassa o campo da Política de Assistência Social e o da Política Socioeducativa, atuando na gestão da Assistência Social e na intervenção direta nas duas políticas, o que se constituíram em fatores que motivaram a elaboração dessa pesquisa. Destacar alguns aspectos dessa trajetória e como eles se inter cruzam possibilita um olhar próprio sobre as adolescentes em privação de liberdade, mais especificamente, acerca da questão do cuidado a ela destinados, temática deste estudo.

Em relação à Política de Assistência Social, o trabalho foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em diversos territórios e áreas de atuação, no atendimento direto a crianças, jovens, idosos e suas famílias, tanto na Proteção Social Básica, quanto na Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

No nível local, a gestão desta política iniciou em 1994 e foi realizada durante sete anos na Coordenação Regional, à época CR3.2, que compreendia os territórios de Ramos, Ilha do Governador, Complexo da Penha, Complexo da Maré, Vigário Geral/Parada de Lucas e adjacências. Caracterizou-se pela participação no processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na esfera do município do Rio de Janeiro, na região mencionada.

No nível centralizado atuei no Programa de creches, no período 2001 - 2002. Cabe destacar que este programa inicialmente era de responsabilidade da Assistência Social, tendo sido transferido, posteriormente, por direito, para a Secretaria Municipal de Educação. Para tanto, foi montado um grupo de trabalho de transição do qual fiz parte da sua composição.

Em 2017, me aposentei dando por encerrada minha participação nesta política. Nesta época atuava na Coordenação de Desenvolvimento Social – 7ª CDS (responsável pelos territórios de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Pequena, Cidade de Deus, Curicica e adjacências), prestando assessoria e atuando como Técnica de Referência da Proteção Social Especial para os equipamentos deste território.

Na Política Socioeducativa ingressei em 1998, através de concurso público, passando a compor o quadro de servidores do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Inicialmente trabalhei na unidade de atendimento da Medida Socioeducativa (MSE) de semiliberdade, denominada Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Adolescente - CRIAAD, localizado no bairro de Santa Cruz, e, posteriormente, na unidade de Duque de Caxias.

Posteriormente, a atuação profissional também se deu na Unidade denominada “Projeto Nossa Casa”¹, responsável pelo atendimento a adolescentes, que faziam uso ou abuso de substâncias psicoativas e estavam em cumprimento de MSE nas diversas unidades do Estado, bem como com suas famílias, compondo uma das equipes de tratamento. Tratava-se de um espaço físico bastante acolhedor, que podia oferecer uma escuta diferenciada, pois o trabalho estava preservado das demandas imediatas do poder judiciário e do cotidiano institucional de privação de liberdade. A articulação com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos – SGD era de fundamental importância.

Com o encerramento das atividades do “Projeto Nossa Casa” cada equipe foi designada para uma unidade de privação de liberdade, inaugurando assim, o Núcleo de Saúde Mental em cada uma delas, responsável pelo atendimento das meninas que possuam algum indicativo de transtorno mental ou comprometimento com o uso ou abuso de substâncias psicoativas.

Foi nesse momento que se deu a minha inserção no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC (antigo Educandário Santos Dumont). Lá atuei no período de 2009 a 2013, compondo a equipe desse Núcleo de Saúde Mental. Essa experiência profissional nos colocou, no cotidiano do trabalho, frente a diversas questões de ordem social e de saúde extremamente difíceis e complexas. Como enfrentar tais desafios em uma instituição que, apesar da promulgação do Estatuto da

¹ Era uma casa composta de três quartos, sala, banheiro, cozinha, varanda e quintal, em que a própria equipe organizou para o formato de atendimento ambulatorial. Estabeleceu-se nesse espaço um trabalho em grupo, aberto a todas as famílias, com uma equipe multiprofissional, realizado aos sábados, onde elas estavam sempre presentes e verbalizavam a importância dele quando enfrentavam o cumprimento de MSE dos filhos ou outros membros da sua família.

Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, ainda carregava um histórico de violência? Diante disso, o investimento contínuo no processo de formação profissional foi fundamental para o enfrentamento dessas questões e para o exercício qualificado da prática profissional.

O trabalho concomitantemente nas duas políticas por 19 (dezenove) anos não proporcionou as condições concretas de realizar estudos, de modo mais aprofundado. Este interesse pelo campo da pesquisa partiu da aproximação profissional com a Política de Atendimento Socioeducativo no DEGASE (1998), onde componho o quadro atual de servidores, integrando, no momento, a equipe da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire – ESGSE, na Divisão de Estudos, Pesquisa e Estágio – DEPE. Esta divisão é responsável pelos estudos e pesquisas no DEGASE. Participar deste trabalho constitui, sem dúvidas, um importante incentivo ao aprofundamento profissional, que ora se realiza através do mestrado.

No que se refere ao atendimento de adolescentes, a quem se atribui autoria de atos infracionais, no estado do Rio de Janeiro, a instituição DEGASE executa as Medidas Socioeducativas de Internação – MSE- (privação de liberdade) e Semiliberdade (restrição de liberdade). Sob a responsabilidade do Município encontram-se as medidas de Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade, (PSC), através da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Um dos marcos legais do atendimento mencionado é a Lei N° 12.594, de 18/01/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, de modo a regulamentar o ECA no que diz respeito à aplicação das medidas socioeducativas. Desenhado por uma perspectiva de direitos humanos no âmbito das instituições de privação e restrição de liberdade, estabelece novos parâmetros e diretrizes para o atendimento socioeducativo.

Desta forma, o DEGASE passa a integrar o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o qual prevê uma articulação entre os diversos setores e políticas públicas que compõem esse sistema, visando ações que se proponham efetivas no atendimento das (os) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Para tal, se faz necessário dialogar com os representantes desse SGD (Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça,

dentre outros), o que inaugura um trabalho na perspectiva da intersectorialidade pela via institucional e não mais pelo conhecimento e contatos pessoais.

Em que pese os avanços no campo da concepção da política, observa-se a partir do fluxo de entradas de adolescentes no sistema e no cotidiano de trabalho um número de atendimentos que ultrapassa, na maior parte do tempo, a capacidade das unidades, ou seja, a superlotação é uma realidade a ser enfrentada no âmbito institucional. Esta situação confronta com o estabelecido pelo ECA (Lei Nº 8069, de 1990), que prevê como diretriz a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, como forma de garantir a convivência familiar e social. Enfatiza a internação como última medida a ser aplicada, com a maior brevidade possível. No entanto, decisões judiciais e apelos da sociedade para uma maior rigidez em relação ao processo de responsabilização destes adolescentes, acaba por fazer com que esta orientação não se efetive na prática (ANUNCIATA, 2005).

O CENSE PACGC é a única unidade que atende adolescentes do sexo feminino em cumprimento de Medida Socioeducativa - MSE de privação de liberdade (internação provisória e internação como MSE) no Estado do Rio de Janeiro. A partir da vivência no cotidiano desta instituição foi possível observar que as famílias destas meninas possuem traços comuns e dificuldades geradas pela precariedade de suas condições socioeconômica e expressão de pobreza.

Pesquisa realizada pelo DEGASE mostra que 45,19% das famílias atendidas estão inseridas num contexto de trabalhos precarizados e vinculadas ao mercado informal, e 84,2% possuem renda de até dois salários-mínimos (BARROS, 2020), confirmando um processo de exclusão social, onde a “[...] questão econômica é trazida como um determinante social avassalador na vida dessas pessoas. O acesso a bens, direitos e sobrevivência muito os limita em suas vidas” (BARROS, 2020, p. 54).

A precariedade das condições sociais destas adolescentes e suas famílias nos levaram a indagar sobre os efeitos dos cuidados no desenvolvimento destas adolescentes, bem como sua expressão no âmbito das instituições de medidas socioeducativas. Que relações de cuidado elas experimentaram no seu cotidiano no contexto familiar? Que significado tem para elas? Que problemas vivenciaram e vivenciam nesses espaços? Que efeitos

tiveram sobre seus cuidados? Quem desempenha este papel na família? Quem mantém este vínculo afetivo com as adolescentes durante o período de cumprimento da medida socioeducativa e atende as solicitações e orientações da equipe da unidade?

Nesses anos de intervenção profissional foi possível perceber nos momentos de visita às meninas, a preponderância das mulheres (mães, tias, avós) na realização deste contato. Dados do Levantamento Anual do SINASE 2017 identifica que 98% dos adolescentes em atendimento no país possuem como responsável a figura materna, sendo a mulher vista como a principal responsável pelos filhos. (IBGE,2017).

Esta naturalização da mulher como referência do cuidado e proteção, levou a questionamentos em relação à matricialidade sociofamiliar da política pública, tendo em vista que não é a família e sim a mulher quem assume, majoritariamente, este papel (CARLOTO, 2006).

Em consonância com esta perspectiva, os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, por exemplo, destinado às famílias em situação de pobreza, passaram a concentrar na mulher a titularidade do recebimento deste benefício. Se por um lado, isto possibilitou maior aproveitamento do gasto nas necessidades das famílias, por outro, acaba reforçando a exclusão do homem na possibilidade/responsabilidade de cuidado e proteção de sua família, no âmbito da PNAS.

É a partir das questões de gênero envolvidas no entrelaçamento do ato de cuidar e ser cuidada que pretendemos pensar sobre as condições de gênero no processo educativo e de proteção social do grupo familiar, especialmente quando vivenciam a privação da liberdade, como no Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC. A construção histórica e social no universo no qual as meninas estão inseridas serviu de fio condutor destas reflexões.

Nesta caminhada foi se tornando claro que era necessário compreender como as temáticas de gênero, cuidado e família estão sendo incorporadas nas políticas públicas. Na visão de Carloto (2006), para que as políticas públicas reduzam as desigualdades sociais e de gênero é necessário que os profissionais que trabalham com estas temáticas, participem da política pública

desde a sua formulação, contribuindo assim para que a política dialogue com a realidade das mulheres para os quais elas se destinam.

Nesta direção, o feminismo vem ocupando espaços e revolucionando os modos de pensar e de intervir nas produções científicas e na formulação de políticas públicas, questionando inclusive as relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais, ignorando as críticas que se evidenciam no cotidiano da luta política por igualdade de gênero. A experiência no trabalho com as meninas nos remete ao modo como se relacionam no interior da unidade com servidores, com as famílias nos momentos de visitas, e especialmente entre elas. São extremamente afetivas de um modo geral, e se apresentam de diferentes formas quanto a identidade e orientação sexual, e, em alguns momentos desafiando os padrões tidos como naturais.

Partir de uma epistemologia feminista na construção do cuidado destinado as meninas privadas de liberdade, pode contribuir para que elas e suas famílias compreendam a importância de viverem da maneira como se sintam com confortáveis, longe de discriminações e preconceitos, que afetam negativamente suas vidas, principalmente o sexual. Reconhece-se aqui o papel que as políticas públicas podem desempenhar no processo educativo desse público, de modo a favorecer relações familiares e afetivas sem a presença do componente dominação e violência, possibilitando reflexões que despertem a importância de focar em questões que acarretem mudanças na qualidade de vida.

Para tanto, um aspecto importante para alcançar os objetivos da pesquisa foi o de conhecer o perfil sociodemográfico das famílias destas meninas, como forma de compreender como este contexto interferiu nas suas histórias de vida e na sua relação com a privação da liberdade.

Um ponto importante a ser aprofundado nesta discussão diz respeito à perspectiva da interseccionalidade. Em que medida inserções sociais distintas interferem na dinâmica do cuidado e na compreensão dos seus significados? Essas são algumas das questões que nos mobiliza para realizar o estudo em pauta, embora sem a pretensão de responder a todas elas.

Neste caminhar é importante destacar a importância do feminismo negro. Como destaca Djamilia Ribeiro (2017) a incorporação desta perspectiva é

relevante na luta a favor dos grupos oprimidos que a academia e as instituições formuladoras e implementadoras de políticas públicas possam se posicionar por igualdade de condições e oportunidades. Para tanto enfatiza a necessidade de que a população não negra se solidarize com os grupos negros.

Ao demarcar o lugar de fala do feminismo negro buscou-se através da compreensão de fatos e acontecimentos que estavam velados no contexto hegemônico reconhecer que a inclusão da realidade das mulheres negras no movimento feminismo e seu ativismo foram fundamentais para o avanço das conquistas sociais destas mulheres.

Entende-se que o olhar, a partir das questões trazidas pelo feminismo negro poderá contribuir com os procedimentos metodológicos da presente pesquisa. Sua importância se dá na medida em que 76,2% das adolescentes atendidas no sistema socioeducativo se declararam pretas ou pardas (Mendes e Julião, 2018).

Com base no feminismo negro, entende-se que oportunizar as meninas em medidas socioeducativas relatar, pensar e refletir sobre as experiências vividas no processo de desenvolvimento delas até então, e articular essas histórias às experiências de vidas de sua família, poderá ser bastante produtivo no sentido de propiciar um despertar de suas potências. Nesta lógica é indispensável ouvir as adolescentes.

Tomar as adolescentes como sujeito e, ao mesmo tempo, objeto de análise constituiu um desafio para o desenvolvimento desta pesquisa. Seguindo entendimento de Louro (2003) a adoção da perspectiva feminista na pesquisa, procurando apreender falas que ficaram silenciadas ao longo do tempo, implica na compreensão de que a ciência não é imparcial, que ela se posiciona. São falas que desconstruem o caráter universal perpetrado pelo homem branco, hetero, ocidental (RIBEIRO, 2017).

A complementaridade e diversidade entre a reflexão e a militância, como nos ensina Santos (2006) provoca atos coletivos e a construção com rigor científico de forma dialética.

Em consonância com esta perspectiva, Ana Cristina Santos (2006) destaca a ciência – cidadã como aquela que possui condições de intervir na realidade e mudar o mundo, além de ser estratégica para os movimentos políticos. Djamilia

Ribeiro (2017) enfatiza a importância de se pronunciar raça, classe e gênero, enquanto opressões que expressam a desigualdade social, sem priorizar uma ou outra. E poderíamos acrescentar aqui outros marcadores sociais igualmente importantes, como a geração, sexualidade e a territorialidade, afinal não podemos esquecer que essas meninas pertencem a territórios extremamente vulnerabilizados. Este posicionamento é importante para captar a história de enfrentamento dessas opressões e evidenciar a sobrevivência e as estratégias de resistência.

Compreender o conceito de interseccionalidade desenvolvido por feministas negras proporciona a sua utilização enquanto um caminho analítico na construção do presente trabalho, tendo em vista a sua importância no entendimento de questões que envolvem o objeto de pesquisa e na possibilidade de construção de propostas de enfrentamento destas no âmbito das políticas públicas.

Para tanto, relacionar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas adolescentes atendidas na unidade feminina de internação é fundamental. Um número significativo de adolescentes negras, em situação de pobreza ou extrema pobreza, com baixa escolaridade, moradoras de periferia ou até mesmo em situação de rua, dentre outros reflexos da desigualdade social e da violência, caracterizam esse grupo de adolescentes.

São situações de grande complexidade, e conforme sinaliza Djamila Ribeiro (2017), está reservado às negras o lugar subalterno na sociedade. O racismo estruturou as relações sociais no Brasil e a história é determinante para compreensão da sociedade na atualidade. É através do auto exercício sobre o lugar que as mulheres ocupam na sociedade que a luta pela transformação da sociedade pode se potencializar (RIBEIRO, 2018).

O conceito de interseccionalidade² nos ajuda, também, a compreender outros eixos de subordinação relativos às condições de vida das meninas em

² A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

privação de liberdade. Ganha relevância neste sentido, a questão da pobreza, na qual estão inseridas suas famílias, geralmente chefiadas por mulheres, bem como o papel que elas desempenham na visita às adolescentes e no acompanhamento da Medida Socioeducativa. Em geral são as mães, tias, vizinhas que assumem esta responsabilidade. Embora se observe um aumento da presença masculina na instituição, este percentual é ainda muito pequeno.

Continuando, do ponto de vista metodológico, as contribuições de Patrícia Ketzer (2017) foram fundamentais. A partir de uma epistemologia feminista que privilegia formatos de construção de conhecimento que favoreça e dê visibilidade as potencialidades das mulheres, esta autora enfatiza a importância de se combater as diferentes formas de submissão feminina, destacando para tal, quatro características fundamentais que uma pesquisa nesta perspectiva deve ter: indagação crítica, a pesquisa de voz, a reflexividade e a ética do cuidado, descritas a seguir.

Destaca-se a importância da indagação crítica, como a primeira característica fundamental. Refletir sobre como se dão as relações de poder no cotidiano das adolescentes no âmbito das famílias, comunidade e sociedade, e, também, no âmbito institucional no período de internação; pensar as diferentes realidades que vão surgir a partir dos diversos contextos (sociais, políticos, econômicos) e ressaltar as desigualdades vividas (falta de acesso a bens, serviços, políticas públicas – muitas adolescentes e suas famílias acessam as políticas públicas após a sua inserção na Socioeducação), evitando assim a culpabilização das famílias atendidas.

A segunda característica refere-se a pesquisa de voz, pois, ouvir se constitui como fundamental na metodologia feminista. Ao ouvir as adolescentes e conhecer suas histórias, procuramos captar mais do que uma experiência individual, mas perceber como estas experiências representam a história de outras adolescentes e de suas famílias. Entende-se estar aqui a importância da escuta atenta.

Com isto, a terceira característica discute a reflexividade. Para tanto, foi necessário explicitar o meu lugar de fala, pois no processo de pesquisa não existe neutralidade (RIBEIRO, 2017). Foi enquanto pesquisadora do curso de

mestrado feminista, branca, antirracista, que procurei construir uma reflexividade sob as relações de poder que perpassam a vida destas meninas. De igual modo, me comprometi com a devolutiva dos resultados da pesquisa para a sociedade, pois como nos lembram (FREITAS; BARROS, 2018), este aspecto é fundamental na perspectiva da pesquisa ativista.

Outro aspecto importante deu-se pela necessidade de construção de uma relação pesquisadora/pesquisada comprometida com a ética do cuidado, onde a partir de uma relação não hierárquica busca-se valorizar e estimular a contribuição das adolescentes. Apesar de não termos experiências de vida tão semelhantes, foi possível, através da empatia, analisar os relatos, compreendê-los e buscar similaridades nas histórias, atentando para o fato de as identidades estão sempre em modificação.

A partir desses enfoques e características, este estudo, partiu da epistemologia feminista, e teve por base metodológica a pesquisa social, de natureza qualitativa e exploratória aproximando a pesquisadora com o espaço a ser pesquisado, com os sujeitos e com as questões que envolvem o cotidiano das adolescentes, interagindo com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Ser assistente social, servidora do DEGASE, me colocou frente a alguns desafios, uma vez que o campo de pesquisa já faz parte do cotidiano profissional. Neste sentido, desconstruir princípios e questões estabelecidas a priori foi um exercício fundamental no processo de entrada da pesquisa no campo.

A abordagem de natureza qualitativa foi escolhida por estar mais direcionada a especialização e a amplitude do conhecimento do que a critérios quantitativos, além de favorecer uma investigação do tema que, por enquanto, penso ser pouco explorado. Também é a mais indicada por proporcionar um acesso às histórias e significados de vidas femininas, como sinaliza Ketzer (2017).

Por fim, é preciso destacar que o tema em pauta nos remeteu a importância de que trabalhar com sujeitos e suas relações significa atentar para dados da historicidade, de valores e pensamentos que surgem deste convívio, reafirmando que é inviável ser imparcial neste processo (FERNANDES, 2017).

Do mesmo modo, a metodologia escolhida reafirmou as adolescentes atendidas no CENSE PACGC como protagonistas da pesquisa e a importância

da interdisciplinaridade, de práticas interseccionais e o envolvimento de diversos atores implicados no atendimento socioeducativo, para dar conta da complexidade da realidade destas meninas como menciona Rita Freitas e Nivia Barros (2018).

A pesquisa contemplou estratégias de revisão teórico-bibliográfica, de pesquisa documental nos prontuários, de modo a resgatar o histórico de cuidado destas meninas, bem como informações que nos possibilitasse a construção do seu perfil. Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujos roteiros encontram-se em anexo, valorizando assim, a fala das meninas. A revisão bibliográfica realizada buscou conhecer os estudos empreendidos a respeito dos significados do cuidado e as relações de gênero. Observou-se pouca produção no campo do cuidado relacionado ao objeto de estudo em questão, ou seja, o cuidado de meninas privadas de liberdade. Contudo, estudos que tratam de adolescentes, meninas e meninos em privação de liberdade, foram localizados, em diversos estados.

Em consulta realizada no Portal da CAPES foi possível localizar trabalhos sobre famílias, saúde mental, cuidados em saúde, relacionados à privação de liberdade. Ressalta-se que, estudos direcionados ao feminino no sistema socioeducativo tem se ampliado, através de pesquisas de mestrado e doutorado.

Em relação a temática do cuidado algumas contribuições, como os trabalhos de Thamires da Silva Ribeiro (2016) e Roberta Gonçalves (2017), que focaram sobre o cuidar em família e a relação entre o cuidado e a família, respectivamente; o estudo de Livia Rangel de Christo Nunes (2019) que relacionou o tema Punição e Cuidado: a interseção de duas ordens discursivas no exercício da maternagem em privação de liberdade, referente às mulheres no Sistema Prisional; a pesquisa de Luiza Bertrami D. Ângelo (2017) realizada na unidade de atendimento socioeducativo de internação feminina, no Rio de Janeiro, que discute Entre “sujeita-mulher” e “mulher de bandido”: produções de feminilidades em contexto de privação de liberdade.

Nesta direção, outras pesquisas foram desenvolvidas no Sistema Socioeducativo, seja com amplitude nacional ou estadual, como, por exemplo, Meninas Fora da Lei, desenvolvida pelo Instituto ANIS (2017); a Análise da

execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (2019-2020), através do Termo de Fomento com o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos e apoio do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente vinculado ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 10 cidades brasileiras incluindo a cidade do Rio de Janeiro. Teve como objetivo “construir subsídios e recomendações para a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em especial levando em consideração a diretriz sobre o respeito às diversidades” (STORNI e TOLEDO, 2021, p. 04).

Outra pesquisa significativa, foi “Famílias no DEGASE” (BARROS, 2020), realizada entre a instituição e a Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da UFF Niterói, realizada em todas as unidades de internação masculinas e femininas, onde foram levantados dados sobre o perfil das famílias atendidas no DEGASE. Como participante dessa pesquisa, essa dissertação dialoga em muito com os resultados encontrados e que nos ajudaram a melhor traçar o perfil dessas adolescentes e suas famílias e a identificar nas falas das famílias entrevistadas que há preocupação e cuidado com as meninas.

Em relação à pesquisa documental foi realizada consulta a documentação institucional (prontuários das adolescentes) buscando o que existia de informações sobre o histórico de cuidado e familiar visando identificar e construir um perfil destas, em termos das características sociodemográficas.

Com o levantamento realizado através da pesquisa documental foi possível obter informações mais objetivas acerca da realidade estudada. Esta estratégia foi importante na identificação de mudanças sociais ocorridas no âmbito da sociedade. Neste sentido, conforme aponta Gil (2008), o acesso a documentação institucional tratou de documentos de segunda mão, pois nos prontuários das meninas constam formulários e relatórios elaborados pela equipe técnica da unidade do DEGASE, além de instrumentos criados para levantamento da situação de cada menina em relação a sua história de vida até ingressar no Sistema Socioeducativo, que, de alguma forma já sofreram algum tipo de análise.

Visando um constante diálogo com os sujeitos da pesquisa, a técnica de entrevista semiestruturada para a coleta de dados foi considerada a mais indicada para alcançar os objetivos do presente estudo, estabelecendo uma relação respeitosa com as entrevistadas dando margem a informações que possam surgir para além das perguntas mais dirigidas (MINAYO, 2016).

A escolha da entrevista como uma das técnicas de coleta de dados deveu-se ao fato de ser a mais utilizada na investigação social, para temas de pesquisa relacionados a problemas humanos (GIL, 2008). Por outro lado, não podemos deixar de destacar que o relato oral, o trabalho com história oral é uma característica de muitos estudos feministas, exatamente por possibilitar ouvir as falas das mulheres (DJAMILA, 2017).

A partir da metodologia utilizada na pesquisa em tela pretende-se apresentar os eixos que constituíram o presente estudo.

No **Capítulo I** foi realizada uma abordagem teórica, a partir das referências bibliográficas, tratando sobre as temáticas de gênero, cuidado e família e como esses conceitos se relacionam entre si e fundamentam as vivências das meninas atendidas na Socioeducação.

Apresentamos no **Capítulo II** a Política de Socioeducação, o DEGASE e o CENSE PACGC enfatizando a Lei Nº 12.594, de 18/01/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE analisando suas contribuições e implicações no cotidiano institucional, além de sinalizar a sua importância para a construção de práticas voltadas para os direitos humanos. O capítulo buscou analisar como o DEGASE se insere no contexto da referida política.

Em relação ao **Capítulo III** foram registrados os caminhos percorridos no trabalho de campo e estudos e análises do material colhido nas entrevistas realizadas com as seis meninas internadas no CENSE PACGC e na documentação institucional (Prontuários de atendimento). Sendo assim, apresenta-se o perfil das meninas atendidas na unidade feminina dialogando com a pesquisa “Famílias no DEGASE” e a análise do material coletado. Refletimos sobre a compreensão das meninas sobre o significado do cuidado no seu desenvolvimento e na privação de liberdade; como a questão de gênero se expressa nesse processo, além de trazer análises sobre como essa política

pública encaminha essa temática no cotidiano institucional. Por fim, faremos alguns apontamentos nas considerações finais, ciente de que os estudos em torno desta temática merecem aprofundamento.

O produto deste processo é esta dissertação que será entregue na ESGSE Professor Paulo Freire como forma de devolutiva após defesa na universidade e acertos orientados pela banca. A contribuição deste estudo será divulgada, através de apresentação à equipe e as adolescentes da unidade pesquisada, e ainda à equipe da instituição DEGASE como um todo, através da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire, conforme apontam Rita Freitas e Nivia Barros (2018).

CAPÍTULO I – GÊNERO, CUIDADO E FAMÍLIA

A constituição deste capítulo se dá a partir de dois eixos principais, como ***Gênero e cuidado e Famílias e proteção social***, entendendo-os na dinâmica da sociedade.

Em relação ao primeiro eixo, ***Gênero e cuidado***, será abordado o conceito de gênero, a partir de Scott (2012), os significados e contextos que circundam tal temática, a partir dos sujeitos ativos nesse processo.

Abordará o feminismo e o ativismo de mulheres, negras, na sua relação com as questões de gênero e para a compreensão do cuidado e os elementos que perpassam o binarismo entre homens e mulheres, apontando para a importância de se considerar as dimensões de classe social, raça, gênero e sexualidade, sem hierarquizá-las.

Quanto ao tema da ***Família e proteção social***, será abordada as diversas formas de organização familiar, definindo o conceito de família a partir das redes de cuidado e proteção, além do conceito de “circulação de crianças” enquanto estratégia de sobrevivência na criação dos filhos nas camadas mais pobres da população, trazidas por Sarti (2015). Apresenta a discussão sobre as famílias das adolescentes privadas de liberdade do DEGASE, as quais são representadas, majoritariamente por mulheres, que acompanham suas filhas, netas, sobrinhas, enteadas, vizinhas, no período de cumprimento da Medida Socioeducativa, passando pela questão da proteção social e a desresponsabilização do Estado. Também traz contribuições em relação ao familismo e a desfamiliarização a partir de Teixeira e Campos (2010).

Entender o papel da mulher nas relações familiares e de cuidado e sua articulação com a feminização da pobreza será uma tônica, a partir de Carloto (2006). Pretende-se abordar ainda, a política para a família definida por Teixeira (2010).

1.1- Gênero e Cuidado

Trabalhar com as meninas privadas de liberdade no DEGASE, se constitui em grande desafio e significa confrontar nossos conceitos em relação às

questões de gênero, dando maior visibilidade a elas e respeitando suas particularidades e especificidades.

Scott (2012) trata sobre o conceito e o significado de gênero, visto que ele é extremamente utilizado, apresentando uma gama de informações fundamentais no enfrentamento do cotidiano. É uma categoria social de análise para se entender determinadas formas de relações e como elas se organizam, podendo indicar as construções sociais estabelecidas para mulheres e homens e a possibilidade de compreender as origens dos papéis por eles desempenhados socialmente. As referências biológicas e naturais podem diferenciar o feminino do masculino, mas, ao longo do tempo, a feminilidade é associada à fragilidade, cuidados com a casa, com os filhos e com a família de modo geral, ao mesmo tempo em que a masculinidade se reporta à força física, atividades externas à casa, valores construídos cultural e socialmente. Neste sentido, falar de gênero significa, contrariar a noção biológica e natural como causas das relações de subordinação estabelecidas.

A autora vai dizer que a palavra gênero foi assumindo significados diversos e provocativos, relativos a poder social, orientação sexual, diferenças biológicas, chegando a ser considerado um conceito polêmico em constante confronto de ideias, nos diversos cenários e contextos, se constituindo em permanente lugar de debate político e de disputa. Sendo assim, estudar gênero implica em se comprometer com os significados que ele contém e questioná-los em relação aos sujeitos estudados.

Nesse contexto, a autora considera importante entender que gênero é um instrumento para avaliar cientificamente as diferenças entre mulher e homem, feminino e masculino. Sendo assim, Joan Scott define gênero como:

Uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1990, p. 07).

Entendendo gênero enquanto uma categoria, a partir de Scott (1990), vai permitir a observação da realidade por uma outra perspectiva, relacionando as diferentes maneiras com que os corpos são tratados, pois gênero passa pelo corpo e tem a ver com a sexualidade. Nessa direção, as meninas a quem se atribui autoria de atos infracionais, contrariam a noção de feminino existente na

sociedade, como docilidade, maternidade acima de tudo, fragilidade, ingressando no mundo externo, pela via da infração. São meninas, acima de tudo mulheres, que já na luta por melhores condições de vida e espaço na sociedade, se colocam em situações de vulnerabilidade social, pois é a realidade que para ela se apresenta, nesse contexto de desigualdades sociais e de gênero em que se inserem, potencializados pelos elementos raça e sexualidade. São meninas, que com a força de uma mulher, recorrem a determinadas situações para garantir a proteção e o sustento de seus filhos e famílias, por exemplo. São meninas na construção do que é “tornar-se mulher”, uma das frases mais famosas de Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 1967, p.9).

A partir da sua internação no CENSE PACGC, seu/seu filho(a) fica sob a responsabilidade de outra mulher, geralmente sua mãe ou avó, realidade que se aproxima da circulação de crianças (FONSECA, 2002), como explicitado posteriormente. No Rio de Janeiro, 40% das meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, experimentam a maternidade³.

As meninas que são apreendidas por roubo e tráfico de drogas representam 2/3 das adolescentes privadas de liberdade. Apesar delas se constituírem em quantitativo muito menor que os meninos (96,7% de meninos e 3,3% de meninas)⁴, tem aumentado a participação delas no total de atendimentos socioeducativos em âmbito nacional. De 985 meninas no ano de 2013 passou para 1181 em 2014, segundo a mesma fonte de dados.

Entretanto, no Levantamento Anual do Sistema Socioeducativo, realizado no ano de 2017 e publicado apenas em 2019, foram identificados 26.109 (sendo 25.063 masculinos e 1046 femininas) adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo nacional, e demonstra que:

não houve alteração na proporção entre adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino em relação a 2015 – 2016, visto que o percentual de ambos foi de 4% de participação feminina no total de atendimentos socioeducativos. Em números absolutos houve um decréscimo de 1090 (2016) para 1046 (2017) de adolescentes/jovens do sexo feminino (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017, 2019, p. 36).

³ STORNI et al, 2021. Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras, IBAM - Relatório Executivo, março, 2021.

⁴ Mendes (2018).

Em relação ao Levantamento Anual SINASE 2020, publicado em 2021, houve muitas dificuldades para obtenção das respostas em decorrência da pandemia da COVID - 19, e no tocante às unidades femininas e mistas os dados informados foram considerados pouco satisfatórios. Em relação ao número de adolescentes por gênero, tipo de ato infracional, por exemplo, as informações foram inconsistentes (LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2020, 2021, p. 28). Quanto ao quantitativo de adolescentes em cumprimento de MSE no Brasil, no ano de 2020, foram identificados 46.193 conforme informações dos gestores estaduais.

Contudo, a pesquisa de Duarte (2018) vai demonstrar que a participação das meninas no tráfico de drogas se dá porque elas precisam de alguma renda e não por uma opção e muito menos porque moradoras de favelas e da periferia não se propõem a trabalhar, pois esta atividade, segundo o relato de uma menina entrevistada pela autora, é trabalho com horário, metas e responsabilidades, além de gerar renda que a permitia pagar uma pessoa para cuidar do filho e da irmã, condição difícil de obter com o trabalho formal. Contraditoriamente para algumas meninas, o tráfico acaba sendo um local que acolhe, entende e confere identidade, sendo, portanto, a saída das situações de violência que vivem no interior das famílias.

Na perspectiva de Scott (1997), gênero é também campo de estudo que permite analisar e verificar determinadas práticas e valores sociais, e que, muitas vezes provoca desigualdades de várias ordens e situações de violência. Desse modo, identifica-se a importância de entender este conceito para que seja possível compreender como e porque esses problemas ocorrem para que possa haver propostas de enfrentamento. Estudar e discutir sobre gênero nas escolas, por exemplo, é fundamental para a formação intelectual e cidadã. Favorecer o acesso a escolas com propostas de educação comprometidas com a cidadania poderia contribuir para proporcionar às meninas uma outra realidade. Este conceito favorece o entendimento do mundo em que se vive visando transformá-lo em um lugar melhor. Sendo assim, Scott (2012) ressalta a utilidade de se pensar sobre o conceito de gênero, pois, apesar de não se tratar de respostas fechadas e definidas, mostra uma diferença produzida no campo da

masculinidade e da feminilidade e se constitui como ferramenta para lidar com tais diferenças.

As feministas brasileiras começam a utilizar gênero enquanto conceito, já no final dos anos 1980. Durante vários períodos, a identidade das mulheres foi construída nos movimentos feministas, com base no “fundamentalismo biológico”, que se ampara nas características como o sofrimento no parto, a dor de perder um filho na guerra, dificultando a luta por igualdade entre homens e mulheres. Contudo, Medeiros (2012) enfatiza que essa desigualdade entre homens e mulheres não é natural como querem demonstrar os setores hegemônicos, havendo, portanto, a possibilidade de transformação dessa realidade desigual.

Para Scott (2012) os corpos das mulheres não definem o gênero, mas as disputas políticas em torno deste conceito, se constitui em espaços de resistência e luta no âmbito das relações e estruturas sociais.

Nesta perspectiva, Scott (1997) destaca a importância de desmontar uma concepção produzida ao longo dos tempos, nas sociedades, de que homem e mulher estão em oposição e sempre numa relação de dominação, defendendo que esse binarismo seja derrubado, dando lugar a construção de diferentes formas de masculinidade e feminilidade, de modo que possam ser acolhidos e aceitos todos os(as) sujeitos(as) sociais que fogem a lógica dicotômica. Evidencia ainda que:

Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante versus mulher dominada”. Por outro lado, não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder (SCOTT, 1997, p. 35).

Essa fala nos remete a discussão da interseccionalidade que indica a necessidade de se articular as discussões em torno do gênero, sexualidade, raça e classe social.

Louro (1997) enfatiza a importância dos primeiros estudos que tiveram como objetivo dar visibilidade à mulher enquanto sujeita social, já que foram caladas por muitas décadas. Foram muitos enfrentamentos nesse processo, até a transformação das questões que afetam as mulheres em indagações centrais,

revolucionando o mundo acadêmico e apresentando temas relacionados à família, à sexualidade, ao ambiente doméstico, aos sentimentos. Imprimem o caráter político aos estudos feministas, pois acreditam não haver neutralidade nos estudos científicos reafirmando a intenção de promover mudanças nessa realidade, a partir de diferentes perspectivas analíticas (Marxismo, Psicanálise...). Porém, contrapor-se ao argumento de que a diferença entre homens e mulheres é biológica e justifica a desigualdade social é imperativo, pois como explicita a autora,

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, o conceito de gênero, segundo Louro (1997), está inserido no campo social, onde se constroem e se reproduzem as relações sociais e as desigualdades. Dessa forma, o referido conceito aponta para a diversidade de projetos e representações sobre mulheres e homens, respeitando as sociedades e os períodos históricos, além dos diversos grupos étnicos, religiosos, de raça, de classe.

A identidade de gênero e sexual é uma outra questão fundamental, são construídas ao longo da vida e não se estabelecem de forma definitiva na vida dos sujeitos. Elas podem sofrer mudanças de acordo com a história de vida e com a realidade, ou seja, estão em constantes mudanças. Sendo assim, a diferença entre a identidade sexual e identidade de gênero:

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas...Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. (LOURO, 1997, p. 31)

Por este ângulo, Martin (1996) vai enfatizar que a discussão de gênero está presente no nosso cotidiano, mas não se constitui como uma questão natural; as identidades são construídas socialmente, na medida em que existem brinquedos de meninos e de meninas e que brincando de boneca e de cozinhar,

por exemplo, se aprende a cuidar. A escola ensina sobre o aparelho reprodutivo feminino e masculino e questões próprias no campo das representações sociais, biológicas e culturais, de forma que não haja questionamentos.

A relação existente entre o conceito de gênero e a história do movimento feminista na atualidade, como aponta Louro (1997), influenciou o início da abordagem sobre o feminismo, do ponto de vista do comprometimento do movimento feminista com a maioria das mulheres no que tange as demandas relacionadas à raça, sexo, gênero e classe, não admitindo que mulheres negras e pobres fiquem excluídas das lutas de enfrentamento das expressões do capitalismo. Este regime político se sustenta no Brasil e no mundo, disseminando uma ideologia neoliberal e patriarcal apresentando estratégias novas para sua sustentação e obtenção de maior lucro, de acordo com os contextos sociais, econômicos e políticos (ARRUZZA et al, 2019).

Reafirmar tais posicionamentos no atual cenário brasileiro é imperioso, tendo em vista que a crise no regime capitalista agudiza ainda mais as desigualdades sociais e a concentração de renda. Este contexto favorece o resgate de ideários políticos vinculados ao neofascismo, com a presença de expressões do neoconservadorismo, discriminando ainda mais as populações mais vulneráveis, como negros, indígenas, mulheres, mulheres negras, transexuais, exigindo da classe trabalhadora uma nova forma de resistência e organização política (ibid., 2019).

Trata-se de um momento que segue na construção de sujeitos obedientes, distantes de pautas democráticas e de lutas por igualdade. Entretanto, é importante ressaltar que a resistência do movimento do feminismo negro e as discussões de gênero e étnico-raciais vem enfrentando no cenário brasileiro o avanço dessa moralidade, que demonstrada por reações agressivas de alguns segmentos da sociedade (especialmente homens, heterossexuais e brancos) em relação as manifestações das diferenças, principalmente no que se refere a questão da sexualidade, etnia e raça (ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, uma série de ofensas e provocações referentes ao conceito de gênero, com o objetivo de interromper os avanços conquistados no âmbito das reivindicações de gênero e da sexualidade, tem sido uma tônica, na medida em que a direita religiosa dos países da América avança a partir dos anos 1990.

Investem nas práticas de desacato, abusos, agressões morais a tudo que diz respeito à educação sexual, aos direitos das pessoas trans, as novas formas de organização familiar e as identidades de gênero. A igualdade de gênero entre homens e mulheres está incluída como um alvo primordial na lógica de tamanha hostilidade, segundo Correia (2016). Diante dessa nova realidade tão caótica frente às liberdades e respeitos individuais, é importante não se entender as lutas por gênero como uma luta em defesa exclusiva das mulheres. As teorias existentes, ao longo do tempo, estudam a influência da cultura na educação dos sujeitos para o convívio social de modo que possam estar adaptados ao que foi construído como referência das feminilidades e masculinidades. Sendo assim,

A produção teórica dos últimos 40 anos tem o mérito de fazer com que compreendamos que essas desigualdades e problemas são sintomas das maneiras pelas quais os sistemas de sexo e gênero se organizam e organizam a lógica das formações sociais (CORREA, 2016, p. 218).

Estes fatos colocam as meninas na Socioeducação e quando da liberação da medida socioeducativa, em situações de maiores riscos e vulnerabilidades, na medida em que não estarão sujeitas a tais obediências e que esta insatisfação social pode gerar uma ampliação de episódios de violências.

Importante considerar que as meninas, em privação de liberdade, estão em processo de construção da sexualidade, ao mesmo tempo em que a experimentam, na busca da identidade de gênero, pois trata-se de jovens ainda em desenvolvimento, como preconizam os marcos legais direcionados a esse público. Além disso, elas lidam com as rejeições e frustrações que esta sexualidade provoca na esfera da vida familiar e social, pois seus responsáveis, também reproduziram as expectativas dentro dos modelos impostos na sociedade. Nesta direção, elas enfrentam todo tipo de preconceito e intolerância, quando decidem experimentar ou exercer uma sexualidade que foge aos padrões estabelecidos socialmente. Decidir exercer esse direito é uma demonstração de potência no enfrentamento destas questões.

O CENSE PACGC inaugurou o atendimento de meninas transgêneras na unidade, em 2016, tendo sido realizado um trabalho tanto com as meninas quanto com os servidores, no sentido de enfrentar os desafios impostos para todos e todas, visando romper com os preconceitos e acolher as meninas com profissionalismo (STORNI et al, 2021). Esta nova direção no atendimento pode

colaborar com as meninas no enfrentamento dos desafios da convivência em sociedade de forma a mobilizarem recursos para a garantia do seu direito à identidade de gênero e a expressão da sexualidade.

Alguns dados da pesquisa “Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro” (2018), realizada pelo DEGASE em parceria com o curso de pedagogia da UFF Niterói, retratou as questões sinalizadas acima, revelando o perfil dos adolescentes e famílias atendidas no DEGASE, no Estado do Rio de Janeiro, naquele momento. Assim, 76,2% dos jovens informaram ser pretos e pardos. Em relação à escolaridade, 45,6% estão no 6º e 7º ano; 74% dos(as) adolescentes não estavam frequentando a escola no momento da apreensão, sendo que 46,6% estavam há mais de um ano fora da instituição escolar. No tocante à escola que funciona nas unidades de internação para garantir o acesso à escolaridade no período de internação, 39% dos adolescentes não frequentavam por falta de vaga e 38% porque não eram retirados do alojamento. Quanto à renda familiar, identificou que 24% das famílias recebem até 1 salário-mínimo e 30,4% até 3 salários-mínimos. Porém, vale ressaltar que nos casos de residências com 06 moradores ou mais, implicou numa renda per capita em torno de R \$146,00 a R \$500,00. Sendo assim, a pesquisa concluiu que os(as) jovens e famílias atendidos(as) no DEGASE são de baixa renda (MENDES e JULIÃO, 2018).

As características da população atendida, ressalta a importância deste momento de o movimento feminista colocar em pauta a categoria trabalho incluindo nela, o trabalho doméstico e do sexo, dando visibilidade às questões de gênero presentes nesta categoria e ao fato de não serem remunerados, mas que são atividades que contribuem com a lógica do capital. Se insere aqui a discussão da reprodução social e reprodução das pessoas, na medida em que, tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado são responsáveis pelas forças que sustentam o mundo. O trabalho realizado pelas mulheres, de cuidado das crianças, dos doentes, dos idosos, sem remuneração, no âmbito privado, garantem a reprodução social enquanto manutenção das condições mais fundamentais para o capitalismo. Esse trabalho mantém a vida e a capacidade de trabalhar das pessoas, ou seja, a força de trabalho como denomina Marx (ARRUZZA et al, 2019). Segundo Arruzza et al (2019), o ativismo feminista

fortalece a luta de classes, na medida em que compreende a importância de inserir nela as demandas por saúde, educação, pensões e habitações como fundamentais para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, aqui incluídas as mulheres, para a validação da reprodução social. Neste sentido,

O feminismo para os 99% buscam uma transformação social profunda e de longo alcance...propomos participar de todo movimento que combate a favor dos 99%, seja lutando por justiça ambiental, educação gratuita de alta qualidade, serviços públicos amplos, habitação de baixo custo, direitos trabalhistas, sistema de saúde gratuito e universal, seja trabalhando por um mundo sem racismo nem guerra. É apenas ao se aliar a esses movimentos que conquistamos poder e visão para desmantelar as relações sociais e as instituições que nos oprimem (ARRUZZA et al, 2019, p.31).

O que está em pauta é que o período 2007-2008 marcou o início da pior crise financeira, que também se estende, simultaneamente, à economia, à ecologia, à política e ao cuidado. Atualmente, essa crise é gravíssima, na medida em que o neoliberalismo retira direitos sociais e trabalhistas, provoca uma crise ambiental de grandes proporções, prejudicando diretamente o sustento de famílias e comunidades. As autoras entendem ainda que

O ponto crítico e a chave para compreender o presente é que a luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social: por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso à energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso, são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres, contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo. (AZURRA et al, 2019, p. 40).

A subordinação das mulheres sempre existiu em sociedades anteriores. Porém, Arruzza et al (2019) destacam que é na sociedade capitalista que a expressão de gênero tem origem, estabelecendo novos modelos de subordinação.

Este contexto de crise preocupa, pois

a sociedade capitalista abriga uma contradição de reprodução social: uma tendência a se apropriar, em benefício do capital, do máximo possível de trabalho reprodutivo “livre”, sem qualquer preocupação com sua reposição. Como resultado, isso origina periodicamente uma “crise de cuidado”, que leva as mulheres à exaustão, destrói famílias e estira as energias sociais até o ponto de ruptura (ibid., 2019, p. 73).

Além da questão econômica, ela perpassa também as questões ecológicas, políticas e de reprodução social (ibid., 2019). Esta exaustão é visível

nas famílias atendidas no DEGASE. Algumas se apresentam num estado de apatia diante da situação a ser enfrentada, outras dizendo que não retornarão na unidade, pois o abandono vai ensinar as meninas a agirem diferente e outras ainda buscam energia para seguir na tarefa de cuidado. Algumas falas da pesquisa Famílias no DEGASE trazem algumas reflexões nesse sentido:

Deixei os outros meninos pequenos em casa e corri até aqui e ainda tenho que fazer comida pra eles quando chegar... as passagens são caras... nem sempre posso estar aqui... não sei até quando vou aguentar tudo isso... às vezes não tenho nada em casa, mas trago coisas pra ele (BARROS, 2020, p. 154).

Nossa observação e tais falas sinalizam que a maioria das famílias comparecem às visitas demonstrando o desejo e a intenção de darem sequência ao cuidado e ao processo educativo das meninas. E como demonstrado na Pesquisa “Famílias no DEGASE”, através da fala de uma delas, é que faz muitos sacrifícios, inclusive com limitações físicas. Não falta uma visita, pois entende a importância do filho não se sentir abandonado na instituição e de não lhe faltar nada. É a manifestação do cuidado em potencial (BARROS, 2020).

Associado a isto, ainda se tem as questões trazidas com a atual crise sanitária que acomete o mundo, a pandemia da COVID - 19. Ela não cria os problemas postos na sociedade na conjuntura atual, porém evidencia o projeto político que vinha sendo implementado, de redução das políticas sociais e perda de direitos. Traz repercussões diretas para as populações mais vulneráveis e, conseqüentemente, para as instituições que prestam serviços para esse público. Contribui com o agravamento das condições de pobreza e de vulnerabilidades sociais a que já estavam expostas essas populações dando visibilidade a essa questão social produzida no plano das desigualdades sociais.

O capitalismo global lida com as trabalhadoras e trabalhadores como se eles fossem irrelevantes no processo de trabalho. Neste sentido, a pandemia demonstra uma relação estreita com o sistema econômico, mas também de gênero e classe e sua intervenção na natureza:

A pandemia em si é a expressão da guerra contra a natureza. Doenças migrando de animais selvagens para a esfera humana porque estamos invadindo a natureza, mais e mais. Estamos vendo isso de todas as formas... Nós já sabemos que essa doença prejudica quem está com o sistema imunológico fraco, já sabemos disso, sabemos o que o vírus faz. No entanto, se olharmos de fora, o que vemos é o sistema econômico. Ele é tão inconsequente que é construído sobre essa disposição de sacrificar vidas em nome do lucro – sempre foi assim,

desde o tráfico de escravos no Atlântico até a crise climática contra a natureza. Esse sistema criou as condições para esta crise se aprofundar, ele enfraqueceu nosso sistema imunológico coletivo e, assim, criou as condições nas quais esse vírus se espalha desenfreadamente (DAVIS et al, 2020, p.9).

O período de quarentena imposto para pessoas com sintomas da COVID-19 ou com a doença (isolamento social) prevê condições de subsistência nesse período (moradia e alimentação). Entretanto, nem todas as pessoas possuem tal condição, especialmente as mais pobres, evidenciando a necessidade de ser garantido o acesso à moradia e a alimentação como itens básicos previstos na Constituição.

Sendo assim, e nestas condições, o isolamento social vem demonstrando que permanece sobre as mulheres a sobrecarregada com as atividades de cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas (que se vê aumentada em decorrência dos protocolos de higiene para a prevenção do novo coronavírus), além do trabalho, presencial ou remoto, que também se estabelece, para algumas mulheres, evidenciando um desgaste físico e emocional ainda maior, por parte delas nesse período de pandemia. As crianças e adolescentes sem frequentarem a escola, o que implica em mais demanda de cuidado, pois permanecem em casa o dia inteiro.

Por conseguinte, refletir sobre o período pós pandemia é de fundamental importância no enfrentamento das desigualdades de gênero, uma vez que as mulheres, estão mais expostas e sofrendo as consequências desse momento, de forma predominante (FREITAS et al, 2020).

Leonardo Boff (2014) traz contribuições fundamentais para a compreensão do cuidado na sociedade contemporânea. Ele enfatiza que a tecnologia favorece a existência de um mundo virtual que cria condições de vida humana. Nesse período de pandemia, com a exigência de isolamento social, a vida tem estado restrita a reuniões de trabalho, encontros com as famílias e amigos através dos recursos tecnológicos. Os encontros passam a ser realizados pela internet, onde a falta de toque e de contato humano são a tônica.

A visita presencial às meninas no CENSE PACGC teve que ser substituída por modo virtual, nesse momento em específico, para evitar a contaminação pelo vírus COVID-19.

As visitas presenciais foram suspensas em todo o Sistema Socioeducativo, conforme determinou o Governo do Estado, através do Decreto Nº 46.970, de 13/03/2020. A partir deste documento o DEGASE publicou a Portaria Nº 839, em 25/05/2020, a qual normatizou a visita virtual em todas as unidades de internação da instituição. Fez parte desta normatização, todo o detalhamento referente a duração da visita, o modo como deveriam ocorrer e a frequência dela. Os contatos entre as famílias e as meninas foram realizados através das redes sociais, por celular ou computador. Isto posto, registrar que a Defensoria Pública e o Movimento de Mães do DEGASE, foram setores que cobraram do Governo do Estado a adoção de estratégias que viessem a garantir o direito à visita familiar, foi fundamental. Ainda assim, este distanciamento físico gerou muitos prejuízos para as meninas, pois não garantiu os preceitos da legislação direcionada ao adolescente em medida socioeducativa de internação, como o SINASE (2012), o ECA (1990) e o PNCFC (2006), os quais são fundamentais para a afetividade de adolescentes em processo de desenvolvimento (GONÇALVES, 2020).

Gonçalves (2020) sinaliza ainda, que o contexto de pandemia proporcionou a desinstitucionalização de adolescentes, e o acesso das meninas a tecnologia de informática dentro do Sistema Socioeducativo, além de ter sido determinado o término da superlotação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), divulgado através dos meios de comunicação. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento às Famílias - NUAF / DEGASE (Programa de Atenção às Famílias), potencializou suas ações de porta de entrada articulando parcerias com os movimentos sociais em geral, movimentos de mães e familiares, garantindo assim, o contato da família com o adolescente, de forma humanizada e cestas básicas para os casos de necessidade.

No caso da unidade CENSE PACGC, as famílias tiveram acesso à tecnologia, pois, na prática, já se tratava de uma alternativa utilizada anteriormente à pandemia, por se tratar de unidade com número pequeno de atendimento em comparação às demais. As famílias já possuíam telefone celular com internet. O acesso à tecnologia não se constituiu em problema nesse momento de necessidade maior. É importante sinalizar que permanecem as

visitas remotas para as famílias que possuem dificuldades de comparecer presencialmente para a visita e contato com a equipe.

O prolongamento dessa situação de calamidade sanitária, associado a questões de ordem política tem demonstrado que algumas estratégias criadas e exceções estabelecidas permanecerão, especialmente no mundo do trabalho. A tecnologia ajudou bastante nesse momento de crise mundial. Contudo, o autor enfatiza que o modo de comunicação baseado na ausência de contato físico e humano, “[...] afeta a vida humana naquilo que ela possui de mais fundamental: o cuidado e a com-paixão” (BOFF, 2014, p.11). Pois é através do cuidado que se aprende sobre os valores e princípios da vida e a melhor forma de agir.

O projeto de sociedade baseado no crescimento material sem limites, de modo global, vem trazendo consequências graves para a humanidade no sentido de que grande parte da população passa por dificuldades concretas, os recursos naturais da Terra estão acabando, não vislumbrando novos horizontes. Ou seja, ocorre uma crise na civilização, onde a ausência de cuidado se constitui como uma consequência que causa sofrimento. Nesse sentido, lembramos que Leonardo Boff (2014) ressalta o descaso com as crianças que se encontram em situação de trabalho e até de escravidão, com a fome que é uma realidade que permanece, com doenças já eliminadas que voltam com toda força, com desempregados, aposentados e excluídos pelo modo de produção capitalista. O contexto neoliberal dá ênfase ao individual e à propriedade privada e ainda desconsidera as práticas de solidariedade. Estas questões fundamentam ainda, a implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de pobreza que não têm destinados recursos que atendam às reais necessidades dessa população. Seja em relação à educação, habitação, saúde, segurança alimentar, dentre outros.

Em princípio, as famílias das meninas privadas de liberdade, são a expressão do descaso com as questões públicas, não tendo garantidos os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 no que concerne às necessidades de subsistência, ao acesso à educação e a saúde, residem em locais de difícil acesso e de risco, o que gera muitas dificuldades no acompanhamento da medida socioeducativa por parte das famílias (BARROS, 2020). Observa-se, portanto, que as meninas são frutos desses descasos e

descuidos analisados pelo autor, os quais roubam delas a oportunidade de condições de vida dignas, com respeito à sua condição de sujeito em desenvolvimento.

1.1.1- Sobre o cuidado e o feminino...

Tendo em vista o atendimento das meninas na Socioeducação e a importância do cuidado no cotidiano do cumprimento da medida socioeducativa e no seu processo de desenvolvimento, pretende-se trazer algumas reflexões pertinentes à articulação dessa temática com o feminino.

As dificuldades estruturais das meninas e suas famílias e o não acesso às políticas públicas provocam a precariedade nas condições de vida e interferem nas possibilidades de uma vida com melhores perspectivas.

Neste sentido, segundo (BOFF, 2014) o cuidado é a essência da condição humana, necessária desde o nascimento até o momento da morte, ou seja, tanto o homem quanto a mulher não vivem sem o cuidado. Enfatiza a “dimensão ontológica” do cuidado sem a qual não nos constituímos como seres humanos e nem conseguiremos compreendê-lo. A atitude de cuidar está baseada na dedicação e na atenção que se possa dedicar ao outro e está imbuída de responsabilidade. Sendo assim, “quem tem cuidado não dorme”, diz o ditado popular. Contudo, Hirata (2016) enfatiza que cuidar de quem demanda cuidado em algum momento da vida, sejam crianças, idosos, doentes, deve ser responsabilidade tanto de homens quanto de mulheres, pois todos poderão passar por esta necessidade. Ademais, pensar o cuidado também por um viés de gênero ainda se faz necessário, na medida em que permanece recaindo sobre as mulheres, em sua maioria, esta tarefa.

A existência no mundo se dá pelas vias do trabalho (domínio sobre as coisas, as máquinas dividindo e até substituindo o trabalhador nas suas atividades) e do cuidado onde a relação se dá pelo convívio, pela ligação e não pelo poder (BOFF, 2014).

Nessa direção, Passos (2020) destaca a impossibilidade de determinadas pessoas proverem suas necessidades primárias, o que as torna “dependentes”

do trabalho de outras pessoas. Trata-se de pessoas com deficiência, com transtorno mental grave, institucionalizadas, dentre outras situações.

Desta forma, o cuidado se caracteriza tanto como demanda quanto como a atividade que vai atender esta necessidade, garantindo assim, a reprodução humana. A autora enfatiza ainda, que:

No trabalho doméstico e de cuidados, executados pelas mulheres na esfera da reprodução, isso fica mais fácil de ser identificado. O cuidado, que é uma necessidade ontológica do ser social, acabou assumindo o sentido de atribuição feminina, tornando-se parte dos comportamentos que devem ser ensinados e reproduzidos pelas mulheres, reduzindo completamente a sua essência.

Destaco, ainda, que a constituição da família foi fundamental para a organização desse trabalho, estabelecendo-o enquanto atribuição social a um de seus membros, bem como suas formas de execução. É nesse espaço que se torna possível reproduzir modos de vida social. Ademais, foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e se perpetuou, sendo-lhe atribuído um papel extremamente importante na reprodução dos valores criados. Essa forma de organização societária tem como fundamento a existência das desigualdades de classes distintas e antagônicas, ocasionando uma não satisfação das necessidades de todos os indivíduos. Além disso, sustenta-se pelo caráter individualista da apropriação privada dos meios de produção e da mercantilização dos produtos e da força de trabalho. (PASSOS, 2020, p. 11).

Diante de tais questões, fica uma indagação. Em que condições as famílias das meninas privadas de liberdade, puderam exercer o cuidado delas desde a infância e como podem exercê-lo no cumprimento da MSE, estando inseridas no mercado de trabalho explorador, desumano, que não remunera o suficiente para garantir o acesso aos direitos básicos para sobrevivência com dignidade (e em muitas vezes se encontram na informalidade ou desempregadas)? Pois conciliar o modo de ser trabalho e o modo de ser cuidado, é o desafio, visto que se trata de um trabalho assalariado, ligado ao capital, que explora, escraviza, despersonaliza as pessoas. E “[...] esse modo de ser mata a ternura, liquida o cuidado e fere a essência humana” (BOFF, 2014, p. 112). Esta ideologia abriu espaço para o patriarcalismo e para o machismo, determinando o cuidado como feminino pelo viés da fama, da reputação, logo com dificuldade para objetivar e ter eficácia.

Boff (2014) sinaliza a necessidade e a importância de se estabelecer limites nesse processo de dominação do trabalho que coloca um contingente enorme da população excluída socialmente, onde o ser humano é visto apenas como força de trabalho, onde as intervenções na natureza provocaram

desequilíbrios irreversíveis, para que se possa unir novamente o trabalho e o cuidado. Esse processo de dominação e exploração demonstra o talento cruel de instalar a pobreza e até a miséria, em parte da humanidade. Resgatar esse modo de ser cuidado é fundamental, permitindo aflorar o sentimento, a capacidade de emoção, de construir afetividade. Esse sentimento profundo é denominado pelo autor como cuidado do ser humano em toda a sua trajetória de vida.

O desenvolvimento social enquanto direito de todos os povos, conforme declara a Organização das Nações Unidas – ONU, tem como objetivo

melhorar a qualidade da vida humana enquanto humana. Isso implica valores universais como vida saudável e longa, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e de proteção contra a violência, condições para uma adequada expressão simbólica e espiritual. Tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social, se há convivialidade entre as diferenças, cordialidade nas relações sociais, compaixão com todos aqueles que sofrem ou se sentem à margem, criando estratégias de compensação e de integração. Cuidado especial merecem os doentes, os idosos, os portadores de algum estigma social, os marginalizados e excluídos. Por eles se mede o quanto de sustentabilidade e de cuidado essencial realizou e realiza uma sociedade (BOFF, 2014, p. 161).

Portanto, com base no autor, o grande desafio das políticas é que elas estejam baseadas na ética e no cuidado, e que possam dar conta do fenômeno da pobreza, criado pela injustiça com que as formas de organização social foram estabelecidas no mundo inteiro. Contudo, Boff (2012) não trabalha a questão de gênero em suas análises, e não podemos deixar de destacar que o cuidado é feminino e realizado sem remuneração. O agravamento da crise do Capital no Brasil aprofunda as desigualdades sociais e favorece as discriminações, especialmente nas populações mais pobres. Sendo assim, destacar a importância do movimento feminista e da discussão de gênero, conforme apontam Arruzza et al (2019), em torno do cuidado, é fundamental. Estão inseridas nesse contexto as meninas privadas de liberdade e suas famílias. À margem da sociedade, vivendo em condições de moradia extremamente precárias, com a violência instalada na porta, sem escolaridade e sem acesso à saúde e alimentação adequada, mas as famílias se apresentam no acompanhamento das meninas, exercendo o cuidado e assumindo suas responsabilidades nesse processo institucional, dentro de suas possibilidades.

Conforme Boff (2012), a organização social trouxe avanços tecnológicos importantes, mas sem humanidade na sua distribuição, pois trata-se da lógica neoliberal vigente no modo de produção capitalista. As estratégias devem ser pensadas no sentido de reconhecer o potencial transformador da sociedade por parte desse grupo populacional em busca de novos parâmetros de civilização.

Neste sentido, cabe refletir sobre as diretrizes do movimento feminista e a sua força enquanto movimento social, que luta para que nenhuma mulher fique de fora em relação à luta por direitos sociais, trabalhistas, humanos, de gênero, contemplando todas as mulheres independente da classe social e questões étnico raciais, ampliando a participação política em todos os movimentos na luta por direitos e cidadania, contra o racismo e sem guerra, justificando o feminismo para os 99%.

Nesta direção, entende-se que discutir o cuidado é tarefa primordial. Ainda é muito recente o debate sobre as teorias do cuidado no Brasil, ficando evidenciada sua importância na discussão realizada na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, onde foi tratada a “economia do cuidado” pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Dois aspectos são apresentados como importantes na atualidade: a globalização e as migrações internas e internacionais atraídas pelas demandas de cuidado, além da necessidade desse tipo de trabalho que começa a surgir no âmbito das políticas públicas (HIRATA, 2012).

1.1.2- O trabalho do care e as dimensões do cuidado

Para Hirata (2012), traduzir o termo cuidado não é tarefa simples, porém contempla estar solícito e ter preocupação com o outro e com as demandas que ele apresenta, perpassando os campos de estudo da filosofia e sociologia, posteriormente ampliado para os campos da filosofia e psicologia.

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra care. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado

nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente). (GUIMARÃES et al, 2011, p. 154).

Pelo viés feminista, Hirata (2012) defende que o cuidado deveria ser encarado como uma referência para toda a humanidade, pois parte do pressuposto de que todas(os) possuem necessidades de cuidado em algum período da vida e não apenas idosos, crianças, deficientes. Entende que ocorre dessa forma, pois a teorização do *care* tem sido realizada a partir das referências do homem, branco, de classe média. Um outro dado pode explicar a relação do cuidado e do trabalho do *care* relacionado às questões de saúde. Os estudos sobre a temática no Brasil foram desenvolvidos por profissionais da área de conhecimento da enfermagem e gerontologia. Contudo, a autora acima mencionada ressalta a importância das diversas áreas de atuação para o cuidado, sinalizando que “o fato do conceito de “care” ser multidimensional e transversal (como os conceitos de trabalho e de gênero) requer cada vez mais um tratamento interdisciplinar da questão” (ibid., 2012, p. 285).

Neste sentido, Passos (2017) enfatiza que o cuidado vem se conformando na atualidade como trabalho, atividade direcionada predominantemente às mulheres, relacionado ao trabalho de reprodução social. Dessa forma, o cuidado enquanto trabalho é denominado de *care* ou trabalho de *care*. A autora frisa que o debate em torno do conceito de cuidado e de *care* é polêmico na academia, no contexto político, social e ideológico, na medida em que políticas sociais como as de saúde e assistência social vem incorporando estas categorias no âmbito do trabalho, cabendo polemizar sobre o arcabouço teórico que vem sendo utilizado para fundamentar o conceito em pauta. Contudo, a autora vai enfatizar que:

Vivemos em uma sociedade que nega a essência do cuidado, que menospreza as relações coletivas e que se assenta na individualidade, na competitividade e nas desigualdades sociais. Portanto, para seguirmos na projeção da superação da sociedade capitalista é necessário aprofundar as análises que tratam sobre o cuidado e buscam a sua essência, ultrapassando o imediato. É o momento de entendermos que uma sociedade cuidadora só será possível com o fim da propriedade privada e das opressões/explorações de classe, gênero e raça/etnia (PASSOS, 2017, p.257).

A função de cuidadora foi reconhecida no Brasil, no ano de 2002, mas as profissionais continuam, em sua maioria, exercendo a função no âmbito privado, pois as instituições de longa permanência optam por contratar técnicos de enfermagem devido ao conhecimento especializado, ao invés de cuidadoras. Sendo assim, o não reconhecimento profissional e os baixos salários permanecem na realidade, como explicita Hirata (2012).

As redes familiares e sociais, são no Brasil, as responsáveis pelos beneficiários do cuidado, no tocante à provisão deste, que conta com a participação das mulheres, quase que exclusivamente. Em alguns casos as famílias contam com o trabalho das empregadas domésticas (GUIMARÃES et al, 2011). Hirata (2016) partilha desta visão de que em relação aos cuidados de crianças, o Estado brasileiro ainda tem muito a fazer. A demanda por construção de equipamentos, como creches e escolas, se faz imperiosa para que as mulheres possam permanecer no mercado de trabalho.

Guimarães et al (2011) levanta algumas reflexões em relação à saúde da trabalhadora do cuidado, tendo em vista o trabalho solitário, o esforço físico com as tarefas de higiene, dentre outras situações. E esta reflexão remete à importância do autocuidado.

Nessa perspectiva, compreender as dimensões do cuidado constitui uma tarefa importante no enfrentamento da desigualdade de gênero e no processo de reprodução social, fundamental para a sustentação do capitalismo. A mulher se constitui em figura essencial, pois é ela quem assume o campo do cuidado na dinâmica familiar. Ela exerce as dimensões do cuidado, do afeto, da organização familiar, em meio ao aprofundamento do padrão ultra neoliberal que atinge não só o Brasil, mas todos os demais países de alguma maneira, de forma contraditória, através de um trabalho não assalariado (ARRUZZA et al, 2019).

O movimento pelos direitos humanos foi fundamental para a interrupção da perspectiva assistencialista do cuidado, pressupondo que ele está diretamente relacionado à vida humana na sua realidade histórica e estrutural buscando a participação dos sujeitos neste processo do cuidar. Assim, o Estado e a sociedade devem garantir além de maior qualidade de vida, o direito a “liberdade, igualdade, justiça e equidade, democraticamente estabelecidas” (FALEIROS, 2013, p. 86).

Neste sentido, Passos (2020) ressalta a importância de estabelecer o *care* como direito social (ou seja, deve ter acesso todos que dele necessitam), e de democratizar o cuidado na direção de desnaturalizá-lo da perspectiva feminina.

O cuidado visa apoiar o sujeito sem desresponsabilizar o Estado em relação às suas obrigações. Refletir sobre o fato de que a população atendida pelas políticas de Estado esteja em busca apenas das questões que lhes garantam a subsistência se faz necessário, visto que o sofrimento e a felicidade, o desejo e a afetividade estão presentes nas relações humanas. Atender tanto as carências históricas quanto os direitos, de forma justa, significa ter escuta e acolhida, resguardando dessa forma a diferença (FALEIROS, 2013).

As questões relacionadas ao cuidado estão diretamente imbricadas com a articulação de gênero, classe e raça como pontos fundamentais para o enfrentamento das diversas formas de opressão. Hirata (2020) ressalta que encontra em Kergoat (2018) a crítica de que o conceito de Interseccionalidade não dá visibilidade ao componente de classe social, priorizando em suas análises, apenas o gênero e a raça. Entretanto, outras autoras (como Medeiros e Freitas, 2017) apontam, no que concordamos, que este conceito possibilita a inclusão da sexualidade, idade e religião como elementos essenciais nas relações sociais, sendo importante destacar que eles aparecem no cotidiano institucional onde as meninas cumprem a medida socioeducativa de internação, como direitos importantes a serem garantidos na privação de liberdade e como questões a serem trabalhadas tanto com as famílias quanto com os profissionais, pois ambos sofrem influência do contexto cultural.

Especialmente as expressões da sexualidade e a vinculação a determinada religiosidade (como as de origem africana), são questões que atravessam as relações sociais na instituição de forma bastante conflituosa. Desse modo, conhecer a realidade no campo de atuação profissional e sua articulação com o conhecimento técnico e científico são extremamente importantes para que não haja resposta às demandas da população atendida, pelo senso comum e sim pelo entendimento da garantia dos direitos.

Em se tratando de cuidado enquanto trabalho do *care*, Hirata (2020) vai dizer que as questões relacionadas a divisão social, sexual e racial são determinantes nesse processo. É a mulher quem realiza essa atividade, sem

nenhuma remuneração, evidenciando a sua desvalorização, seguindo a lógica da desvalorização do trabalho doméstico e do cuidado no interior da dinâmica familiar. O trabalho de cuidado é entendido como uma continuidade das tarefas domésticas. Uma outra explicação para esta desvalorização é o fato de o cuidado estar direcionado a pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente idosos dependentes e portadores de deficiência. Esta condição vai interferir na posição que o cuidador vai ocupar na sociedade, visto que trabalhar com segmentos da população pobre e vulnerável acarreta pouca valorização profissional.

Arruzza et al (2019) discutem o lugar da mulher na sociedade e colocam em pauta que cuidar é trabalho, pois despense tempo, energia, compromisso e obrigações. Ele mantém a vida e a capacidade de trabalhar das pessoas e está relacionado diretamente às mulheres, pois são elas que exercem essa atividade, essencial à manutenção da força de trabalho.

Neste contexto, Faleiros (2013) complementa que o trabalhador, reconhecido apenas como mercadoria para o capital, necessita de cuidados para renovar sua força de trabalho, para sobreviver e para a reprodução social. E através dessa força de trabalho se extrai a mais valia, numa relação extremamente desigual. Enfatiza que a vida humana é desafiada todo o tempo por inseguranças, medos e sofrimentos decorrentes da lógica do capital no modelo de produção vigente. O seu questionamento nos leva a pensar nas meninas do CENSE PACGC. Quando se tem uma escuta atenta para as histórias de vida que relataram até chegarem numa instituição de MSE, observou-se que essas histórias são profundamente carregadas dessa insegurança, medo e sofrimento dessa exclusão que vivenciam. Ou seja, é possível uma intervenção profissional na direção da autonomia e independência das meninas de modo que contrarie essa lógica do sistema? Elas tiveram as suas demandas biológicas reduzidas ao mínimo e mesmo assim não puderam ser atendidas, como deveriam, pelas ações das políticas sociais. O acesso a essas políticas, em muitos casos, se deu a partir da entrada delas na Socioeducação. Diante disto, a dimensão do cuidado na atuação profissional é fundamental, na medida em que se constrói uma relação de inclusão, escuta, acolhimento e qualidade de

atenção respeitando as diferenças. Assim, é possível contribuir com o rompimento do abandono e do descaso provocados pelo capitalismo.

Sendo assim, Faleiros (2013) sintetiza o cuidado como:

uma relação em que pode predominar o individualismo como também a solidariedade (PLASTINO, 2009), inclusive com a devida atenção às necessidades pessoais e sociais e do como os usuários ou público se sentem e expressam. Na ótica do individualismo, a pessoa atendida e o profissional são considerados como se fossem isolados do contexto, e na ótica da solidariedade, são considerados sujeitos sócio-historicamente situados em relações de poder e saber com relevância para a alteridade e a diversidade na efetivação dos direitos humanos no exercício da democracia, da participação e da equidade (FALEIROS, 2013, p. 89).

Neste sentido, Oliveira e Miotto (2019) valorizam a intervenção profissional na direção da garantia de direitos, nas situações de conflito que se apresentam no interior das famílias. Entretanto, enfatizam a presteza na valorização e qualificação de práticas de acompanhamento que estejam direcionadas ao enfrentamento dessas situações trazidas, pois as famílias buscam respostas como demandas efetivas de atendimento, visto que não possuem meios internos que lhes proporcionem solucionar suas questões. Esta dimensão terá respaldo na medida em que estiver articulada com práticas interdisciplinares e intersetoriais.

Colaborando com essa discussão, Duarte (2018, p. 24) vai apontar a importância do projeto profissional do serviço social, que atualmente, se encontra “arraigado em lutas sociais e conquistas da profissão, cuja direção social se alinha às lutas da classe proletária e ao projeto societário emancipatório”, enfrentando no cotidiano os ideais contrários à liberdade e aos direitos humanos imperativos das políticas sociais e das instituições que normatizam a vivência em sociedade.

Sendo assim, é importante respeitar a organização e a dinâmica já existente no interior das famílias e ter a clareza de que ao iniciar o acompanhamento de uma família,

nenhum profissional “inaugura” a vida familiar com sua entrada. A intervenção em tais casos, ao considerar o contexto macrossocial, os processos internos, a história familiar, seus próprios modos de regulação, seus recursos, sua capacidade de resiliência e sua potencialidade para superação de crises pode contribuir para uma interação família-Estado menos perversa e mais informada pelo reconhecimento dos deveres deste último e da valorização da pluralidade (OLIVEIRA E MIOTTO, 2019, p. 16).

O cuidado realizado pelas mulheres no interior das famílias ganha visibilidade na medida em que se dá a inserção majoritária das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da expectativa de vida da população, impulsionando o desenvolvimento do cuidado enquanto profissão (HIRATA, 2015).

As relações de gênero no contexto domiciliar e a hegemonia da ideologia patriarcal, do machismo, com todas as modificações ocorridas, nos últimos anos, ainda mantém o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado distantes do trabalho profissional, sendo ainda das mulheres o exercício da função doméstica em todo o mundo, como aponta Hirata (2015). São elas quem destinam mais que o dobro do tempo para desempenhar tais funções. É uma desigualdade de grandes proporções que extrapola o domínio familiar. No Brasil, a delegação dessa função para as empregadas domésticas e diaristas é fundamental, pois sem elas as mulheres bem-sucedidas no trabalho não poderiam existir (HIRATA, 2015). Assim, outras mulheres foram mobilizadas para assumirem as tarefas de cuidado com os filhos e de responsabilidades com a casa vivenciando o que Costa (2002) chama de maternidades transferidas, como forma de dar suporte à entrada das mulheres para o mundo público. É extremamente importante esclarecer, que os estudos feministas deixam claro que as mulheres, especialmente as pobres e negras, sempre trabalharam. E algumas exercendo atividades muito duras. Com o avanço da luta política em torno da questão, houve um aumento significativo no número de mulheres que passaram a acessar o mundo público, através do trabalho.

Nesse sentido, o trabalho de cuidado historicamente vem sendo uma ocupação destinada a mulheres, pois ao longo da história, esta atividade foi desenvolvida no âmbito da esfera privada, pela afetividade e sem qualquer remuneração. Sendo assim, o cuidado enquanto atividade de trabalho se constitui como profissão pouco valorizada, onde a precariedade e ausência de proteção social são características do trabalho desenvolvido por mulheres. Apesar disso, a inserção dos homens na atividade de trabalho de cuidado em instituições de idosos tem sido observada, ainda que de maneira reduzida no Brasil (HIRATA, 2015).

A questão de gênero é um tema importante nesse contexto. São as mulheres que comparecem às visitas às adolescentes do CENSE PACGC, e estão, muitas vezes, inseridas no cuidado enquanto trabalho, desprotegido das leis trabalhistas. Em alguns casos, elas exercem a atividade para algum familiar, sem nenhuma remuneração, por amor, compromisso e responsabilidade, impedindo que busquem no mercado de trabalho empregos que ofereçam melhores condições de vida. Além disso, não existem condições materiais que possam disponibilizar para pagar um serviço de cuidado quando precisam. Não se trata de escolha. Elas não possuem condições de arcar com tais despesas. A construção social de gênero tem implicação direta nesse cenário. Os beneficiários do cuidado são, geralmente, mães, pais, avós, tias(os), filhas(os). As próprias adolescentes são acionadas a colaborar com esse cuidado no ambiente familiar, e quando ingressam no cumprimento da MSE de internação fazem falta na dinâmica estabelecida.

Sendo assim, o olhar dos estudos feministas percebe que diversas situações e contextos vem direcionando as responsabilidades pelas relações sociais e pelo cuidado, às mulheres, inclusive enquanto prestação de serviço. Neste sentido, é importante enfatizar que o cuidado é feminino.

Por outro lado, é importante conhecer a participação dos homens nas circunstâncias em que se estabelecem as relações de cuidado ao longo da história. Nessa lógica, Lyra (2015) enfatiza que:

Essa polarização entre homens e mulheres e seus respectivos espaços de atuação configuraram uma relação de dominação / subordinação que ocasionou um “enquadramento” e a conseqüente limitação do poder de participação feminina nas decisões sociopolíticas, assim como a supressão da figura masculina como fonte de cuidado (LYRA, 2015, p. 94).

O autor considera importante ressaltar que no processo educativo dos indivíduos os valores referentes ao cuidado não fazem parte do universo de formação dos homens, o que pode provocar em alguns deles uma dificuldade para manifestar carinho e para exercer a atividade de cuidado. A participação masculina se dá nas atividades externas a casa e a jogos com as crianças, visto que são muito poucos aqueles que fazem parte dos trabalhos de limpeza e de manutenção da rotina doméstica. Contudo, a realidade recente tem impulsionado os pais a buscarem uma relação com maior proximidade com os

filhos exercendo o seu direito e demonstrando compromisso com o exercício da função de cuidado. Visando relações mais igualitárias se faz necessário mudanças significativas na divisão sexual do trabalho doméstico, e, também nas de poder e saber.

Dialogando com Oliveira e Miotto (2019), estes enfatizam que essa maior participação masculina no cuidado com os filhos, no contexto atual, ainda causa certo estranhamento na sociedade, pois não se percebe essa mudança como importante modelo de família a ser almejado. Ressaltam ainda que a alusão ao modelo ideal pode respaldar práticas de culpabilização da população atendida nos serviços ofertados pelas políticas públicas.

Não apenas no Brasil, os provedores do cuidado estão inseridos na categoria de trabalhadores como os mais vulneráveis, vinculados à condição de trabalho precário.

Tronto (2009) nos Estados Unidos e Patricia Paperman (2013) na França mostram que o care é provido pelas dimensões de gênero, classe e raça, e histórica. O gênero e o pertencimento de classe e de raça identificam quem pratica o care e de que maneira. O care revela, pois que os que têm os recursos recebem cuidados independente de suas necessidades. As perspectivas do cuidado dão visibilidade às desigualdades estruturais de raça e de gênero (HIRATA, 2020, p. 69).

O alcance do cuidado enquanto direito de crianças e adolescentes e como corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado retrata um avanço importante das políticas, oferecendo condições para mudanças significativas nas relações das famílias. Contudo, no que diz respeito ao acompanhamento familiar das adolescentes privadas de liberdade no DEGASE, é observado, na realidade que, apesar dos homens (pai, avô, tio...) estarem se fazendo mais presentes nos períodos de visita na instituição, o cuidado das adolescentes continua sendo, majoritariamente, exercido pelas mulheres. (64,5% de presença feminina e 35,5% de presença masculina nessas famílias, conforme dados da pesquisa Famílias no DEGASE, 2020).

A pequena participação masculina no acompanhamento da medida socioeducativa das meninas e nas funções de cuidado nesse momento da vida delas pode ter relação com o valor social dessa função, pois não se envolve ou se envolve o menos possível, denotando tratar-se de atividade desvalorizada socialmente, especialmente na condição de privação de liberdade em que se encontram.

De acordo com Thamires Ribeiro (2019), o contexto brasileiro de educação, de cultura, social e histórico naturaliza a construção dos papéis femininos e masculinos, com base na desigualdade de gênero e com consequente excesso de atividades e tarefas para as mulheres relacionadas ao cuidado. Apesar dos avanços obtidos na direção da igualdade de gênero, a participação do homem nas tarefas de cuidado no âmbito da família até o momento é muito pequena.

A invisibilidade da atividade de cuidar enquanto trabalho afeta diretamente a sua distribuição no cotidiano familiar, bem como desdobra no latente do não reconhecimento, devido não produzir valores econômicos. Entretanto, sua ação implica custos econômicos (alimentação, educação, higiene etc.), psicológicos (vínculos afetivos, emocionais e mentais), físico (saúde física), de tempo (dedicação, disponibilidade), em prol do desenvolvimento físico, emocional, mental, psíquico e social do outro (RIBEIRO, 2019, p.54).

Sendo assim, busca-se, no próximo item, aprofundar a temática da família e sua relação com o cuidado das meninas privadas de liberdade no DEGASE.

1.2- Famílias e proteção social

É importante reafirmar que o presente estudo está direcionado as adolescentes em privação de liberdade, do sexo feminino, que fazem parte de famílias pobres, negras e pardas, chefiadas por mulheres, em sua maioria. Nesta direção, estudos sobre esse grupo revelam que 46,6% das famílias recebem renda na faixa de 0 a 1, e quando de 0 a 2 salários-mínimos, esse percentual vai a 84.2%. “Tal contexto de pobreza é ainda mais excludente e discriminatório quando aliado a questão de raça/etnia, fator de importante exclusão social” (BARROS, 2021, p.39)⁵.

Com o objetivo de refletir sobre essa realidade se faz necessário apresentar alguns conceitos teóricos que possam contribuir com a análise das questões que perpassam tal temática.

No contexto da modernidade é possível encontrar diversos modelos e tipos de famílias, pois elas sofreram mudanças ao longo da história e foram adquirindo novos contornos a partir da inserção das mulheres no mercado de

⁵ Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE, 2020.

trabalho, passando a integrar os espaços de domínio público, anteriormente destinados apenas aos homens. Pois como sinaliza Motta (2017),

a entrada da mulher em cena pública consolida novas bases nas relações sociais, a partir de sua inserção nas transformações do mundo do trabalho, abalando e fragilizando o modelo de família patriarcal, propiciando aparentemente uma igualdade entre os sexos. Período da democratização no país, as mulheres são elementos fundamentais nas organizações das lutas operárias, de bairros, fortalecendo movimentos organizados em prol de saneamento básico, educação, saúde, entre outros (MOTTA, 2017, p. 49).

Tendo em vista as constantes mudanças na realidade das famílias brasileiras, falar de “famílias no plural” é essencial, pois assim, é possível considerar as diversas possibilidades de organização delas, deixando assim de considerar a família idealizada como única referência (OLIVEIRA E MIOTO, 2019).

Diante desta nova dinâmica, são estabelecidas redes de proteção e cuidado para que as mulheres possam dar conta das responsabilidades construídas socialmente como suas e conciliar a nova jornada no mundo do trabalho. Este é um desafio. Neste sentido, entender as famílias a partir desse novo contexto é significativo para a identificação de suas realidades e demandas, na atualidade.

A partir do perfil demonstrado nos dados anteriormente mencionados, analisar as meninas no DEGASE denota a importância de falar sobre as suas famílias, tendo em vista que são elas, especialmente representadas por mulheres (mães, tias, avós, vizinhas) que se constituem como a referência de cuidado para as meninas no momento de privação de liberdade, “levando produtos de higiene e alimentos ouvindo sobre o seu cotidiano no CENSE, aconselhando sobre comportamento durante o cumprimento da medida e trazendo notícias da família e dos filhos”, como sinaliza o relatório da Pesquisa “Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade”, desenvolvida em 2019/2020 (STORNI et al, 2021, p.12). Serão ainda, responsáveis por elas quando forem liberadas pelo Poder Judiciário e retornarem à convivência familiar, comunitária e social.

As famílias passam por muitas situações difíceis no período de cumprimento da Medida Socioeducativa, como uma inquietação para terem notícias sobre as meninas, preocupação em relação à integridade física delas,

pois a instituição possui um histórico de violência trazido da antiga FUNABEM e FCBIA⁶, dificuldades financeiras para acessarem a unidade⁷, dificuldades para conseguirem alguém para tomar conta dos(as) filhos menores que não podem levar consigo, dentre outras. Estas situações são vivenciadas tanto nas unidades masculinas quanto na feminina. Sendo assim, uma mãe disse na entrevista da pesquisa “Famílias no DEGASE:

Tentaram linchar... podiam prender, mas foi horrível...só soube depois...procurei por todos os lugares, não sabia pra onde ele tinha sido levado...machucaram muito... ele apanhou muito... não sabia se tinham levado para o hospital...deram até tiro... por que não o prenderam logo? Já tinham segurado ele, mas bateram mesmo assim...os policiais bateram muito nele e depois ameaçaram a gente também... (BARROS, 2020, p. 160).

Assim, discutir sobre as famílias no contexto brasileiro é de fundamental importância. As famílias brasileiras expressam mudanças significativas no seu processo histórico e nas formas de relacionamento, em diferentes conjunturas históricas, que afetam as famílias de formas diferentes, pois a sua inserção na sociedade também se dá de forma desigual, tendo em vista a divisão da sociedade em classes sociais a qual irá interferir no acesso a bens e serviços. (SARTI, 2015).

Sarti se refere, ainda, à ocorrência de transformações de natureza tecnológicas, relacionadas diretamente à sexualidade feminina e à reprodução biológica. Estas mudanças associadas as lutas do movimento feminista trazem como consequência, maiores possibilidades de inserção da mulher no mundo público alavancando o seu acesso ao trabalho remunerado.

Consequentemente, Sarti (2015) sinaliza a importância de procurar entender a família a partir da própria compreensão que seus membros possuem sobre a sua realidade, desenvolvida culturalmente, de forma coletiva, através das experiências do cotidiano, organizando as relações em família. Vai ressaltar que as famílias que são alvo das políticas públicas são as consideradas pobres e desconstrói a constituição destas enquanto um núcleo, tendo em vista que a

⁶ FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-estar do Menor), fundação pública de assistência aos menores, quando as crianças e adolescentes eram assim denominadas antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e de outras normativas dele decorrentes. Posteriormente ao ECA, FCBIA (Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência).

⁷ Muitas famílias residem em locais distantes ou de difícil acesso, pois o CENSE PACGC/DEGASE recebe meninas de todo o estado do Rio de Janeiro.

entende configurada em rede, onde as relações construídas é que tem garantido o acesso a bens materiais e a afetividade e é onde estão inseridas as pessoas com quem podem contar nas suas dificuldades. Essa rede pode ser nuclear, mas também pode ser mais extensa e não se restringe às camadas mais pobres da população. Ela é uma configuração que pode se fazer presente também nas demais classes sociais, ainda que de forma diferenciada.

A implementação das políticas sociais se constitui como estratégia de intervenção no interior e na dinâmica das famílias, desde o período do Estado Moderno, recorrendo a legislações específicas que lhe dê sustentação, como aponta Teixeira (2010).

Teixeira e Campos (2010) afirmam que as relações de gênero na família e a articulação desta na política de proteção social vão interferir na inclusão feminina no âmbito da produção e do mercado. Ressalta ainda a importância de aprofundar a discussão quanto à participação da família e feminina nesse processo. As autoras recordam que o Estado atua no fortalecimento de um padrão de família estabelecido na sociedade, onde a política social se organiza através de benefícios direcionados aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, ficando as mulheres e os filhos em condição inferior, pois o direito ao benefício inicialmente só era concedido enquanto dependentes do “marido/pai/provedor”. Este modelo de previdência acaba por excluir as populações mais pobres, na medida em que as relações conjugais nem sempre ocorrem dentro de certa legalidade. E no que tange às mulheres sozinhas, fica reservado a elas o acesso à benefícios da assistência social e não o direito à previdência social. Este modelo segue na proposta de família funcional que atenderia aquele momento da economia e da sociedade no sentido de destinar a mulher casada o trabalho não pago, porém fundamental na manutenção social. Para tanto ofereciam salários com valores que se aproximavam do atendimento das necessidades das famílias, desde que se tratasse de famílias nucleares, com as definições de papéis já estabelecidas. Não contemplando, dessa forma, o perfil de família atendida no DEGASE.

A proteção social se estrutura de modo a atender aos que possuam vínculo formal de trabalho levando em consideração a posição no sistema sexo e gênero. A desigualdade social é evidenciada no sistema de proteção social,

especialmente no que se refere às famílias. Contudo, através do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, a família sempre exerceu a função de proteção social dos seus membros (TEIXEIRA e CAMPOS, 2010).

As autoras sinalizam que a crise estatal, na década de 1990, gera a utilização dos recursos da família para esta função social. Neste sentido, “familismo” se refere a poucos recursos e serviços oferecidos pelo Estado às famílias, tendo como contraponto, a noção de “desfamiliarização” entendida como políticas e serviços destinados às famílias pelo viés da coletividade, imprimindo maior responsabilidade ao Estado e a sociedade em relação às demandas das famílias.

Para as autoras as obrigações aumentadas em relação ao cuidado dos dependentes, a busca por melhores condições econômicas e qualidade de vida tem influenciado na redução da população, especialmente nos países da Europa, comprometendo, inclusive, o modelo de família ideal. Sinaliza ainda, que em outros países onde as famílias recebem maior apoio para a proteção social de seus membros, acarreta maior inserção da mulher no mercado de trabalho, sem comprometer a taxa de natalidade. Em relação aos países da América Latina, a ênfase na privatização dos serviços e no lucro, restringe as políticas aos extremamente pobres. Nessa lógica, o Estado estabelece uma intitulada relação de parceria no desenvolvimento das políticas sociais, com as famílias e com os setores privados, repassando a incumbência com a proteção social. Entretanto, as desigualdades sociais acionam maior atuação das famílias e das organizações sociais no campo da proteção, na medida em que os países da América Latina apresentam dificuldade de inclusão da população no mercado formal de trabalho e que as políticas públicas não dão conta de atender as necessidades desta. Dessa forma, o ônus da proteção social fica na esfera do trabalho da mulher, exercido sem remuneração, recaindo sobre ela os serviços e cuidados necessários a sobrevivência de seus membros, evidenciando – e aumentando – a desigualdade de gênero (TEIXEIRA e CAMPOS, 2010), como já foi refletido no item anterior.

A disponibilidade de tempo no desenvolvimento de tarefas domésticas e de cuidado foi estudada em diversos países e na Espanha o número de horas dispendido é de 44 horas semanais, o que denota a sobrecarga do trabalho da

mulher e a inviabilidade de inserção no mundo do trabalho profissional, como aponta Teixeira (2010). E quando se trata de famílias mais pobres, como explicita Carloto (2006), a responsabilidade feminina no sustento dela é ainda mais grave, pois essas mulheres não dispõem de nenhum tipo de suporte ofertado pelas políticas públicas, tornando-se um fardo muito mais pesado nessa camada da população.

A responsabilidade da mulher enquanto chefe de família, vem crescendo na realidade mundial, e no Brasil, mais especificamente, afeta as famílias mais pobres, evidenciando dessa forma a feminização da pobreza. Este fato também se relaciona aos níveis de vulnerabilidade a que estão expostas e a ausência de uma rede de serviços que pudesse dar apoio às demandas familiares, como creches, escolas em horário integral, dentre outras. Aliado a isto, a condição de gênero se constitui em mais um fator de dificuldade para que as mulheres possam sair deste ciclo de dependência dos benefícios sociais, os quais, pelo fato de não serem implementados na direção da emancipação, acabam por reforçar essa condição social precária.

Neste sentido, está posta a necessidade de reforço das políticas públicas por parte do Estado alinhadas à garantia dos direitos e a defesa dos direitos humanos, de modo que privilegie o papel das mulheres nas suas múltiplas dimensões, de raça, classe social, gênero e sexualidade.

Mesmo se constituindo em país que oferece maior proteção entre os países da América Latina, podem ser observadas no Brasil, relações desiguais entre homens e mulheres quando se trata do tempo disponibilizado com as tarefas domésticas, acrescidas do tempo do exercício do trabalho no mercado formal (TEIXEIRA e CAMPOS, 2010).

Neste sentido, as autoras acima mencionadas, recorrem aos dados do IBGE do ano de 2006, para comprovar que a participação da mulher nas atividades do mercado de trabalho, ou seja, a sua inserção no mundo público, não estão sendo suficientes para garantir maior igualdade entre homens e mulheres no âmbito familiar, proporcionando uma sobrecarga de trabalho pela dupla jornada. Além disso, é extremamente necessária à sua participação em atividades de geração de renda, principalmente nas famílias pobres. Sendo assim, se fazem valer das alternativas de vínculo informal e precário, para que

possam conciliar a demanda de renda com a demanda das tarefas domésticas relacionadas ao cuidado com a família, pois na prática, as mulheres continuam sendo cobradas a desempenhar tarefas que não podem mais, em detrimento do trabalho remunerado. Os dados abaixo mencionados retratam um pouco dessa realidade de inserção no mercado de trabalho por parte das famílias.

Como os dados revelam, a maioria desses familiares atua em trabalhos braçais e sem necessidade de grande qualificação, 64,29%. Quando destacamos apenas serviço doméstico e de limpeza 21,43% dos familiares trabalham nessas atividades. Esta vulnerabilidade é extensiva a vários membros da família, pois quando analisamos os residentes na casa, temos um alto percentual cujos vínculos de trabalho inexistem, são informais ou precários, 45,19% (BARROS, 2021, p. 40).

Outrossim, observa-se que nas famílias em que a mulher e o homem que ainda mantêm o relacionamento conjugal e dividem as despesas da casa, pode fragilizar a autoridade masculina junto à família, visto que dividem também a função de provedores.

Na lógica de atendimento às famílias, às políticas públicas atribuem às famílias a centralidade em sua execução e quando os resultados não são os esperados, a responsabilização recai, exclusivamente, sobre a mulher. Contudo, se apresenta como necessária a construção de uma consciência de que as relações de gênero precisam ocorrer de forma equitativa, onde a licença paternidade possa estar em igualdade de condições com a licença maternidade, favorecendo o investimento na qualificação profissional das mulheres para que possam estar inseridas em melhores condições no trabalho remunerado, e, conseqüentemente, vivenciarem relações mais igualitárias (TEIXEIRA E CAMPOS, 2010).

Entretanto, dados revelam que apesar da culpa recair sobre as mulheres, são elas que acompanham as meninas na privação de liberdade, demonstrando a sua solidariedade, disponibilidade e cuidado com o processo de cumprimento da medida socioeducativa. Neste sentido,

64,5% de presença feminina contra 35,5% de presença masculina nessas famílias. A presença da mãe biológica (76,6%) supera a do pai biológico (16,6%) em 52,8% das famílias. A participação dos homens em relação aos cuidados cotidianos com os adolescentes no Sistema Socioeducativo é muitíssima inferior à das mulheres” (BARROS, 2021, p. 50).

Esta discussão tem contribuído para o aprofundamento das noções de cidadania, desigualdade e justiça social como eixos fundamentais na construção de um novo contexto social, livre de dominação e exploração, como aponta Carloto (2006) e que tenha abrangência no cotidiano das famílias.

Dialogando com a realidade das meninas privadas de liberdade, essa discussão do vínculo informal e da responsabilização remete a algumas situações compartilhadas nos atendimentos às famílias. Muitas mães perdem o trabalho, seja formal ou informal, quando os empregadores tomam conhecimento de que a filha está cumprindo MSE no DEGASE, além de serem questionadas quando escutam: onde estava essa mãe que não viu o que essa menina estava fazendo? Não se costuma perguntar, onde estava esse pai? Como se o pai, a mãe ou os responsáveis fossem os culpados pelas situações vulneráveis:

foi relatado que a culpa sobre o acontecido com as adolescentes recai sobre as mulheres, acusadas de “não terem sido mais firmes na educação das meninas”, como se o papel educativo fosse delegado somente a elas e não aos demais membros da família. Foi dito também que os homens teriam sido bem mais rigorosos com o comportamento das meninas.

Nesses casos, as questões relacionadas aos papéis sociais entre as mulheres e os homens na educação das adolescentes já revelam uma desigualdade, recaindo apenas para as mulheres esta função (STORNI et al, 2021, p.13).

Neste sentido, é imprescindível que os profissionais do DEGASE possam refletir com as famílias sobre as questões sociais que afetam o seu cotidiano visando desconstruir essa culpabilização, a qual na verdade não é dela, mas sim da engrenagem social, econômica e política que objetiva a concentração de riqueza a base da exploração do trabalhador e do empobrecimento dessa classe social e conseqüentemente, das situações de vulnerabilidades a que estão expostas.

As reflexões apresentadas em torno da temática de família e a articulação destas com as famílias atendidas no DEGASE, nos remete as dores, angústias, dificuldades, necessidades que vivenciam no cotidiano, mas que, mesmo assim, encontram forças para lutar e ainda integram movimentos de mães dos meninos do DEGASE na luta pelos direitos dos seus filhos, mesmo quando já os tenham perdido. Assim, como bem denomina Motta (2017), estas são “Mulheres Guerreiras”.

Ainda em relação aos papéis sociais, Carloto (2006) complementa que a presença masculina no âmbito da família não tem conseguido aliviar a sobrecarga das mulheres em relação às atividades domésticas e o cuidado com os seus membros, e, nem favorecido melhores condições de inserção no mundo público. Sendo assim, a autora ressalta a importância de ações que privilegie a perspectiva de gênero, classe social e raça/etnia, para enfrentar tais desigualdades.

Alguns modelos de políticas familiares são mencionados por Teixeira (2010) e ela vai dizer que considera a *política para a família* como a mais indicada, pois

seria uma nova opção de política familiar adequada às mudanças na sua estrutura e à diversidade crescente dos arranjos familiares. Política que tenha uma orientação “amistosa” em relação às mulheres, no sentido de ser “desfamiliarizante”, e que, portanto, ofereça uma rede de serviços sociais de apoio às famílias, liberando as mulheres de suas responsabilidades domésticas que, historicamente, restringiram sua inserção no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2010, p.71).

É importante considerar que no Brasil, as políticas públicas são direcionadas aos segmentos da população que mais demandam cuidados, como crianças, idosos, adolescentes, jovens e que esta direção como sinaliza Teixeira (2010) proporcionou resultados positivos na dinâmica familiar. Destaca os benefícios destinados às famílias: o salário-família que, na atualidade, ficou direcionado aos mais pobres; aposentadorias e pensões que impactam a renda familiar; benefícios assistenciais para idosos e pessoas com deficiência. Destaca ainda, que a responsabilidade do Estado quanto ao benefício de idosos e pessoas com deficiência, referem-se apenas aos integrantes das famílias que estejam em condições de pobreza extrema, evidenciando dessa forma, o princípio da subsidiariedade. No que tange ao benefício de transferência de renda – Programa Bolsa Família – é destinado às famílias pobres e em extrema pobreza, acompanhadas de condicionalidades de saúde, educação, transformando direitos de cidadania em obrigação. Ao mesmo tempo em que oferece proteção, delega maiores responsabilidades em relação à família, sobrecarregando mais uma vez as mulheres no ambiente familiar. Sua inclusão como responsável prioritária no recebimento do benefício significa que a política demarca e promove a desigualdade de gênero, reforçando o papel da mulher

em relação à maternagem e as funções domésticas, na lógica da família nuclear burguesa.

Nesta direção, um olhar feminista traz para reflexão o fato de que a centralidade no programa de transferência de renda, na verdade, não é da família, mas sim da mulher e da mãe, pois são elas as acionadas para as ações desenvolvidas e para o cumprimento das condicionalidades no campo da saúde e da educação, por exemplo. Neste sentido, Carlotto sinaliza a necessidade de monitorar a estratégia do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na implementação do PBF, objetivando compreender como essa centralidade se reflete no cotidiano dessas mulheres, já que elas são responsáveis tanto pelo suporte afetivo quanto pelo material das famílias. (CARLOTO, 2006).

Em termos da legislação pertinente à temática, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC possui o conceito de família abaixo descrito:

A família é compreendida por um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes (PNCFC, 2006, p.69).

Conforme apontam os dados da Pesquisa Famílias no DEGASE mencionados abaixo, as famílias atendidas no DEGASE, em grande parte, estão inseridas no citado programa (PBF), evidenciando essa população como famílias pobres ou em extrema pobreza. Este dado indica a importância de um trabalho integrado e articulado entre a Política de Socioeducação e a Política de Assistência Social, no âmbito dos municípios.

Derivado da pobreza - da violência estrutural, 43,4% necessitam de ajuda de algum programa social, sendo 91,9 % o Programa Bolsa Família. Tal fato comprova a vulnerabilidade financeira dessas famílias, pois as condicionalidades para o recebimento de tal programa referem-se às precárias condições de vida apresentada (BARROS, 2020, p.48).

Acerca da política familiar, Teixeira (2010) complementa que não há sustentação do PBF para que as mulheres possam combinar trabalho com as funções e obrigações da família a ela destinadas. E acrescenta que o foco do programa em famílias vulneráveis, a insuficiência de recursos dele, não

considerar as reais demandas das famílias, espaços públicos precários para atendimento, se constituem como insatisfatórios, conforme se observa na realidade do DEGASE, já que participam deste programa um número significativo de famílias. Entretanto, salienta o empenho nas ações intersetoriais e articulação entre as políticas, de modo que as famílias possam acessar serviços que precisam de fato e não se restringir a encaminhamento formal.

O cotidiano institucional no atendimento às famílias das meninas no CENSE PACGC, localiza uma outra questão a ser enfrentada, ou seja, o fato de que as famílias chefiadas por mulheres são as mais vulneráveis e na medida em que existam mais famílias negras vinculadas à condição de pobreza, associa-se a ideia de que as mulheres negras lideram essa posição. Pois, conforme dados abaixo mencionados, são dessas famílias que se fala neste estudo. Com isso, urge a inclusão do conceito raça e cor em ações direcionadas à pobreza e ao desenvolvimento social. (CARLOTO e MARIANO, 2009).

Outro elemento importante que possui uma relação direta com a realidade das meninas privadas de liberdade e suas famílias, nos estudos de Sarti (2015), é a “circulação de crianças”. Também evidenciada no histórico do desenvolvimento das meninas desde a infância, na medida em que as mães estão voltadas não só para os cuidados, mas também para o sustento da família, articulando as atividades do mundo externo com o mundo privado. Nesse sentido, é acionada a rede de parentesco (“92,4% dos responsáveis contam com apoio de familiares”)⁸) que em função de uma “obrigação moral” se vê envolvida nas tarefas de cuidado e proteção. Esta rede, em determinadas situações, acaba se estendendo para além das relações de parentesco, onde vizinhas, amigas também se solidarizam e integram tal rede. Contudo, esse percentual é pequeno (apenas 6,8% apontam outros como rede de apoio), tendo em vista que estes também encontram dificuldades de participarem desta rede⁹.

Algumas meninas experimentaram conflitos quando a mãe estabeleceu outro relacionamento conjugal e para resguardá-las, a alternativa vislumbrada foi confiar a outra mulher, geralmente da família da mãe, ou ao próprio pai, essa responsabilidade na criação da filha. Esta circulação se constitui como

⁸ Barros (2020).

⁹ Barros (2020).

temporária e como forma de manter o vínculo da maternidade, enquanto perduram as necessidades objetivas e materiais das famílias

A rede de obrigações que se estabelece configura, assim, para os pobres, a noção de família. [...] Para eles, a extensão da família corresponde a da rede de obrigações: são da *família* aqueles *com quem se pode contar*, quer dizer, *aqueles em quem se pode confiar*¹⁰ (SARTI, 2015, p. 44).

Compreendendo famílias dessa forma e pensando sobre a persistência de alguns elementos que permaneceram na esfera feminina, ao longo de diversos períodos, como o cuidado e a reprodução social dos corpos; a dimensão afetiva presente nas relações de cuidado mas que dispense tempo e trabalho por parte da mulher; a existência de uma construção social que, ao mesmo tempo, nos fazem muito atreladas a essas dimensões, tudo isso indica a necessidade de refletir sobre uma realidade que apesar de muitos avanços obtidos, do ponto de vista feminista, ainda se mantém fortemente no cotidiano da vida das mulheres. Este fato não significa dizer que os homens não cuidam, mas como ainda é difícil imaginar um lugar masculino nessa relação de cuidado na dinâmica concreta das famílias.

Sendo assim, saber das próprias meninas privadas de liberdade quais são os problemas que vivenciam nessa dinâmica, as necessidades que possuem e as alternativas possíveis, é de fundamental importância. Neste sentido, Sarti (2015) sinaliza a importância de os profissionais confrontarem seus próprios valores para que não incorrem no erro de reproduzir a desigualdade social, através da hierarquização das famílias, pois quanto mais pobres elas são, menos se reconhece seus valores. O lugar que nos colocamos na relação com as famílias (valorizando todos os saberes envolvidos), fará diferença na perspectiva de transformar uma dada realidade.

Como propõe Fonseca (2005), o respeito às formas de viver da população que integra determinada classe social, por parte dos profissionais, utilizando-se de uma metodologia reflexiva e dialógica, é fundamental no sentido de avançar na construção de programas que possibilitem, de fato, uma relação com base no diálogo entre os profissionais e a população atendida, provocando mudança revolucionária a partir de uma escuta em todos os momentos da intervenção

¹⁰ Grifos da autora.

profissional que possa fortalecer as estratégias existentes nas realidades em que realiza a intervenção.

Os programas direcionados ao enfrentamento da pobreza implementados pelo Estado, o fazem na direção de que essas famílias, através das mulheres, se responsabilizem pelo cuidado, pela reprodução e pelo bem-estar, acarretando o que Carloto (2006) considera privatizar a família ou a sobrevivência desta. Ocorre uma valorização das famílias, especialmente à maternidade, para justificar que o Estado se descompatibilize das suas obrigações relativas às políticas sociais, as quais deveriam contribuir para redução das desigualdades. Contudo, Carloto e Mariano (2010) afirmam que a estratégia de articular a mulher à maternidade não promoverá avanços na conquista de sua autonomia.

As visitas de familiares às meninas no DEGASE se constituem em mais uma dificuldade a ser enfrentada no contexto de cumprimento da medida socioeducativa. As famílias residem em municípios distantes ou bairros de difícil acesso. As despesas com o deslocamento, o tempo dispendido de ida e volta até a unidade de atendimento, em cada visita, são fatores que dificultam o acompanhamento das famílias, estando agravados pelo período de crise sanitária – pandemia da Covid-19, pois as dificuldades para arcar com as despesas necessárias são imensas. Apesar de constar nas diretrizes do ECA o atendimento às crianças e adolescentes próximo ao território de moradia, para muitas famílias este direito não se efetiva, tendo em vista a inexistência de unidades que garantam esta proximidade. Além disso, não é destinado recurso público específico para o deslocamento dessas famílias. É importante ressaltar que mesmo nesse contexto, as famílias conseguem se organizar de alguma forma para cumprirem com essa responsabilidade minimamente. Diante disto, o Relatório da Pesquisa Famílias no DEGASE (BARROS, 2020), aponta para a importância da implementação de programas e serviços que promovam a ajuda financeira, visando garantir maior acesso das famílias à instituição como preconiza o SINASE, o ECA e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC. São muitas as dificuldades delas, como as falas na pesquisa “Famílias no DEGASE”:

Não tive como trazer nada... quase nem conseguia chegar porque não tinha dinheiro para o ônibus...trouxe o que pude... ele não gosta muito

dessa marca, mas a outra era mais cara. Fiz o bolinho que ela gosta... pena que chega aqui frio... (BARROS, 2020, p. 154).

Seguindo a lógica de pensar sobre alternativas de ajuda as mulheres no enfrentamento de obstáculos para ingresso e manutenção da mulher no mundo externo, o acesso à educação de qualidade, se constituiria em estratégia de redução do tempo destinado ao cuidado, contribuindo assim, para o trabalho remunerado da mulher na esfera pública (TEIXEIRA, 2010). Observa-se, contudo, que a complexidade do ambiente escolar e de ensino, não consegue fazer com que as meninas, hoje, em privação de liberdade, tenham tido um percurso escolar que garantisse essa inserção estratégica das mães ou responsáveis femininas, no mercado de trabalho. Ao contrário, são adolescentes com baixa escolaridade (45,6% no 6º e 7º ano, com alta taxa de distorção idade – série)¹¹ e em contexto de evasão escolar.

Contraditoriamente, muitas meninas precisam ingressar no sistema socioeducativo para que consigam acessar direitos e serviços básicos, como saúde, educação e escolarização. Uma rede de proteção pública que deveria ter sido garantida no âmbito do território dela e da família, através das políticas preventivas.

Na unidade feminina, por exemplo, apenas duas das 16 adolescentes internadas eram da capital; segundo uma delas, “a minha mãe nunca veio aqui não e eu mesma falo que é pra ela não vir. Tenho uma irmã com deficiência e mais 9 irmãos, ela gasta muito dinheiro já... É muito caro pra vir de [cidade de moradia] pra cá, a passagem é muito cara” (NAPOLIÃO et al, 2020, p. 13).

No esforço de ultrapassar problemas e galgar uma política pública direcionada à família, que vise garantir o convívio familiar, urge que sejam destinados recursos equivalentes tanto para os benefícios quanto para os serviços assistenciais, além de aumento do valor dos benefícios, assegurando, ambos, nos marcos legais que norteiam a Seguridade Social, enquanto direito à sobrevivência. Neste sentido, Teixeira (2010) enfatiza que:

A equiparação entre benefícios e serviços, ou benefícios com serviços de apoio à família, requer mais que novas formas de gerenciamento e mobilização de recursos locais, mas sim, esforços conjuntos, exercício de intersetorialidade e novos recursos orçamentários da União, estados e municípios (TEIXEIRA, 2010, p. 82).

¹¹ Mendes, 2018.

Outra questão relevante no Brasil é a importância de se privilegiar a articulação entre as políticas sociais e os diversos setores da sociedade visando contemplar as necessidades dos indivíduos que compõem a família, pois o atendimento de suas demandas proporcionará reflexos positivos na dinâmica familiar, ou seja, na sua totalidade. Neste sentido, Teixeira (2010) faz constar de suas reflexões que é imperioso estimular a vida em família, por gerar pertencimento, segurança afetiva, noção de responsabilidade, possibilidade de exercitar a convivência internamente, tudo isso, como forma de se preparar para a vida em coletividade. Contudo, esclarece que a família, apesar de ser um espaço de troca e afetividade, não está isenta de conflitos internos e relações hierarquizantes. Portanto, implementar programas e projetos de apoio às famílias sem priorizar apenas a reprodução biológica e social, sem responsabilizá-las pelas questões que lhes afetam, e que ofereçam serviços de acordo com as demandas identificadas, na direção da construção ou fortalecimento da autonomia de seus membros, será possível organizar políticas públicas para as famílias (TEIXEIRA, 2010, p. 82). Este direcionamento se aproxima da proposta do presente estudo.

O reforço às políticas punitivas, o desemprego, a precarização do trabalho, o desmonte de programas, benefícios, e serviços, elementos presentes no contexto neoliberal, precisam ser interrompidos. Se faz premente um Estado que reforce as políticas públicas, na defesa de uma Política Socioeducativa que, no bojo das disputas, direcione suas ações na garantia de direitos, no respeito aos direitos humanos e as diversidades.

As famílias das meninas em cumprimento de medidas socioeducativas passam por situações de constrangimentos, pois os estigmas sofridos (comportamentos não convencionais, expressões de gênero, pobreza, dentre outros), a desvalorização social norteada por padrões machistas e de raça, refletem nelas inclusive. Contudo,

Por mais precarizadas, vitimadas, vulnerabilizadas que se encontrem as famílias em situação de exclusão, há certamente iniciativas de resistência, há desejos de reconstituição ou de manutenção de vínculos e envolvimentos afetivos: há, enfim, esperança de garantir na família o espaço de proteção (GUIMARÃES e ALMEIDA, 2015, p. 150).

São, portanto, famílias com uma enorme potência no enfrentamento das diversas dificuldades que vivenciam no cotidiano das suas vidas. Lutam pela

sobrevivência e por melhores condições de vida, sem, contudo, terem o apoio efetivo e o acesso aos direitos e as políticas públicas.

Sendo assim, estudar a temática do cuidado perpassando a discussão de gênero e de família, se constitui como um grande desafio quando trabalhamos com as meninas privadas de liberdade e suas famílias.

O espaço institucional de atendimento às meninas será aprofundado no capítulo seguinte, a partir da Política de Socioeducação, que, com base no SINASE, regulamenta e fornece as diretrizes para o trabalho de execução das medidas socioeducativas de internação e internação provisória. O **capítulo II** tratará da Política de Socioeducação, do DEGASE e da unidade CENSE PACGC.

CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO, O DEGASE E O CENSE PACGC:

O presente capítulo se constituiu a partir de questões e dados históricos que amparam a organização da Política de Atendimento Socioeducativo ao longo dos anos e como também se encontra na atualidade em relação à execução das medidas socioeducativas. Neste contexto, está inserido o DEGASE, instituição responsável pela implementação da Socioeducação no estado do Rio de Janeiro.

O DEGASE possui várias unidades de atendimento para o cumprimento das medidas de privações e restrições de liberdade, respectivamente a internação e semiliberdade, conforme descritas anteriormente, sendo o CENSE PACGC a única de atendimento feminino de privação de liberdade no estado. Por se tratar de pesquisa realizada nesta unidade, teceremos posteriormente algumas considerações e análise a respeito dela.

Sendo assim, o capítulo está dividido da seguinte forma: Proteção à criança e ao adolescente e Socioeducação: Conhecendo o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE e Compreendendo o CENSE PACGC.

2.1- Proteção à criança e ao adolescente e Socioeducação

Os novos marcos legais de proteção à criança e adolescente, que enfatizam a Proteção Integral em detrimento da Doutrina de Situação Irregular, geraram avanços significativos no atendimento de adolescentes, considerados autores de atos infracionais, pois passam à condição de sujeitos de direitos e em desenvolvimento. Dessa forma, o ECA (1990) passa a assegurar a natureza socio pedagógicas das medidas socioeducativas, e, juntamente com a Constituição Federal de 1988, fornecem subsídios para a Política de Socioeducação.

As normas internacionais foram importantes na motivação e na construção da responsabilização dos adolescentes previstas no Estatuto (ECA, 1990).

Muller (2019) recupera o Congresso de Paris, realizado em 1911 que defende o caráter tutelar em substituição ao caráter penal, questionando o fato de manter os menores de idade (ainda não existiam as categorias crianças e

adolescentes naquela época) nos mesmos espaços físicos que os adultos, e em precárias condições de vida nas prisões e sem dignidade. Segundo a autora, outra legislação internacional fundamental foi a Declaração de Genebra de 1924 que reconheceu a noção de direito da criança, consolidando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento devido à falta de maturidade, o que já embasava o conceito de proteção integral. Contudo, em 1959, a ONU legitima a Declaração dos Direitos da Criança, momento em que se admite as crianças enquanto sujeitos de direitos, e, portanto, podem demandar proteção e cuidados. Com base nesta Declaração, associado ainda, a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança publicada em 1989, fornecem subsídios para a elaboração de outros documentos, referente inclusive a temática da infração de adolescentes, como as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing – 1985), Diretrizes de Riad – 1990 e as Regras Mínimas das Nações Unidas para os Jovens Privados de Liberdade – 1990.

Muller (2019) salienta que as diretrizes para a proteção de crianças e adolescentes são definidas e estabelecem exigências mínimas no tocante a adolescentes em circunstância de infração, visando nortear esse tipo de atendimento em âmbito mundial, garantindo sua proteção por se tratar de pessoas em desenvolvimento e demandarem assistência. Diante disto, a autora destaca a importância da legislação para o atendimento socioeducativo, tendo em vista que aponta para uma responsabilização, por parte dos adolescentes, que não podem ser apenas pelo viés da sanção, sinalizando a necessidade de ações de proteção e inserção social, além de regras para a instância da justiça. Ou seja,

O documento dispõe como objetivo do Sistema de Justiça da Infância e Juventude o bem-estar do adolescente, garantindo que toda decisão em relação a ele será proporcional às circunstâncias do autor do ato e da infração, além da medida aplicada levar em conta as necessidades do adolescente (MULLER, 2019, p.17).

A autora acima evidencia ainda que o documento assegura claramente o cuidado, proteção, educação e formação profissional, para adolescentes institucionalizados por motivo de ato infracional, para que possam viver em sociedade, de modo construtivo e produtivo. Reconhece o protagonismo juvenil

preconizando um papel ativo e colaborador do adolescente no âmbito da sociedade e não, simplesmente, como objetos de medidas e de controle.

Nessa direção, o documento Regras para a Proteção de Menores Privados de Liberdade recomenda o cumprimento dos direitos e a segurança, do bem-estar físico e mental, devendo a privação de liberdade se constituir em última medida a ser aplicada, por período menor possível e apenas em casos excepcionais. Estabelece ainda, que a privação de liberdade deve resguardar os direitos civis, econômicos, políticos, sociais e culturais dos adolescentes, da assistência jurídica gratuita e confidencialidade, da possibilidade de continuar trabalhando e estudando. Impede a violência, a tortura e a coerção, além de permitir o contato com o mundo externo. Trata-se de elementos constituintes da Socioeducação e deixa claro a garantia dos direitos na privação da liberdade. Prima pelas medidas em meio aberto como forma de garantir os vínculos familiares e sociais.

Sendo assim, sinaliza “[...] que o conjunto dos documentos internacionais prevê, sob o aspecto das finalidades das medidas aplicáveis àqueles que cometeram um ilícito penal, a Socioeducação ao invés da aplicação da punição pura e simplesmente” (MULLER, 2019, p. 20).

As diretrizes apresentadas neste processo histórico, definem, segundo Muller (2019) a Doutrina da Proteção Integral, que no Brasil, se estabelece pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) embasadas pelas normativas internacionais, surgindo assim, a ideia de Socioeducação em oposição à Doutrina da Situação Irregular preconizada no Código de Menores.

Neste sentido, o ECA (1990) estabelece as medidas socioeducativas, as quais possuem como objetivos, a responsabilização de adolescentes em relação ao ato infracional, a integração social e a garantia dos direitos individuais e sociais. São definidas como Medidas Socioeducativas no ECA (1990):

Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semiliberdade; Internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, que são medidas de proteção a crianças e adolescentes quando os seus direitos são ameaçados ou violados (ECA, 1990, p. 50).

O art. 112 do ECA prevê ainda, em seus parágrafos primeiro, segundo e terceiro, que:

A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração; em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado e os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (ECA, Art.112, 2009, p. 50).

Celeste Anunciata (2005) destaca que apesar do Estatuto possuir avaliações extremamente positivas na esfera do atendimento à criança e adolescente por parte de profissionais que atuam na área e estudam a temática, pois ele se estabeleceu como um instrumento legal para a garantia de direitos, ainda se identifica ações públicas de caráter assistencialista e que reproduzem a lógica anterior. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a atuação a partir dos eixos de promoção, controle social e defesa de direitos, indicando a participação de setores da sociedade civil na formulação e implementação da política da infância e juventude, envolvendo os Conselhos de Direitos para as diretrizes do atendimento, entidades, centros de defesa e conselhos tutelares.

A política de atendimento à criança e ao adolescente passa a ter como diretriz estabelecida no art.º 88 do ECA (1990) a descentralização político-administrativa como forma de garantir a implementação de ações que possam contemplar as diferenças e especificidades regionais. Tem como princípios gerais a prioridade absoluta, o melhor interesse desse público e a municipalização do atendimento.

A promulgação do ECA (Lei N 8069/1990), com suas diretrizes e princípios, transformou a história da infância e juventude no país e foi resultado de uma construção coletiva, da luta dos movimentos sociais, na direção da efetivação dos direitos humanos para esse segmento da população, estabelecendo inclusive garantias jurídicas a esse público (MULLER, 2019).

Neste cenário, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, como descreve a autora acima, ficou responsável pela elaboração de diretrizes da política nacional direcionada à criança e ao adolescente e visando implementar os avanços obtidos com essa nova legislação, especialmente no que se refere ao adolescente autor de ato infracional. O Conselho mobilizou encontros estaduais e nacionais com

representantes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos – SGD para a construção de proposta de lei que pudesse contribuir para os parâmetros e diretrizes das medidas socioeducativas. A Resolução Nº 119 foi publicada em 2006, a qual cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que passa a ser uma referência na execução das medidas socioeducativas destacando as diretrizes éticas e pedagógicas das medidas.

Contudo, é importante destacar, que apenas em 18/01/2012 foi publicada a Lei Nº 12.594 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta as medidas socioeducativas previstas no Art.º 112 do ECA/1990 e descreve os seus objetivos:

responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (SINASE, 2012, p.01).

O SINASE define as competências de todos os entes federativos e institui o Plano Individual de Atendimento (PIA), o qual deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis na sua elaboração. Define o princípio da incompletude institucional, enfatizando a importância das diversas políticas públicas se articularem para a garantia dos direitos dos adolescentes e reforça que a Política de Socioeducação “[...] não pode estar isolada das demais políticas públicas” (MULLER, 2019, p.46).

A Lei SINASE estabelece as competências da União, Estados e Municípios na execução das medidas socioeducativas. A Política Nacional de Atendimento Socioeducativo é coordenada pela União. Nesta direção cabe aos Estados a execução das medidas de semiliberdade e internação e aos Municípios, as medidas em meio aberto (PSC e LA). Define que a equipe técnica de atendimento deverá ser interdisciplinar, sendo composta de profissionais da saúde, educação e assistência social, minimamente. E prevê ainda, a elaboração dos Planos de Atendimento Socioeducativo estaduais e municipais, os quais deverão realizar um diagnóstico do sistema e estabelecer diretrizes, objetivos, metas, prioridades e formas de financiamento e de gestão por período de 10 anos, respeitando a legislação pertinente às crianças e adolescentes.

Em relação à internação de adolescentes, O SINASE ratifica os princípios de brevidade e excepcionalidade da medida preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece outros, quais sejam: princípio da legalidade, onde o adolescente não deve ter tratamento mais grave que o direcionado à pessoa adulta; prioridade de práticas ou medidas restaurativas; proporcionalidade ao ato infracional; individualização; mínima intervenção para os objetivos da medida; não discriminar quanto à etnia, gênero, nacionalidade, classe social, religião, política, orientação sexual, vinculação à minorias ou status e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A medida de internação, assim como a de semiliberdade e liberdade assistida serão reavaliadas pela autoridade judicial no prazo máximo de seis meses, com base no relatório elaborado pela equipe técnica de atendimento que apresenta a evolução das(os) adolescentes a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA)¹².

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é instituído pelo SINASE/2012 e passa a ser exigência para as medidas de LA, SL e Internação. O instrumento norteará as ações a serem desenvolvidas com as(os) adolescentes em termos de planejamento, registro e gestão delas, devendo ser apresentado à Vara da Infância e Juventude no prazo de 45 dias após ingresso da adolescente na MSE de Internação e semiliberdade. O PIA foi regulamentado pela Portaria DEGASE Nº 154, de 04/11/2013, a qual define as diretrizes de sua implantação no âmbito do estado do Rio de Janeiro

Em relação à Liberdade Assistida, o prazo é de 15 dias. Após a entrega do PIA ele permanece como referência para o acompanhamento da evolução ou não do atendimento socioeducativo e segue sendo alterado e/ou complementado. A lei resguarda o acesso ao PIA apenas aos servidores responsáveis pelo atendimento, aos adolescentes, pais ou responsáveis, Ministério Público e Defensoria Pública, salvo autorização judicial.

O SINASE regula ainda, sobre as visitas, garantindo a presença de cônjuge, companheiro, pais ou responsáveis, parentes e amigos. Assegura a visita íntima nos casos em que comprovem casamento ou união estável, direito

¹² O PIA possui prazo de 45 dias para a sua elaboração conforme determina a Lei Nº 12.594 (SINASE, 2012).

ainda não garantido pelo DEGASE. Trata-se de um importante instrumento de trabalho junto aos adolescentes, entretanto, algumas dificuldades são encontradas na elaboração dele, como o prazo estabelecido, pois garantir a participação das adolescentes e das famílias, na dinâmica do atendimento socioeducativo não é tarefa fácil. As reuniões de equipe para estudo de casos se constituem na base para uma construção coletiva do PIA, obtendo vários olhares sobre as meninas no cotidiano da instituição.

Todavia, as dificuldades para aprofundar as questões que demandam cada caso se dá em decorrência da sobrecarga de trabalho, e, ao mesmo tempo, carece de um reconhecimento da significativa importância da troca de experiência entre os profissionais de diversas categorias e dos encaminhamentos técnicos construídos coletivamente. Na dinâmica de trabalho da unidade garantir reuniões de equipe com estudo de casos é um desafio. Ressalta-se que nas categorias profissionais estão incluídos os agentes socioeducativos que convivem com as meninas ao longo de todo o dia, monitorando as atividades (escola, cursos, atividades de dança, esporte, dentre outras) e podem contribuir significativamente com esse estudo e elaboração do PIA, pois muitos deles fazem uma escuta respeitosa, ouvem suas histórias de vida, observam suas reações nas relações sociais e de convivência estabelecidas no cotidiano da internação.

Deste modo, identificar a relevância do instrumento para o acompanhamento das meninas e das famílias é fundamental, visto que, de acordo com o ECA (1990)

a aplicação da medida socioeducativa deverá ser levada em conta a sua capacidade para cumpri-la, ou seja, será construída uma proposta individualizada para cada adolescente. Este é o objetivo do PIA como instrumento elaborado a partir da realidade do adolescente, de sua família, com espaço para escuta dos seus objetivos e interesse para, a partir deles, definir as metas e encaminhamentos para a execução da medida aplicada (MULLER, 2019, p. 74).

Fica contemplada na citada lei ações de acompanhamento para adolescentes quando se desligam da medida socioeducativa.

O SINASE enfatiza a importância da participação da família e da comunidade no atendimento socioeducativo para que os encaminhamentos das demandas apresentadas pelos adolescentes estejam de encontro com a

realidade deles. Neste sentido, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, publicado pelo CONANDA em 2006, foi construído de forma democrática envolvendo todas as esferas de governo, setores da sociedade civil organizada e organismos internacionais com contribuições das diversas regiões do país, visando garantir as especificidades locais. O PNCFC é um instrumento fundamental para as políticas públicas, na medida em que fortalece a proteção integral e a preservação dos vínculos familiares e comunitários em detrimento das práticas de institucionalização.

Especificamente, no que se refere às medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, o incentivo a participação das famílias e da comunidade devem ser estimuladas, no sentido de fortalecer os vínculos e a inclusão familiar e comunitária. Sendo assim, o PNCFC define as diretrizes com vistas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária: centralidade da família nas políticas públicas, primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família, reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades, respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais, fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida, garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas de Famílias Acolhedoras e de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, reordenamento dos programas de acolhimento institucional, adoção centrada no interesse da criança e do adolescente e controle social das políticas públicas.

O Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, foi o precursor da Socioeducação e era grande conhecedor do contexto em que se insere esta política pública. Ele realizou algumas publicações no sentido de contribuir com as reflexões a respeito desta política. Sendo assim, considera-se importante explicitar os fundamentos da Socioeducação estudados por ele. São eles: os fundamentos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, pedagógicos, filosóficos e históricos (COSTA, 2006).

Esses fundamentos buscam eliminar do sistema socioeducativo, as práticas assistencialistas, correccionais e repressivas, em prol de práticas que visem a garantia do estado democrático de direitos. O autor ressalta a importância de se ter como referência que as adolescentes respondem por autoria de ato infracional por viverem alguma situação circunstancial. Por este motivo ele enfatiza que o trabalho desenvolvido com adolescentes é o mesmo a ser realizado com adolescentes na Socioeducação (COSTA, 2006).

Muller (2019), em sua pesquisa, identificou que o conceito de Socioeducação surge a partir das construções teóricas realizadas por Antônio Carlos Gomes da Costa, militante nas lutas políticas em defesa da criança e do adolescente, que ao assumir a gestão de uma unidade feminina de medida socioeducativa e se deparar com a complexidade deste tipo de atendimento, junto com sua esposa, também profissional da área da pedagogia, desenvolveram uma pesquisa, pois precisava entender como enfrentar as dificuldades pedagógicas que se apresentavam nesse cotidiano de trabalho.

A pesquisa teve uma amplitude nacional pelos resultados positivos obtidos, embasando o conceito de Socioeducação. A união das dimensões social e educativa resultou na mudança de paradigma para o atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, apesar do ECA (1990) e das diretrizes do SINASE (2006) não terem aprofundado tal concepção, interferindo na aplicação destes instrumentos. Nessa lógica, Antônio Carlos Gomes da Costa vai defender a importância de sustentar o potencial transformador do adolescente, buscando a perspectiva da educação, pois ela objetiva fortalecer os sujeitos para a interação social e para a consciência dos seus direitos. A educação pode criar possibilidades de mudanças e preparar para o enfrentamento das dificuldades da vida (MULLER, 2019).

Neste sentido, é fundamental a educação social, pois tem como objetivo educar para a cidadania, suprir lacunas decorrentes da falta ou precariedade de acesso às diversas políticas públicas. Para socioeducar se faz necessária a participação ativa da escola, família e outros espaços educacionais, como afirma Muller (2019).

Desta forma, o atendimento na Socioeducação deve levar em consideração o processo de desenvolvimento das(os) adolescentes e a sua

realidade de modo a ampliar sua integração e participação social, respeitando o direito de se manifestarem, de serem ouvidas (os) e atendidas (os) no processo de violação de direitos. Muller (2019) enfatiza a Socioeducação enquanto política pública na execução das medidas socioeducativas, as quais devem articular as suas práticas de forma multidisciplinar na direção da autonomia e protagonismo juvenil.

Tendo como referência os marcos legais (nacional e internacional) que fundamentam o atendimento às crianças e adolescentes, o PNCFC e o SINASE fornecem subsídios para que o DEGASE passe a integrar o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, tendo em vista a sua responsabilidade com a execução das medidas socioeducativas na esfera estadual. Neste sentido, articular as instâncias de governo e a sociedade civil para efetivar os direitos humanos e implementar de fato ações pautadas na Socioeducação a partir dos parâmetros da gestão pedagógica do atendimento ainda é um desafio.

A Socioeducação está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na esfera nacional e à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) no âmbito do estado do Rio de Janeiro. O Departamento Geral de Ações Socioeducativas executa as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade e será tratado no próximo subitem.

2.2- Conhecendo o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE

Seguir falando sobre a Socioeducação enquanto uma política de atendimento direcionada à adolescentes em medidas socioeducativas de semiliberdade ou internação, requer conhecer a instituição DEGASE, tendo em vista a sua responsabilidade na execução das Medidas Socioeducativas, no estado.

O Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE, criado em 1993, através do Decreto Lei nº 18.493 de 26/01/1993, num período de quinze anos, esteve vinculado administrativa e politicamente a diversas Secretarias de Estado, como, Justiça e Interior, Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, Justiça e Direitos do Cidadão, Infância e Juventude, Família e Assistência Social,

Assistência Social e Direitos Humanos, Casa Civil e finalmente, no ano de 2008, foi transferido para a Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, vínculo que se mantém atualmente (TRINDADE, 2017).

Estas mudanças retratam a ausência de desejo, de responsabilidade, de falta de interesse político por parte do governo com uma política que lida com um segmento da população que só aparece na mídia pelo aspecto negativo dele. “[...] Afinal, seria uma instituição de segurança, social ou de educação?” ((TRINDADE, 2017, p. 19). Pode-se dizer que estar vinculado à SEEDUC gerou novas perspectivas e esperança de que o princípio educativo das práticas a serem desenvolvidas no âmbito institucional poderia se sobrepor às práticas corretivas e punitivas fundadas na legislação anterior a 1990. Esta disputa permanece mobilizando o cotidiano institucional e profissional.

Neste sentido, a promulgação do ECA rompe com as bases dos códigos de menores e se fortalece na Doutrina da Proteção Integral, estabelecendo garantias jurídicas às crianças e adolescentes que passam a ser considerados como sujeitos de direitos. Para tanto, é criado um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que deverá, com base nessa doutrina, garantir, promover e proteger os direitos humanos desse segmento populacional. A nova legislação apresenta como diferencial o princípio da prioridade absoluta em relação à proteção, prioridade de atendimento e destinação de recursos públicos. Destaca que todas as ações, projetos e programas devem estar fundamentados no melhor interesse de crianças e adolescentes, devendo considerar o território de moradia.

Nestas novas bases legais, o DEGASE passa a assumir o trabalho desenvolvido anteriormente pela Fundação Nacional de Bem-estar do Menor - FUNABEM e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA. Marcava o período com mudança significativa de paradigma da doutrina de situação irregular para a doutrina da proteção integral¹³.

Conforme sinaliza Motta (2017), as unidades recebidas estavam em condições precárias de funcionamento e sua estrutura física favorecia ações calcadas na lógica da punição. Este novo contexto demarcava a importância de

¹³ Artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e Art. 227 da Constituição Federal – CF de 1988.

perspectivas condizentes com o novo marco na construção de práticas fundamentadas na lógica dos direitos humanos.

Junto com a vinculação do DEGASE à SEEDUC, houve uma destinação orçamentária, a qual favoreceu reformas nas estruturas físicas da instituição sede e das unidades de atendimento direto às (os) adolescentes, compras de uniformes, renovação das viaturas, dentre outros. Houve ainda, destinação de recurso para cursos de formação de profissionais, de modo continuado.

Em 2007, o DEGASE tece uma nova estratégia na tentativa de deixar de ser identificado pelas histórias negativas e depreciativas, decidindo se chamar de “Novo DEGASE”. Para tanto, investe na construção de planos e projetos, que pudessem fundamentar as práticas na Socioeducação a partir daquele momento, como o Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro – PASE; o Projeto Pedagógico Institucional do Novo DEGASE – PPI; os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP de cada unidade e setores. Este foi um momento de muitas produções teóricas referentes ao trabalho da Socioeducação, com a participação dos servidores em grupos de trabalhos, reuniões e discussões pertinentes ao campo de atuação. Grupos de trabalho foram criados em 2013, para construir as diretrizes do trabalho profissional da Psicologia, Pedagogia e do Serviço Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais da instituição, como unidades de atendimento direto e outros setores. Em relação ao Serviço Social é importante sinalizar que o documento se utilizou dos projetos de intervenção profissional já construídos pelos profissionais de cada unidade/setor. Em 2019, houve uma atualização deste pela então Coordenação de Serviço Social – CSESO¹⁴, tendo sido publicado e divulgado no ano de 2020, denominado Caderno de Atribuições - O Trabalho do Serviço Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – DEGASE.

Outro grupo de trabalho para construção do Prontuário de Atendimento Socioeducativo – PAS foi criado, na perspectiva do mesmo acompanhar as(os) adolescentes pelas unidades onde precisarem passar constando informações sistematizadas sobre a história de vida das(os) adolescentes e de suas famílias,

¹⁴ Em 2019 houve um avanço em termos da estrutura da instituição promovendo a Divisão de Serviço Social – DSESO à Coordenação – CSESO. Contudo, logo após a publicação do Caderno de Atribuições em 2020, ela retorna ao status de Divisão.

além dos encaminhamentos realizados, evitando assim, um processo de desgaste para ambos, na medida em que não seria mais necessário a repetição das situações em cada atendimento e em cada nova unidade. Resguardado, evidentemente, as situações configuradas como sigilo profissional.

Essas mudanças tiveram o ponto de partida a partir da publicação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em 2006, construído pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o CONANDA, de forma democrática, com a participação de diversos setores governamentais, profissionais da área, encontros regionais com os operadores do SGD. Diante da complexidade do trabalho e da mobilização pública em torno da questão do adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional¹⁵ era premente a sistematização de uma proposta direcionada a essa questão. Esta publicação alavancou o processo institucional na construção de novos parâmetros de atendimento.

Neste sentido, é importante destacar que o órgão responsável pelo atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro está vinculado ao Governo Estadual e apesar de ainda existirem funcionários contratados, mantém um número significativo de servidores públicos concursados (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, agentes socioeducativos), realidade que difere em outros estados do país. A construção de novos instrumentos consoante diretrizes deste atendimento no nosso estado teve grande influência e participação desse quadro de servidores comprometidos com a prática profissional voltada para as novas diretrizes nacionais e internacionais direcionadas às crianças e adolescentes, com repercussões na Socioeducação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prevê Medidas de Proteção Social e Medidas Socioeducativas (MSE). Estas referem-se à adolescentes julgados autores de ato infracional, as quais podem ser cumpridas

¹⁵ Conforme artigo 103 do ECA, “[...] considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (1990, p. 49).

em meio aberto¹⁶ ou fechado¹⁷. No caso do Rio de Janeiro, a partir do processo de municipalização, ficou a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social o atendimento em meio aberto.

O DEGASE possui em sua estrutura institucional 03 unidades para atendimento à adolescentes em MSE de Internação nos chamados Centros de Socioeducação (CENSEs), 02 unidades para Internação Provisória e 04 unidades destinadas às duas situações, além de 01 de porta de entrada (CENSE Gelso de Carvalho Amaral - GCA. Possui ainda 16 Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – CRIAADs, conforme dados estatísticos do DEGASE (2021).

Para dar conta da demanda deste atendimento, o documento SINASE 2006 aponta para a importância de articulação entre os diversos setores do governo acionando a família, a sociedade e o Estado em torno dela.

Tendo em vista a formação continuada dos profissionais como um dos parâmetros pedagógicos do SINASE (2006, p. 49) foi realizado um curso sobre a temática do atendimento familiar na instituição, realizado pela Escola de Gestão Socioeducativa em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF.

A partir da realização de um curso sobre a temática do atendimento familiar na instituição, realizado pela Escola de Gestão Socioeducativa em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF, os profissionais articularam a criação de um grupo de trabalho – GT para elaborar o Programa de Atenção às Famílias do DEGASE, visando proposições norteadoras do trabalho com as famílias, a partir das práticas já existentes em cada unidade, que pudesse se constituir como uma referência para o atendimento às famílias das meninas e meninos em privação e restrição de

¹⁶ São medidas em meio aberto as Advertências, Reparação de Danos, Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, desenvolvidas pelos municípios. Nelas, as(os) adolescentes estão em casa sob a responsabilidade das famílias e são acompanhadas(os) pelos equipamentos públicos. No Rio de Janeiro são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS que realizam o acompanhamento das(os) adolescentes e das famílias.

¹⁷ As medidas em meio fechado são as de Internação e Semiliberdade (SL). Neste caso, adolescentes estão com privação (unidades de internação e internação provisória) ou restrição de liberdade (adolescentes cumprem SL nos CRIAADs, onde permanecem de segunda-feira até sexta-feira e nos finais de semana ficam sob a responsabilidade das famílias).

liberdade no DEGASE. A construção do programa foi finalizada pelo GT no ano de 2016, porém publicado em Diário oficial do estado do Rio de Janeiro, através da Portaria 546 de 24 de outubro de 2018, momento em que institui a Comissão de Implantação do Programa e o Núcleo de Atenção às Famílias – NUAUF.

O Programa de Atenção às Famílias visa:

Promover atendimento que inclua todas as famílias acolhidas nas unidades do DEGASE, favorecendo o fortalecimento e qualidade no vínculo entre os membros do grupo familiar, o adolescente e a comunidade socioeducativa, potencializando o protagonismo e colaborando no processo de autonomia das famílias (PEREIRA et al, 2016, p. 11).

É importante registrar que o Programa de Atenção às famílias no DEGASE não se restringiu a definir ações, atividades e diretrizes para o trabalho com as famílias das(os) adolescentes, mas teve a preocupação de apontar a necessidade de realizar uma pesquisa institucional que pudesse conhecer as famílias atendidas e o seu perfil, de modo que pudesse fundamentar as ações a partir da realidade desse público. Diante deste indicativo, houve uma articulação de representantes do GT, da ESGSE Professor Paulo Freire e da equipe de gestão de determinados setores do DEGASE com o Programa de Estudos Pós-Graduação e Pós-Graduados em Política Social do Curso Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF Niterói, estabelecendo assim, parceria na execução da pesquisa.

A pesquisa iniciou no ano de 2017, através de uma cooperação técnica entre o DEGASE/ESGSE e a UFF, da qual constou da elaboração do projeto de pesquisa, da construção dos instrumentos para entrada no campo de pesquisa (unidades de internação do DEGASE), até a execução, avaliação e sistematização dos resultados, culminando na publicação de ebook denominado *Famílias no DEGASE: retratando o projeto de pesquisa sobre famílias dos adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo nos diferentes territórios da unidades do DEGASE*. A primeira ação relacionada ao projeto foi a formação dos profissionais do DEGASE e dos alunos de graduação e pós-graduação que participaram ativamente da pesquisa. Cumprindo as exigências éticas, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFF pela Plataforma Brasil. Cabe sinalizar que a construção coletiva foi um exercício democrático de suma importância nesse processo e fundamental para a articulação com as

unidades contempladas e para a sua execução. A entrada nas unidades enquanto campo de pesquisa se deu em 2018 e diante da complexidade das articulações, organização para aplicação dos questionários em cada unidade, infraestrutura das idas à campo, considerando a existência de unidades em outros municípios, eleições para presidente da república em 2018, o acometimento da pandemia, a pesquisa foi concluída (aplicação de questionários, sistematização e apresentação dos resultados em 2021 (BARROS, 2020).

2.3- Compreendendo o CENSE PACGC

O Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC¹⁸, é a unidade de internação do DEGASE destinada ao público feminino, com capacidade de atendimento para 44 (quarenta e quatro) meninas.

A mudança no nome da unidade se deu como forma de homenagear o professor, falecido em 2011, por ter dirigido uma instituição de meninas (Escola FEBEM Barão de Camargo) em Ouro Preto - Minas Gerais por alguns anos, ter sido um dos relatores da lei do ECA/1990 e pela sua produção científica em torno da Socioeducação, ou seja, pela sua contribuição significativa na direção do atendimento pela perspectiva dos direitos humanos.

A sua estrutura física é menor em comparação às unidades de atendimento masculino, pois o número de meninas em cumprimento de medida de internação é bem menor que o de meninos. O número de meninas atendidas no Rio de Janeiro, na MSE, no ano de 2017, segundo o Levantamento Anual do SINASE foi de 56 (cinquenta e seis), enquanto o número de meninos foi de 1.875 (um mil, oitocentos e setenta e cinco). Em âmbito nacional, esse número se modifica para 1.046 (um mil e quarenta e seis) e 25.063 (vinte e cinco mil e sessenta e três), respectivamente.

¹⁸ O CENSE PACGC, anteriormente denominada Educandário Santos Dumond – ESD, teve seu nome modificado a partir do falecimento do Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, um ícone da Socioeducação, conforme já evidenciado.

Conforme informações do setor de dados estatísticos do DEGASE referente ao número de adolescentes (ambos os sexos) atendidos no estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2019, 2020 e 2021, temos a seguinte informação:

Sexo	Ano		
	2019	2020	2021 (até 30/06/2021)
Feminino	333	198	111
Masculino	7136	4173	2266
Total	7469	4371	2377

Fonte: CEMSE/DEGASE, 2021.

O total de meninas atendidas no DEGASE nos três anos respectivos, soma 642 e o total de meninos é de 13575.

A acomodação no CENSE PACGC se divide em dois espaços físicos, para que as meninas em MSE de Internação estejam separadas das que estão em Internação Provisória¹⁹ nos alojamentos, tendo em vista a maior rotatividade de entradas e saídas.

O quantitativo de adolescentes favorece um atendimento diferenciado, onde as meninas possuem uma rotina que permite a elas ficarem a maior parte do tempo em atividades fora do alojamento e a participarem com maior frequência de cursos e das atividades escolares. No espaço físico do CENSE funciona a Escola Estadual Luiza Mahin, responsável pela escolarização das meninas. Existem duas equipes de atendimento, sendo uma destinada ao acompanhamento da medida socioeducativa e a outra de referência para casos de saúde mental. A equipe de saúde mental atende com prioridade as meninas

¹⁹ Período em que a (o) adolescente já está na unidade, sob a responsabilidade do Estado, aguardando audiência para decisão da justiça quanto à Medida Socioeducativa (MSE) a ser aplicada.

que ingressam na unidade com histórico de transtorno mental, sinais de abstinência pelo uso abusivo de substâncias psicoativas e que apresentam sinais de transtorno pela situação de confinamento, com número expressivo de meninas que passam pela automutilação. À época do exercício profissional nesta unidade observava-se que a internação, ou seja, o distanciamento da família, dos amigos, filhas(os), dos amores, a ausência de liberdade para ir e vir, a submissão às normas e regras institucionais, a convivência com pessoas que nunca viram antes, gera um imenso sofrimento nas meninas.

Apesar de se tratar de unidade pequena em termos de quantitativo de atendimento e desse fato favorecer o andamento do trabalho, identificou-se recentemente práticas ainda imbuídas da antiga doutrina de situação irregular, como os fatos que foram publicizados na mídia recentemente envolvendo alguns agentes²⁰.

Para Duarte (2018), as meninas vivem a partir dos primeiros anos de vida um histórico de violência, e quando são apreendidas e ingressam no Sistema Socioeducativo também experimentam a violência física e institucional por parte do Estado. Diante destas situações, como pensar em novas perspectivas de vida se nunca viveram algo diferente da violência? E ainda, se retornam para o mesmo território e para a mesma realidade de antes da apreensão, como vislumbrar novos projetos de vida?

E mesmo nesse espaço que deveria ser o da proteção, muitas vezes a violência também se faz presente. Denúncias efetuadas pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública do estado provocaram o afastamento, pela Juíza da Vara da Infância e Juventude da Comarca da capital, Dr^a Lúcia Mothé Gliuche, de cinco agentes socioeducativos e do Diretor Geral do DEGASE por suspeita de abuso sexual envolvendo as meninas em MSE no CENSE PACGC, como moeda de troca - falar ao telefone celular com a mãe, ter acesso a foto do filho, receberem balas, lanches (O Dia, 02/07/2021)²¹.

²⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/diretor-geral-do-degase-e-exonerado-apos-decisao-judicial-que-determinou-afastamento-de-agentes-por-suspeita-de-abuso-sexual.ghtml>

²¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/diretor-geral-do-degase-e-exonerado-apos-decisao-judicial-que-determinou-afastamento-de-agentes-por-suspeita-de-abuso-sexual.ghtml>

Este fato revela a importância dos momentos de formação continuada para todos os servidores, em que se aprofunde as temáticas de gênero; feminismo no seu sentido mais amplo, perpassando a luta que vincula raça e etnia, gênero e classe, conforme defendem Arruzza et al (2019); o alinhamento do trabalho a partir das diretrizes estabelecidas nos marcos legais (ECA, SINASE, CF de 1988, normas nacionais e internacionais), especialmente as referentes à proteção da integridade, mas que talvez seja importante estarem aliados com as providências necessárias nos casos em que a resistência aos paradigmas da Política de Socioeducação vigente, embasada pelo respeito aos direitos humanos e princípios da educação, sejam questionados.

Diante dos fatos noticiados, algumas questões se colocam: de que adianta todo esse investimento teórico, político, de humanização, se ocorrem práticas como estas denunciadas? Será que esses servidores participam dos cursos oferecidos pela ESGSE ou outras instituições sobre a Socioeducação, humanização do atendimento, feminismo, garantia de direitos, respeito à integridade das meninas? Como a instituição que deveria garantir a proteção das meninas e desenvolver com elas atividades de educação, cultura, esporte, lazer que as fortaleçam para a vida cotidiana em sociedade distante das situações de risco pessoal e social, viola os seus direitos e as coloca nessa situação de humilhação, crueldade, desrespeito à individualidade, invasão de sua privacidade e sexualidade? As famílias perdem o poder familiar para o Estado, mas são elas, majoritariamente através das mulheres, que despendem tempo e energia para cuidar das meninas na privação de liberdade. Que tipo de sentimento essas famílias tiveram ao tomarem conhecimento do ocorrido?

Diante dos fatos algumas estratégias no âmbito da instituição foram definidas. Foi organizada uma capacitação a partir de encontros com os profissionais da unidade e de setores importantes nesse processo, buscando os fundamentos da Lei 12.594/2012 (SINASE), Práticas Interdisciplinares de Acolhimento, Práticas Restaurativas, Legislação Socioeducativa, Estudos de Gênero e Assédio, normativas relacionadas a garantia de direitos. Neste sentido, a proposta visa contribuir para o “[...] fortalecimento de vínculos entre as equipes, para a potencialização do protagonismo de profissionais mulheres na unidade e para o aprimoramento da construção de pactos e regras” (ASCOM, 12/08/2021).

O Webinário O Feminino na Socioeducação, coordenado pela ESGSE Professor Paulo Freire, teve quatro mesas em dias diferentes e apresentou temas relacionados ao feminismo e reflexões sobre a prática profissional através deste contexto.

Nesta direção, em 13/07/2021 é nomeada a nova Diretora para o CENSE PACGC, onde a equipe de gestão da unidade é integralmente composta por mulheres, além da equipe de funcionárias, se constituir de maioria mulheres a partir deste momento²². Sem dúvida, um avanço histórico nas disputas entre a punição e a educação. Que seja o início de mudanças efetivas no atendimento às meninas, devendo as práticas estarem alinhadas aos fundamentos da Socioeducação e a uma escuta atenta das funcionárias e das meninas. Pois como afirma Duarte (2018), a violação do direito à integridade física pode se dar tendo outra mulher como protagonista.

Diante do exposto e tendo em vista o movimento feminista e o seu ativismo, refletir sobre as demandas e lutas por pautas anticapitalistas, antirracistas, antiLGBTI fóxico, em defesa da mulher e da mulher negra é crucial.

Quando tratamos da temática das meninas, considera-se significativa a análise em relação ao fato de que elas identificaram nas ruas o espaço para denunciarem as situações de violações de direitos vivenciadas no seu desenvolvimento, antes mesmo de praticarem o ato infracional. Neste sentido, Duarte (2018) enfatiza uma realidade que também é das meninas privadas de liberdade, ou seja:

As vozes dessas jovens denunciam a forma como a sociedade e o Estado brasileiro, no passado e no presente, compelem a massa empobrecida e habitante da favela a ocupar os piores postos de trabalho e ter as piores condições de vida, contrastando passado e presente, riqueza e pobreza como fenômenos intrínsecos (DUARTE, 2018, p. 84).

Assim, tanto as jovens quanto suas famílias encontram-se excluídas do mercado de trabalho formal sofrendo, conseqüentemente, os impactos da situação de desemprego, como a pobreza por exemplo. Na visão de Duarte (2018), essa situação impulsiona as famílias a exercerem atividades informais,

²² As Direções de Unidades de Atendimento Socioeducativo em âmbito nacional, através do Levantamento Anual SINASE 2017, são assim distribuídas: 279 são masculinas, 204 femininas e 01 outras. E em relação aos profissionais que atuam no sistema, 21514 são masculinos e 14861 são femininas.

incluindo nelas o “mercado de drogas”, se constituindo em uma nova forma de estimular a ilicitude e o risco, além da guerra contra as drogas. Quando a autora discute a territorialidade e as meninas e o trabalho ilícito no tráfico de drogas, fica claro que a moradia em território de favelas está por demais atrelada a ausência de cidadania, o que expressa bem a realidade das meninas em privação de liberdade. Ela destaca ainda a seletividade do sistema de justiça que criminaliza as meninas pobres mesmo tendo ciência de que não se trata de escolhas pelas informalidades e ilicitudes.

Neste sentido, a pesquisa de Duarte (2018) pode concluir que:

é possível afirmar que *criminalização da pobreza e seletividade penal* são resultantes de uma sociedade desigual; marcada pelos altos índices de concentração de renda, pelo cerceamento ao espaço público, pela guetização das áreas periféricas, bem como pelo encarceramento dos mais pobres, em maioria negros e com baixa escolarização, que habitam esses territórios hoje considerados e institucionalizados pelo poder público como guetos, vilas ou favelas (ibid., 2018, p. 21).

Ter a atenção voltada para as questões sociais presentes na dinâmica familiar, como o desemprego, o trabalho precário, a fome, o uso abusivo de drogas, a violência doméstica, o abuso sexual, dentre outras, evidencia a necessidade de refletir sobre formas de enfrentamento destas, tanto quanto do ato infracional.

Diante destas questões, a discussão sobre o cuidado das meninas nas relações familiares no seu desenvolvimento e durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação pode elucidar o cotidiano de vida delas e explicar o percurso percorrido até chegar na unidade feminina.

CAPÍTULO III – IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O CUIDADO: o olhar das meninas.

Nos capítulos anteriores debruçou-se sobre os aspectos teóricos e de descrição do objeto, que embasaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Neste capítulo, será dada ênfase aos aspectos metodológicos, enfatizando o contato com a instituição, as questões éticas, os preparativos para a entrada no campo e os dados levantados, bem como a análise e os limites, possibilidades dos nossos achados.

3.1. Preparando a entrada no campo:

A fase de campo de uma pesquisa inicia-se muito antes da entrada em campo. Envolve em geral, uma série de procedimentos éticos e de contatos com a instituição para que sua realização seja aprovada. De acordo com as normas estabelecidas pelo DEGASE houve a necessidade de apresentação na Divisão de Estudos, Pesquisa e Estágio da Escola de Gestão Socioeducativa Professor Paulo Freire (ESGSE) para fins de análise e autorização.

Este processo foi demorado e conturbado em função de mudanças institucionais, decorrentes de denúncias de violação de direitos às adolescentes ali deflagradas, como já foi apontado. Esta situação levou a necessidade de a instituição rever várias questões administrativas, técnicas, políticas e jurídicas, antes de retomar o atendimento às meninas. Neste período elas foram transferidas de espaço físico, bem como alguns funcionários foram trabalhar em outra unidade e outros ingressaram na instituição. Somente após estas questões terem sido equacionadas a unidade voltou a autorizar a realização de pesquisas no seu interior, seguindo, assim, o fluxo de rotina de autorização pré-estabelecido.

A demora neste processo exigiu de pesquisadora/orientadora inquietações levando inclusive a se pensar num plano alternativo. Contudo, a importância atribuída ao “olhar das meninas” nos fez postergar a entrada no campo, o que acabou mais tarde tornando-se possível.

Com o aval da direção da ESGSE, o projeto de pesquisa e a documentação exigida foi submetida à Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital. Tal exigência decorre do fato da pesquisa ser realizada com

adolescentes em medida socioeducativa, tendo sido autorizada pela Juíza titular da área e pela Direção Geral do DEGASE, respectivamente.

Por se tratar de meninas, menores de idade, foi utilizado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, ficando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE destinado ao representante da unidade, pois as meninas estão sob a tutela do Estado. Ambos foram impressos em duas vias para assinatura, e tanto a via assinada pelas meninas, quanto a assinada pela gestão da unidade foram posteriormente anexadas nos seus prontuários.

Após a conclusão destes trâmites foram emitidas autorização institucional e judicial para a realização da pesquisa e entregue a pesquisadora Carta de Apresentação emitida pela ESGSE Professor Paulo Freire, em 01/10/2021, autorizando a entrada na Unidade.

Para a realização do trabalho de campo foram construídos dois instrumentos de pesquisa: o roteiro da entrevista e o roteiro para orientar a coleta de dados desenvolvida nos prontuários das adolescentes, visando a elaboração do perfil das adolescentes atendidas pela unidade. Estas informações foram posteriormente balizadas com os resultados da pesquisa “Famílias no DEGASE”, desenvolvida em parceria entre o DEGASE e a UFF e com as declarações prestadas pelas meninas durante as entrevistas, o que possibilitou refletir sobre o quanto este perfil de meninas compõem o grupo daquelas que são sistematicamente atendidas pela instituição.

Outro instrumento utilizado foi a entrevista com as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, com o intuito de conhecer o que elas pensam sobre o cuidado na sua história de vida e no contexto de privação de liberdade. Este instrumento possibilitou um aprofundamento dos dados já coletados anteriormente, significando-os, pois como nos ensina Djamila (2017), é a partir da história de vida das mulheres que é possível expressar numa sociedade capitalista as desigualdades existentes. Dessa maneira, as falas das meninas expressam as suas condições de vida e das suas famílias a partir de sua inserção na classe trabalhadora, ou seja, do trabalho precário, do desemprego, da pobreza, do racismo, da desigualdade de gênero, dentre outras expressões sociais.

Por se tratar de pesquisa realizada com seres humanos é demandado alguns cuidados com a questão ética. Assim sendo, foi esclarecido para as meninas, sujeitas da pesquisa, os objetivos do estudo e a não obrigatoriedade de participação. A responsabilidade e ética nortearam a pesquisa, pois de algum modo sempre ocorre alguma interferência na dinâmica e na rotina da instituição e das meninas envolvidas (FERNANDES, 2017). Ressalta-se ainda, que não foi e nem será divulgada a identidade delas. Elas serão identificadas com nomes fictícios como detalhado no perfil das meninas entrevistadas.

Uma outra questão importante relacionada à questão ética, foi o fato de fazer parte da equipe do DEGASE, tendo sido necessário esclarecer o papel de pesquisadora para que não fosse confundido com a função de assistente social dentro da instituição. Estivemos no CENSE PACGC no momento da realização da pesquisa, mas não fazemos parte daquele trabalho cotidiano.

Antes da entrada da pesquisadora no campo foi realizada uma reunião, com a equipe de direção da unidade, para conhecimento do projeto e, sobretudo, da metodologia a ser desenvolvida. Neste momento foi possível observar as mudanças realizadas pela gestão que assumiu a unidade após os episódios de violência institucional contra as adolescentes, divulgadas, inclusive, pelas mídias.

A nova direção é composta majoritariamente de mulheres, o que atende a uma luta do movimento feminista pelo cumprimento de dispositivos internacionais (Princípio XX - Princípios e Boas Práticas para a Proteção de Pessoas Privadas de Liberdade) estabelecidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o qual define que a direção da unidade de privação de liberdade feminina e as atividades de vigilância e de custódia serão realizadas “[...] exclusivamente por pessoal do sexo feminino, sem prejuízo de que funcionários com outras habilidades ou de outras áreas, tais como médicos, profissionais de ensino ou pessoal administrativo, possam ser do sexo masculino” (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2016), buscando assim, eliminar práticas de violação de direitos.

Com esta nova configuração da direção, o espaço físico e a rotina de trabalho foram reorganizados na instituição. Apesar dos avanços descritos acima, as profissionais relatam a sobrecarga de trabalho ocasionada pelo fato

dos agentes masculinos não poderem mais desempenhar sozinho ações junto às meninas. Outro desafio apontado por elas, está relacionado a necessidade de permanente reflexão-ação para evitar novos episódios de violência na instituição.

Neste contexto de mudanças observou-se uma valorização da entrada de pesquisas na unidade, como forma de colaborar com as reflexões sobre o trabalho com as meninas. O fato da pesquisadora ser também funcionária do DEGASE, na nossa visão, colaborou para a recepção positiva do estudo proposto. É importante sinalizar que neste momento houve um acordo para a realização de devolutiva da pesquisa para a equipe da unidade e as adolescentes, atendendo assim a orientação de ética em pesquisa, conforme menciona Barros (2018).

As adolescentes entrevistadas foram definidas pela equipe de gestão do CENSE PACGC, a partir de critérios estabelecidos por elas. Visando a não sobreposição de ações junto às adolescentes, bem como assegurar a pouca interferência da pesquisa na rotina institucional, a direção incluiu as entrevistas dentre as atividades realizadas pelas adolescentes durante o dia e, sugeriu a sua realização em um dia de sexta-feira, dado que as meninas têm poucas atividades externas ou audiências neste dia.

As entrevistas iniciaram com os esclarecimentos e informações a respeito da pesquisa (objetivos, riscos, importância da participação), tendo sido realizada em conjunto a leitura do TALE, para que pudessem assinar o assentimento com o conhecimento e clareza possível do que significou aquele momento. Importante registrar que uma das meninas fez questão de ler o TALE sozinha e pedia esclarecimentos quando necessário. Foi solicitada autorização para gravar as entrevistas e todas concordaram.

Apesar dos entraves nos percursos do processo de autorização institucional para a entrada em campo, como mencionado anteriormente, alguns limites tiveram que ser impostos, como estabelecer o quantitativo de pelo menos cinco entrevistas, para que houvesse o contato com o público da pesquisa e pudesse ter registrado e analisado o que as meninas pensam sobre essa temática tão importante na vida delas. Assim, estabelecer uma relação de

empatia em respeito à colaboração delas e ter o cuidado de sempre agradecer a sua participação ao final das entrevistas, foi uma tônica nesse processo.

O encontro com as meninas se constituiu num desafio, pois a experiência enquanto pesquisadora começava a se delinear e se tratava de uma experiência bastante diferente do atendimento que era realizado a elas há alguns anos, como profissional lotada naquela unidade. Estabelecer esses limites para que não houvesse confusão nos âmbitos de intervenção foi um exercício constante e enriquecedor. Estar em diálogo com as meninas é sempre uma atividade prazerosa também, pois a atenção dedicada, o respeito construído nas relações e a escuta, possuem grande valor profissional. Provavelmente elas levaram consigo as perguntas levantadas e irão refletir sobre elas no período de cumprimento da medida e na vida. A semente foi lançada.

As meninas foram, em sua maioria, bastante participativas e colaboraram com o processo da pesquisa. A escuta atenta é uma importante estratégia no contato com elas, pois sempre demandam muita atenção e sentem-se respeitadas na sua individualidade.

Algumas questões coletadas nas entrevistas com as adolescentes, como informações referentes à escolaridade, família, idade, renda familiar, trabalho, cor, sexualidade dentre outras, tiveram como objetivo a construção do perfil das adolescentes. E buscar o entendimento delas em relação ao cuidado no seu histórico de vida e no contexto de privação de liberdade, foram questões que nortearam o trabalho de campo.

3.1.1- *Iniciando a pesquisa de campo*

Quanto ao número de sujeitas, participaram da pesquisa seis adolescentes, através da entrevista semiestruturada, como definida na metodologia. Em relação à pesquisa documental, 19 prontuários de atendimento foram consultados, de onde foram coletados os dados que subsidiaram a construção do perfil das meninas que estavam privadas de liberdade naquele momento do trabalho de campo. Ambas as estratégias foram

bastante significativas para o processo de análise. O material coletado foi essencial nesta etapa da pesquisa e teve como referência o quantitativo de

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no dia da realização das entrevistas, ou seja, 19 (dezenove) meninas.

As meninas indicadas pela gestão da unidade foram convidadas e sensibilizadas para participarem da pesquisa, etapa que se constituiu em uma experiência nova e gratificante, pois lidar com elas e com as suas experiências enquanto pesquisadora foi um grande desafio.

A unidade indicou 07 (sete) adolescentes, porém, uma delas, após esclarecimentos, não aceitou participar, tendo sido respeitado o seu direito.

É importante considerar a atenção dada por parte da equipe de agentes a qual facilitou em muito o trabalho de entrevistar as meninas. Esta disponibilidade em retirar as adolescentes do alojamento para as atividades nos chamou a atenção no direcionamento do trabalho da unidade. Toda a equipe presente já tinha conhecimento sobre a pesquisa e sobre quem era a pesquisadora, restando apenas informar e sensibilizar as meninas a participarem.

A interação entre a pesquisadora e as meninas entrevistadas colaborou para a compreensão da complexidade das questões vivenciadas, da subjetividade e posicionamentos críticos frente a realidade. A gravação foi uma estratégia utilizada visando o registro simultâneo das entrevistas realizadas, tendo sido autorizada pelas adolescentes.

Entretanto, elas estão sempre preocupadas com o repasse de informações para o Juiz e direção. Sendo assim, observei que o fato de não conhecerem a pesquisadora, pode não ter gerado total confiança na resposta de que a gravação era sigilosa, pois perguntaram se seria entregue à juíza ou a alguém da unidade, mesmo após tais esclarecimentos, influenciando, talvez, a não dizerem tudo que pensavam naquele momento.

Conforme Ianni (2011) sinaliza, isto não significa dizer que elas possam não terem dito a verdade, mas podem ter falado sobre as questões abordadas de modo geral, sem maiores especificidades. Daí a importância, segundo o autor, de uma visão crítica sobre o real ultrapassando o nível das aparências na análise dos dados. Este foi um grande desafio enfrentado. As entrevistas foram transcritas, posteriormente, como estratégia para a realização das análises.

O olhar atento da pesquisadora se fez presente o tempo todo, organizando o diário de campo e registrando nesse importante instrumento todas as observações, reflexões e passos dados na realização deste trabalho de campo. Ele foi de uso exclusivo da pesquisadora e registrou os diversos momentos do estudo, do início ao fim do trabalho. Foram anotadas no diário de campo as informações e dados subjetivos que surgiram para além dos depoimentos (MINAYO, 2002).

Estes registros fizeram parte do material para a fase de análises e interpretações, assim como todos os procedimentos, mesmo que informais, foram considerados material complementar para as referidas análises (DUARTE, 2002).

Neste sentido, a seguir será detalhado o processo da realização da pesquisa na unidade feminina e a experiência vivida nesse momento com elas. Será identificado adiante o perfil delas nesse período do trabalho de campo e realizada a análise do conteúdo das entrevistas e do material coletado à luz da bibliografia estudada.

3.2 - O Perfil das meninas

A pesquisa “Famílias no DEGASE”, desenvolvida pelo DEGASE/UFF, finalizada no ano de 2020, construiu um perfil dos adolescentes que cumpriam MSE de internação nas unidades de privação de liberdade, a qual pode dialogar com os achados da presente pesquisa. Trabalhou com os dados de idade, sexo, moradia, escolaridade, dentre outras informações importante nesta construção. No período, observou-se que a idade dos adolescentes estava com maior concentração de 15 anos até as vésperas de completar 18 anos de idade e a distribuição por sexo na instituição evidenciava que 95,7% eram do sexo masculino.

A organização da sociedade com base no racismo tem impactos importantes na vida das famílias brasileiras, especialmente no que se refere aos adolescentes a quem se atribui autoria de atos infracionais. Sendo assim, levantar dados relacionados a questão da raça/cor, é fundamental de acordo com as diretrizes da luta do movimento negro, visto que comprova e evidencia

as discriminações raciais no contexto da sociedade, além de respaldar as denúncias nas instâncias pertinentes. Nessa lógica, a pesquisa “constatou que 71,1% dos jovens são pretos e pardos e somente 27,1% são brancos” (BARROS, 2020), considerando meninos e meninas, conforme tabela no anexo IV.

Interessante destacar, que, coincidentemente, havia no dia do nosso trabalho de campo, 19 meninas internadas no CENSE PACGC, o mesmo quantitativo encontrado na pesquisa “Famílias no DEGASE”, o que nos permitiu algumas comparações importantes.

Estar em situação de risco pessoal e social numa fase tão importante da vida como a adolescência, nos remete a analisar alguns dados a partir da vulnerabilidade em que se encontram essas meninas, antes da apreensão por prática de ato infracional.

O índice de adolescentes residindo com mulheres é um dado significativo, pois como evidencia Hirata (2016), o cuidado é feminino e essa realidade também se expressa no âmbito da Socioeducação.

Desse modo, a pesquisa “Famílias no DEGASE” identificou que 64,5% referem-se à moradia de adolescentes com a presença feminina, enquanto, em relação à presença masculina, o quantitativo cai para 35,5%. Com base nas mulheres como referência desse cuidado, observou-se ainda que, a mãe biológica é responsável em 76,6% ficando restrito ao pai biológico 16,6%, tendo como parâmetro os 52,8% das famílias dos adolescentes - meninos e meninas (ver tabela, anexo IV).

Foi possível ainda relacionar tais dados às condições de precariedade que vivem essas mulheres e suas famílias, demonstrando a necessidade de políticas públicas que ampare essas mulheres na tarefa do cuidado, pois enfrentam muitas dificuldades para cuidarem dos seus filhos, tendo em vista a discriminação sexual e racial, a pobreza, a ausência de serviços básicos como creches e escolas, colocando toda a família em condição vulnerável (BARROS, 2020). Fazem parte do mercado de trabalho pela perspectiva da informalidade, sem nenhuma garantia trabalhista exercendo atividades precarizadas, um percentual de 45,19%.

Uma das meninas entrevistadas no presente estudo reconhece essas dificuldades da sua família denotando o contexto de pobreza no momento atual, como sinaliza a fala abaixo:

O negócio do Bolsa Família sempre dá problema, minha mãe sempre tem que tá vendo. Negócio de escola é muito difícil também, arrumar vaga, essas coisas, ainda mais que ela tem três filhos. Eu vejo a dificuldade na minha mãe, eu vejo (Margarida, 2021).

A partir deste perfil mais geral serão apresentados a seguir os dados que constituem o perfil das meninas do CENSE PACGC no período atual, os quais estão correlacionados com a pesquisa Famílias no DEGASE e foram encontradas muitas semelhanças, concretizando determinadas situações como demandas para novos estudos e indicativos para as políticas públicas. Os diversos estudos referentes a temáticas relacionadas à Socioeducação permitiram o aprimoramento do conhecimento acerca da política, com possibilidades de promover mudanças nesta realidade.

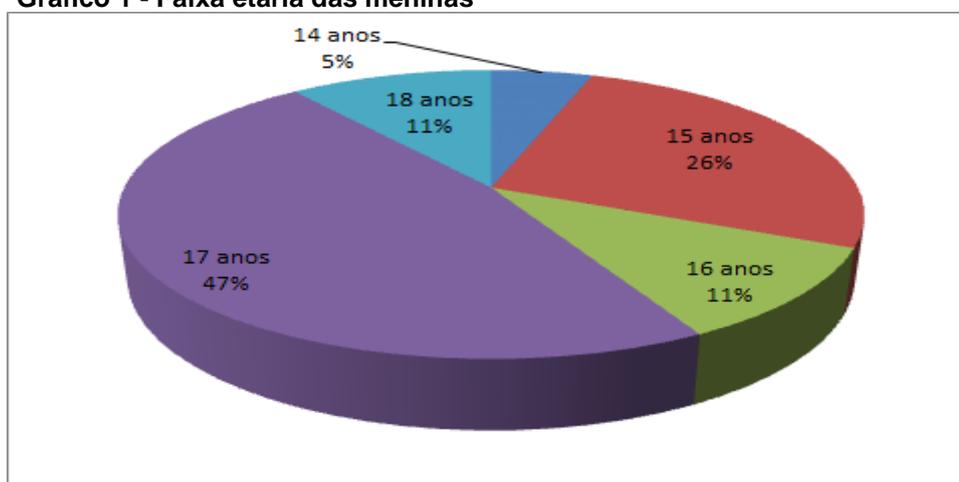
3.2.1- O perfil das meninas na unidade - CENSE PACGC

No presente estudo foram levantados 19 (dezenove) prontuários de meninas inseridas na Socioeducação, na unidade feminina CENSE PACGC, conforme já evidenciado. Deste total, 09 meninas estavam na Internação Provisória e 10 com a MSE de internação já sentenciada pela Vara da Infância e Juventude. As adolescentes na internação provisória ingressaram na unidade no mês de outubro de 2021 e possuem um prazo de 45 dias para decisão judicial, ou seja, se seguem privadas de liberdade cumprindo a MSE de internação ou se liberadas para medidas mais leves previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Os dados colhidos na pesquisa documental, através de consulta aos prontuários das meninas associado às entrevistas, aos registros do diário de campo, a observação participante durante o período da pesquisa, permitiu a sistematização deles, de modo que a construção de um determinado perfil de meninas que se encontram privadas de liberdade no CENSE PACGC, pudesse ser pensado.

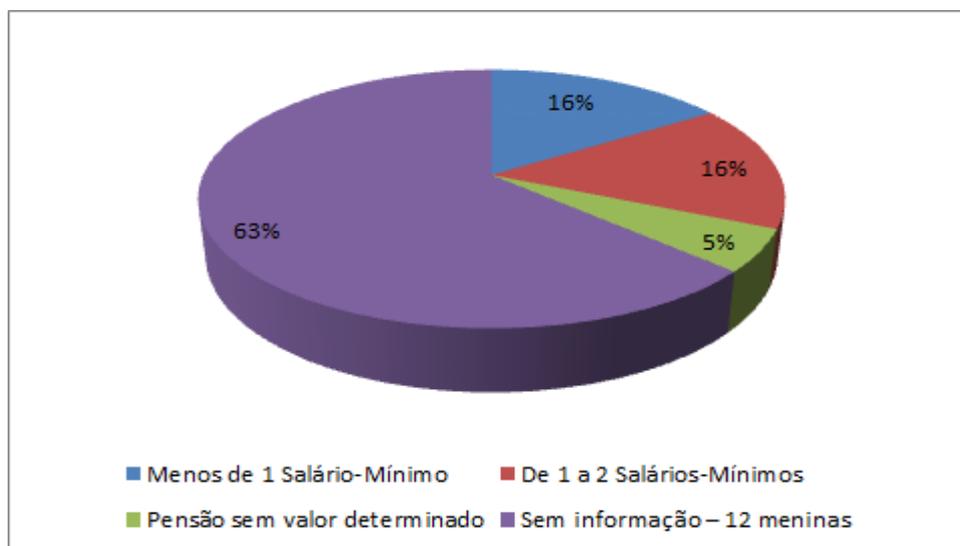
Atualmente trata-se de meninas com idade entre 15 e 18 anos de idade, com uma concentração maior em 15 anos de idade (04 meninas) e 17 anos (09 meninas). Diferente do contexto da pesquisa Famílias no DEGASE (BARROS, 2020), apenas 01 menina com idade de 14 anos fazia parte do grupo de adolescentes atendidas no período pesquisado, o que significa 5,26%. Mesmo tendo reduzido esse quantitativo, permanece como um dado significativo para maiores investigações, pois como aponta a análise da pesquisa anterior, o número de meninos que ingressam no Sistema Socioeducativo com essa idade é muito baixo.

Gráfico 1 - Faixa etária das meninas



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Seguindo na lógica da exclusão social, a renda familiar se constitui como um importante dado a ser observado. Contudo, nas meninas entrevistadas nem todas souberam informar e nem todos os prontuários continham tal informação. Os dados referem-se a apenas 7 meninas. A ausência desses dados de forma mais precisa no contexto das demais 12 meninas interfere no conhecimento da realidade socioeconômica delas e de suas famílias objetivamente. Contudo, considera-se importante indicar abaixo os dados encontrados.

Gráfico 2 - Renda das famílias das meninas em medidas socioeducativas

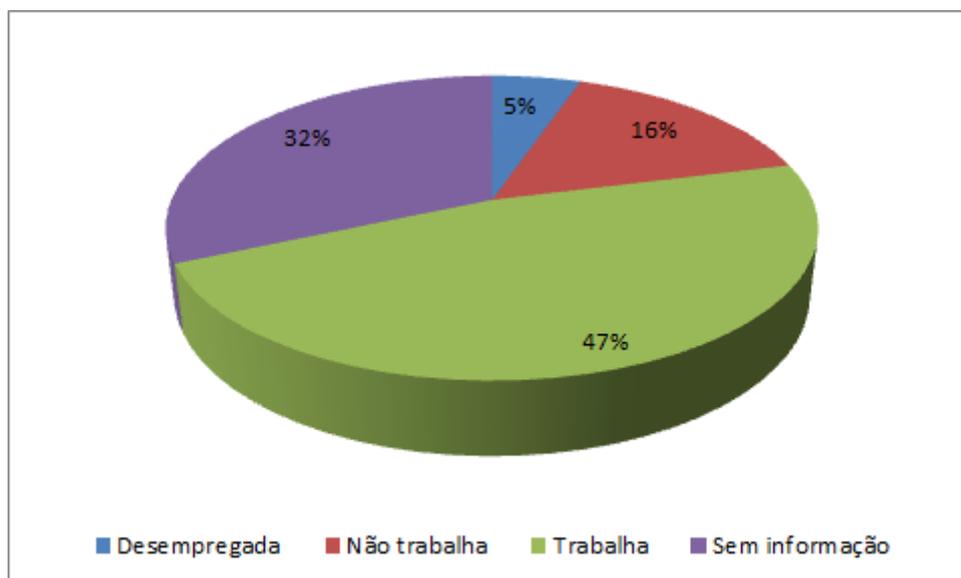
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

É importante destacar que uma das meninas entrevistadas provavelmente tem uma renda diferenciada, pois a mãe trabalha como dentista e o pai como engenheiro, porém ela não soube informar a renda deles e nem consta esta informação nos registros do prontuário. Esse dado sinaliza uma outra realidade no Sistema Socioeducativo, ou seja, o comprometimento da saúde mental da adolescente identificada tanto na entrevista quanto no prontuário, associado talvez a uma demanda de atenção no seu desenvolvimento a colocou numa situação de grande risco, provocando uma aproximação dela com o ato infracional.

Quanto à atividade de trabalho dos responsáveis familiares (RF) tem-se os seguintes dados coletados nos prontuários e nas entrevistas: do total das nove famílias que trabalham, 05 delas estão no mercado de trabalho sem vínculo empregatício, ou seja, na informalidade, sem direitos trabalhistas, consequentemente. Vendem biscoitos, bebidas na praia, camelô, cabeleireira, diarista.

Quanto ao trabalho formal foram identificadas as atividades de trabalho em empresa de telefonia, costureira com jornada extensa de trabalho, encarregado de obra. Difere-se deste perfil de atividade, os pais de uma adolescente em que a mãe é dentista e o pai engenheiro eletrônico.

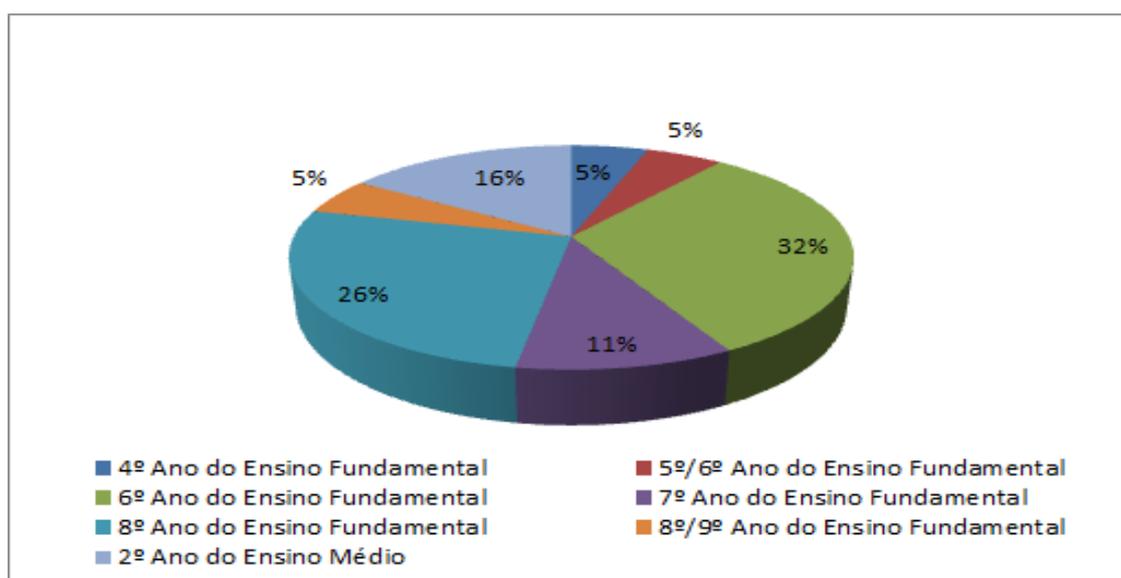
Gráfico 3 - Condição de trabalho dos responsáveis pelas meninas



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

No que se refere à escolaridade das meninas tem-se uma concentração no 6º e 8º ano do Ensino Fundamental, ressaltando que 03 meninas cursam o 2º ano do Ensino Médio, conforme demonstra a tabela abaixo.

Gráfico 4 - Escolaridade das meninas

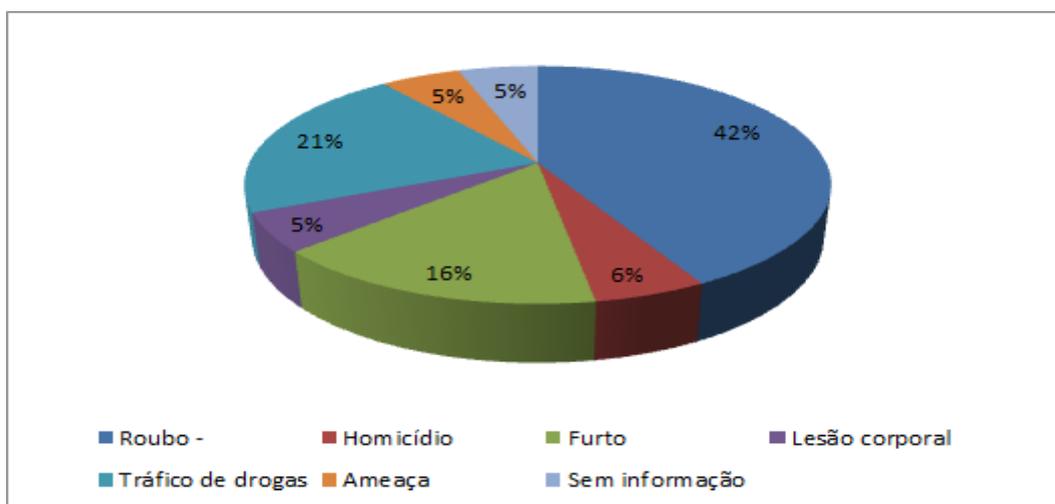


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Ainda em relação à situação escolar, verificou-se que 06 meninas estavam estudando antes da apreensão e 07 não estudavam. E de 06 meninas não constavam tal informação nos prontuários. Contudo, é importante alertar para o fato de certa confusão que fazem em torno do que é estudarem e estarem matriculadas na escola.

Em relação aos atos infracionais existe uma cobrança na sociedade quanto à necessidade de maior tempo de cumprimento de medida socioeducativa para adolescentes, pois é projetado pelos meios de comunicação uma ausência de responsabilização dos atos infracionais praticados. Entretanto, vale ressaltar que os dados levantados permitiram identificar que os atos infracionais análogos aos crimes de roubo e tráfico de drogas foram os que tiveram maior concentração entre as meninas, seguido de furto, como descreve a tabela abaixo.

Gráfico 5 - Tipo de Ato Infracional atribuído às meninas

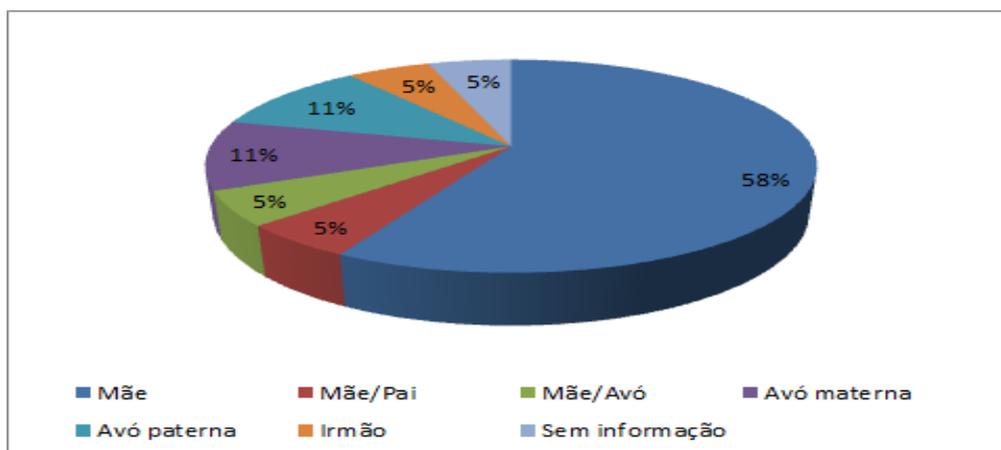


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Não deixando de considerar a gravidade da situação apresentada, chama a atenção o fato de que tais atos são formas de obter bens materiais necessários, os quais elas não têm acesso pela via do direito e da inclusão social e econômica por parte das famílias, que se encontram em condições precárias de sobrevivência, bastante agravadas com o período de pandemia (COVID-19/2020-2021).

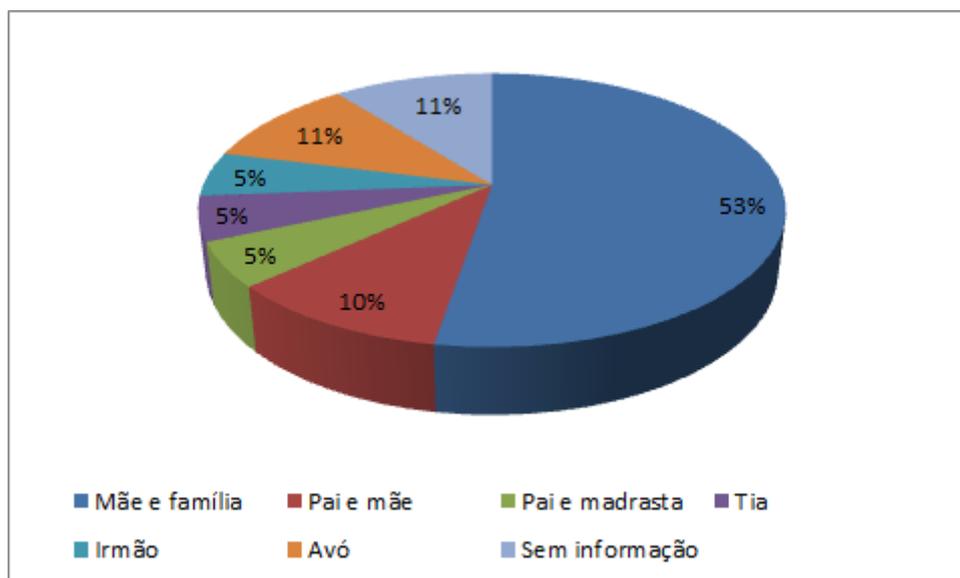
A discussão sobre as desigualdades de gênero e as tarefas de cuidado da família sob a responsabilidade das mulheres, em sua maioria, se comprova com os dados mencionados a seguir. Ou seja, 13 meninas têm a mãe como responsável por elas no acompanhamento da medida socioeducativa e 17 (dezessete) têm pelo menos uma mulher como responsável.

Gráfico 6 - Responsável familiar pelas meninas



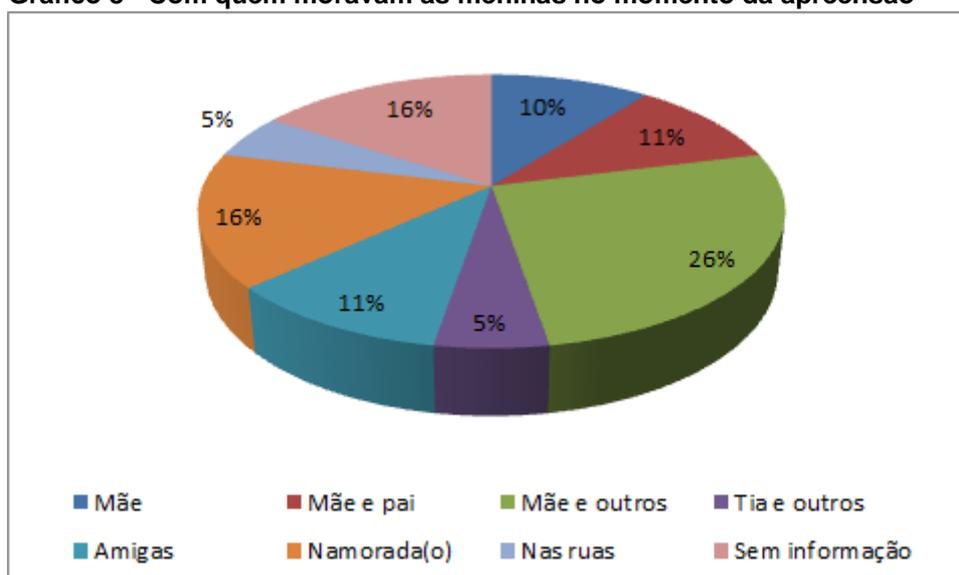
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Esses dados demonstram ainda a ausência significativa dos pais das meninas no acompanhamento da medida socioeducativa delas. No entanto, esse número aumenta um pouco quando se observa com quem moram as meninas, pois 03 meninas residem com o pai, juntamente com a mãe ou madrasta. A ausência paterna se expressa na realidade familiar de 08 meninas, além de 06 delas terem os pais falecidos. Essa ausência é uma temática recorrente na sociedade brasileira e importa em fragilidades das condições de vida e a desigualdade de acesso por homens e mulheres, que com base nas discussões teóricas a respeito de gênero e paternidade merecem uma investigação mais aprofundada.

Gráfico 7 - Com quem moram as meninas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Associando a esses dados, a indagação com quem as meninas moravam no momento da apreensão, percebe-se que a mãe, em sua maioria, está presente na vida das filhas, antes e depois da apreensão. Demonstrando que o afastamento delas, em geral, acontece devido a problemas relacionados à saúde, incluindo nesse campo o uso abusivo de drogas e por detenção, conforme os dados obtidos na pesquisa de campo, mas não por abandono.

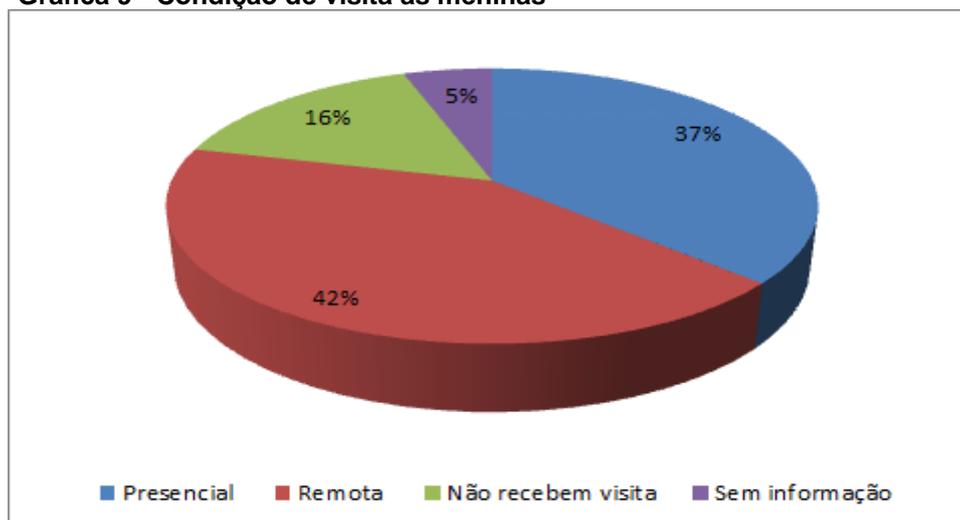
Gráfico 8 - Com quem moravam as meninas no momento da apreensão

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Dentre as meninas em privação de liberdade, 03 delas possuem filhos na faixa de idade de 7 meses, 2 anos e 5 anos de idade e uma está no terceiro mês de gravidez. No período da pesquisa “Famílias no DEGASE” apenas 01 menina tinha filhos. Este é um dado de preocupação, pois a Lei Nº 13.257/2016, um marco na regulação da primeira infância, indica que não seja aplicada a MSE de privação de liberdade para gestantes ou meninas que estejam amamentando.

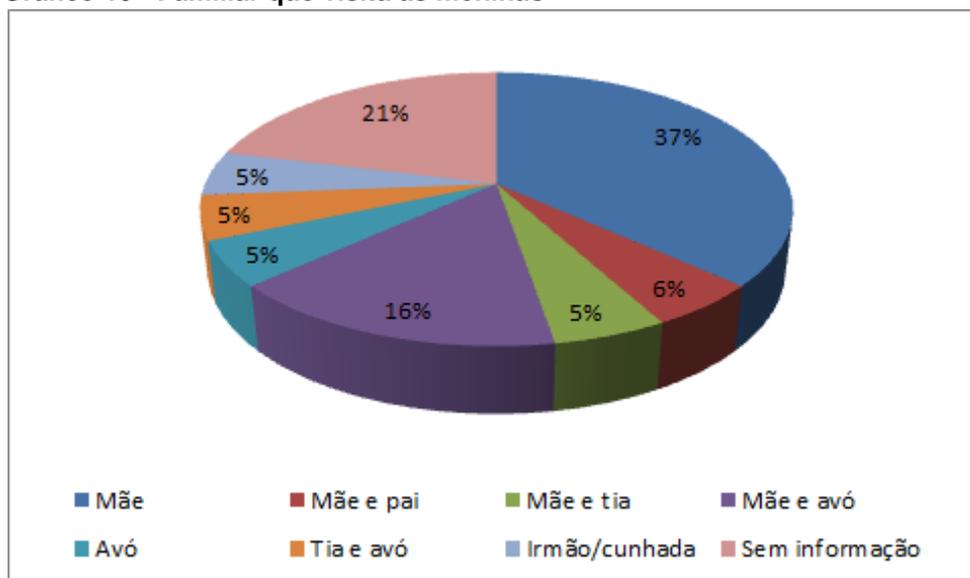
As visitas das famílias podem ser realizadas de modo presencial ou remota. A diretriz institucional em relação às entradas de meninas na unidade no período da pandemia tem sido a de cumprimento de quarentena em decorrência da COVID-19. Com isso, as visitas presenciais ficam suspensas nesse período, sendo realizadas por meio remoto.

Gráfica 9 - Condição de visita às meninas



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

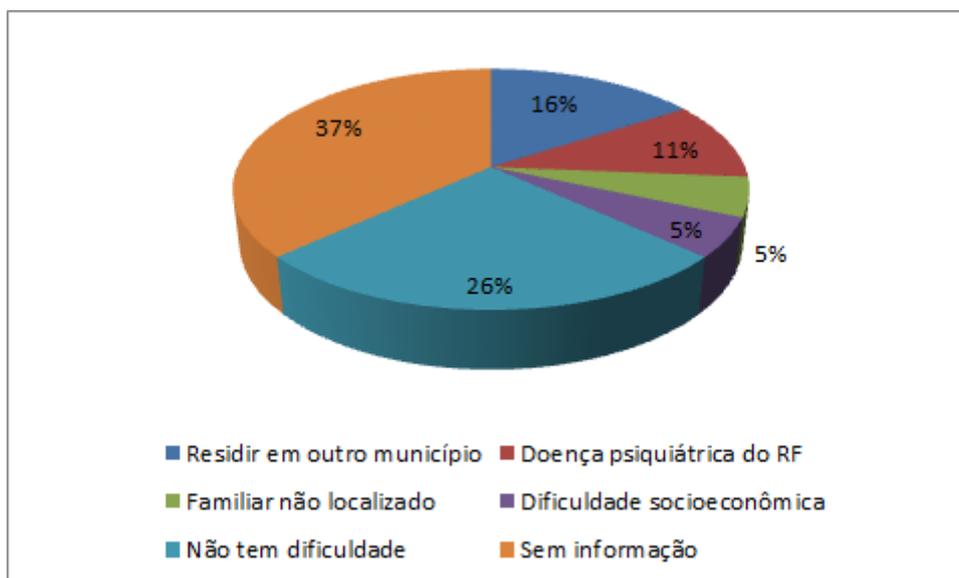
A maioria das meninas são assistidas pelas famílias no cumprimento da medida, representadas por maioria de mulheres como mães, tias e avós, enfatizando sob a sua responsabilidade a tarefa de cuidado (HIRATA, 2016).

Gráfico 10 - Familiar que visita às meninas

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

Como o CENSE PACGC atende todo o estado do Rio de Janeiro, e é situado na no município do RJ, o acompanhamento das famílias que residem em outros municípios fica bastante prejudicado devido às despesas de locomoção e disponibilidade de tempo em decorrência de trabalho ou de cuidados com filhos mais novos. No momento da presente pesquisa, 08 meninas eram de outros municípios e 01 residia na Baixada Fluminense. Na capital residiam 10 meninas. É importante salientar que o SINASE e o PNCFC preconizam a descentralização do atendimento socioeducativo para favorecer as articulações no contexto da territorialidade. Contudo, esta diretriz não vem sendo cumprida pelo estado do Rio de Janeiro, prejudicando assim, a convivência familiar e comunitária, as articulações com a rede local e o acompanhamento, por parte das famílias, da MSE das meninas de outros municípios.

Gráfico 11 - Dificuldades em relação ao acompanhamento da MSE



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, outubro, 2021.

A condição socioeconômica precária das meninas e suas famílias é um fator que as impulsiona para atividades que geram renda. Neste sentido, 05 meninas já tiveram experiência de trabalho, mas devido à idade e baixa escolaridade, próprias do processo de desenvolvimento, as atividades se deram informalmente. As atividades registradas foram: empresa de telefonia fazendo contato telefônico para captar clientes, no CEASA descarregando caminhão, loja de roupas, venda de bebidas na praia e camelô. Dentre os dados, 05 delas nunca trabalharam e 09 sem informação. A fala da adolescente Violeta expressa essa análise:

tentei empregos, tentei, tentei, não consegui; e aí eu fui vender água, consegui uma renda durante um tempo, só que a renda caiu por conta do tempo, do sol e tal, caiu a renda total, não consegui mais vender água, fiquei sem dinheiro e eu fui pra.... aí eu descobri a rua, a pista, como trabalhar como acompanhante e lá eu consegui bastante renda, consegui um dinheiro e tava pagando minhas contas, só que eu não tava querendo trabalhar naquilo porque aquilo ali pra mim não era bom, porque eu não me sentia bem fazendo aquilo (VIOLETA, 2021).

Chamou atenção os casos de saúde mental: 05 meninas estão em tratamento em Centros de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSIs, unidades do Sistema Único de Saúde - SUS, responsáveis pelo atendimento no campo da saúde mental; as mães de 02 meninas também em tratamento em CAPS; 04 meninas em uso de medicação específica da saúde mental; 07 meninas

acompanhadas pela Saúde Mental da unidade. Destas, 01 tentou suicídio e 03 delas com episódios de automutilação. Ou seja, o confinamento que vivenciam na privação de liberdade agrava e/ou gera significativo sofrimento mental. Dado a ser considerado no momento das decisões judiciais priorizando a aplicação de medidas em meio aberto para os casos em que seja possível tais medidas, com respaldo da legislação pertinente.

3.2.2- O perfil das meninas entrevistadas

Neste item será apresentado o perfil das seis meninas entrevistadas que se encontravam em MSE na unidade CENSE PACGC, no momento do trabalho de campo. É necessário esclarecer que a rotatividade de meninas atendidas é significativa, na medida em que entram meninas novas ou são desligadas da unidade de forma muito dinâmica. Sendo assim, cada dia tem-se um quantitativo diferente, mas que, pelo histórico de atendimento e pelas condições encontradas, o perfil construído neste estudo representa as meninas na Socioeducação. Os dados para a construção desse perfil foram colhidos no ato das entrevistas com as próprias meninas.

Neste sentido, quem são as meninas que participaram do estudo em pauta?

Inicialmente, as meninas serão apresentadas e posteriormente, cumprindo o objetivo de construir o perfil destas, serão apresentados os dados coletados nas entrevistas e complementados com a pesquisa documental.

Visando uma construção mais humanizada, as meninas serão identificadas através de nomes de flores, escolhidas aleatoriamente. Nesta direção, participaram das entrevistas as seguintes meninas: Margarida, Rosa, Violeta, Dália, Jasmim e Melissa.

Margarida tem 15 anos de idade, se apresentou como heterossexual e sua expressão de gênero é mulher. Diz que sua mãe tinha muitas dificuldades na tarefa do cuidado, porque ela não ouvia a mãe e a respondia com rispidez. Agora diz ter percebido que a mãe é tudo para ela e a vê como guerreira. Não reconhecia o sofrimento e a luta da mãe que contou apenas com a ajuda do seu

avô para cuidar dela. O pai, apesar de contribuir com R \$200,00 mensais é ausente e após a entrada do padrasto na família, este passou a ajudar nos seus cuidados também, porém encontram-se separados no momento. A mãe está inserida no Programa Bolsa Família e o padrasto continua colaborando de alguma forma. A família mudou de bairro para tentar afastá-la das atividades ilícitas. Relata saudades dos irmãos, com quem já nem conversava mais. Também não visitava mais a avó. Pensa em fazer tudo diferente a partir de agora.

Esse lugar aqui é horrível, mas pra mim eu acho que foi até bom porque eu reconheci o valor da minha mãe, eu parei pra pensar [...] (MARGARIDA, 2021).

Rosa tem 17 anos de idade, diz ser homossexual e se apresenta como homem. A adolescente foi criada pela avó desde bebê, pois a mãe fazia uso abusivo de álcool, o que gerou episódio de agressão do pai à mãe, culminando com que ele a levasse para ser criada pela avó e pela tia, a qual chama de mãe. Diz nunca mais ter visto a sua mãe biológica. O pai sempre foi ausente, tendo sido assassinado há um ano por envolvimento com o tráfico de drogas. A avó é aposentada e recebe pensão do avô. A tia recebe o benefício do Programa Bolsa Família. Reside em Miracema e em decorrência da distância, falta de recurso e o fato de a tia também cuidar da avó que sofreu um AVC e da sua própria filha, não tem recebido visita. A tia está tentando transporte no Fórum da cidade para visitá-la pelo menos uma vez por mês.

Violeta tem 17 anos e se apresenta como uma mulher transsexual. Ela diz ter conhecido a mãe aos 6 anos de idade quando ela faleceu de HIV e quanto ao pai disse tê-lo visto pela primeira vez aos 5 anos e quando tinha 11 anos ele faleceu.

Meu pai eu vi uma vez só e quando eu vi ele, ele me deu uma carteira de chiclete, rosa, nunca vou esquecer. A gente não esquece, né? (VIOLETA,2021).

Estava residindo com amigos e ficou sem renda para arcar com as despesas, pois tinha sido demitida da empresa de telefonia. Foi quando diz ter iniciado no tráfico fazendo transporte de droga, tendo sido apreendida. Fazia uso de drogas. Relata conflitos com as demais meninas na unidade, pois dizem coisas que a magoam em decorrência da sua sexualidade. Diz se tratar de um

momento difícil. Com o falecimento dos pais quando ainda era criança passou a circular entre a casa de alguns familiares, como a tia, a irmã e o irmão e não conseguia se adaptar. Violeta demonstra dificuldade em lidar com as questões da sua história de vida e a família também. Associado a isto, surge a sexualidade como mais um desafio a ser enfrentado por ambos, família e adolescente. Quando precisou voltar a morar com a tia apresentou quadro de depressão, histórico de automutilação e tentou suicídio. Nunca fez acompanhamento especializado na área da saúde mental. Fala da forma que reagia às suas insatisfações.

eu pegava, respondia, era abusado, falava comigo eu não gostava, mandava fazer alguma coisa eu não gostava, quebrava as coisas, batia no meu primo, machucava ele, fazia maldade com ele, respondia minha madrinha, esperneava, não respeitava eles...esse era o...entendeu? (VIOLETA, 2021).

Dália possui 17 anos de idade. Ela se declara heterossexual e se apresenta como mulher. Diz que desrespeitava a mãe e fugia da escola, estando sem estudar há 6 anos, desde que evadiu da unidade de MSE de semiliberdade. Reside com a família em Nova Friburgo. Seu pai é ausente, o tendo visto apenas uma vez no ano de 2011, considerando o padrasto como pai. A mãe trabalha como costureira em uma confecção de roupas com uma jornada de trabalho muito extensa. Adolescente tem uma filha de 2 anos de idade, registrada em nome da avó materna, pois Dália não possuía identidade à época do nascimento da filha. O pai da criança é totalmente ausente. A mãe não está visitando Dália com frequência, pois além da distância da moradia, de cuidar dos seus outros filhos, ainda está cuidando da sua filha.

Jasmim tem 15 anos, se apresenta como heterossexual e expressa a sua sexualidade como feminina. Na entrevista, se reservou a não dizer que é do sexo masculino. Na consulta ao prontuário foi possível identificar que Jasmim, inicialmente deu entrada na unidade socioeducativa masculina (Escola João Luíz Alves - EJLA), sendo transferida para a unidade feminina posteriormente. A unidade contava com 2 meninas transsexuais no momento da pesquisa de campo. O pai faleceu quando tinha 7 anos de idade e não tem convivência com a mãe. Esta não aceita a sua sexualidade e faz tratamento no CAPS, unidade de atendimento em saúde mental. Sendo assim, a adolescente possui um

histórico de institucionalização e relata grande revolta para com a mãe dizendo não desejar vê-la. Não recebe nenhuma visita. Diz que sempre se cuidou sozinha, pois nunca pode esperar nada da mãe. Possui a sobrinha e uma vizinha como suporte familiar. Possui uma rede institucional que se articula em torno do caso de Jasmim.

Com 17 anos de idade, Melissa se identifica como bissexual com expressão de gênero fluido. Cursa o 2º ano do Ensino médio. Possui uma condição socioeconômica diferenciada das demais meninas, pois a mãe trabalha como dentista e o pai como engenheiro eletrônico. O irmão de 23 anos cursa tecnologia da informática. Os pais estão separados, porém convivem na mesma casa, pois o pai se recusa a sair. Melissa reclama falta de atenção por parte dos pais. Diz que a mãe sai aos finais de semana e quando era pequena o pai era quem saía muito e não lhe dava a devida atenção. Melissa é acompanhada pelo CAPSi, unidade de saúde mental localizada em Niterói, fazendo uso de medicação. O relatório da unidade aponta como hipótese diagnóstica transtorno depressivo e transtorno não especificado de personalidade. Diz ouvir vozes e desde pequena viveu episódios de agressão na escola e em casa com o pai e com o irmão. É acompanhada pelo Núcleo de Saúde Mental da unidade CENSE PACGC, articulado com o atendimento do CAPSi devido tratar-se de caso grave. Ato infracional relacionado à bullying sofrido. Foram localizados registros de uso de cigarro, álcool, maconha e loló por parte da adolescente. Os pais se revezam na visita e adolescente se queixa de não poder receber visita de outros parentes.

Apesar do perfil das 06 meninas entrevistadas constarem do quantitativo de 19 meninas privadas de liberdade no dia do trabalho de campo, teceremos a seguir um perfil apenas dessas meninas que aceitaram participar deste estudo.

A primeira questão a ser levantada é a raça/cor das meninas entrevistadas, na medida em que constava do roteiro de entrevista esta identificação, onde puderam se autodeclararem. O dado de raça se apresenta como um importante componente no processo de exclusão social, pois, a maioria das entrevistadas, ou seja, quatro meninas se autodeclararam como pardas e negras. Em relação às demais meninas que se encontravam na unidade, não foi possível coletar este dado, através dos registros em prontuários, pois não constava tal informação. De acordo com o movimento negro, perguntar sobre a

raça é de grande valia para o mapeamento da população negra, tida como maioria em condição precária de trabalho e de sobrevivência, de modo a fundamentar as pautas de reivindicações do movimento social. Os roteiros de levantamento dos dados desta pesquisa atendiam a este indicativo, porém, ainda é necessário o estabelecimento de estratégias para melhor internalização desta diretriz em setores específicos da sociedade.

Em relação à orientação sexual, temos os seguintes dados: 03 meninas se declararam heterossexuais, 01 homossexual, 01 transexual e 01 bissexual. Porém, uma das meninas que é do sexo masculino não revelou a sua transexualidade, se autodeclarando heterossexual. São meninas que desafiam os padrões ditos normais, sendo relevante sinalizar o grande sofrimento contido nos relatos das suas histórias de vida, pois enfrentam discriminações e intolerâncias por conta dessa orientação sexual, tanto na convivência familiar quanto na sociedade. O papel das políticas públicas no processo educativo e de desenvolvimento delas é fundamental, visto que podem contribuir com orientações, esclarecimentos e tratamento adequado e qualificado para essa população, evitando assim, determinadas situações de risco que as meninas acabam se colocando, pois buscam recursos na clandestinidade. O apoio à família também é uma demanda posta para que possam lidar com esta realidade de forma a propiciar relações mais afetivas, sem dominação e violência, como o relato de uma menina indica.

E eu tive acesso ao SUS que eu queria me.... eu queria me tratar direitinho com as minhas transições hormonais e lá eles não me acolheram, tipo assim, eles: "Ah, aqui não temos, aqui não podemos fazer isso e tal, fiquei eu com aquilo ali também. Foi quando eu pedi e eu tinha vergonha e eles já sabendo que é difícil a nossa sociedade, eles poderiam pelo menos ter me tratado com carinho, sabe: "Não, a gente não tem aqui", sabe? E eu sei que... não me orientaram. Pegaram: "Não tem aqui, só lamento" – e acabou. E aí eu falei: "Então vou me tratar com atenção hormonal própria, eu vou me 'hormonizar'". Eu me "hormonizei" em casa por conta própria mesmo (VIOLETA, 2021).

Trata-se de meninas com idade de 15 e 17 anos (03 meninas com 15 anos e 03 meninas com 17 anos). Em relação à escolaridade, a maioria das meninas estão no Ensino Fundamental (01 menina no 4º ano, 02 meninas no 6º ano e 02 meninas no 8º ano). Apenas uma delas cursa o segundo ano do Ensino Médio. Contudo, a maioria delas estava sem frequência escolar, ou seja, 02 meninas

estavam estudando antes de serem apreendidas, 03 meninas não estudavam e 01 não tinha informação. Ao ingressarem na Socioeducação 04 meninas estão frequentando a escola estadual que funciona dentro da unidade do DEGASE.

Os atos infracionais consistem em lesão corporal (01 menina), homicídio (01 menina), tráfico de drogas associado ao descumprimento de medida anterior (01 menina), tráfico de drogas (01 menina) e roubo (02 meninas).

Esse grupo de seis meninas também possuem a figura feminina como referência familiar, em sua maioria, ou seja: mãe - 03 meninas, mãe/pai - 01 menina, avó - 01 menina e irmão - 01 menina, evidenciando a mulher à frente das ações de cuidado na família, com ênfase para as mães, pois são elas que compõem essa maioria das mulheres.

A direção de que o atendimento das políticas públicas seja realizado no território de moradia precisa se efetivar em relação à Socioeducação, especialmente no que se refere ao feminino. O fato de ser um percentual pequeno de meninas em comparação aos meninos, faz com que este direcionamento não se efetive, prejudicando os encaminhamentos e a concretude das ações traçadas no Plano Individual de atendimento das adolescentes. urge estratégias que pensem sobre esta questão. Das 06 meninas entrevistadas, 04 residem em outro município, o que prejudica, especialmente, o acompanhamento da família em relação às medidas socioeducativas. Uma das meninas possui uma filha de 2 anos de idade e a residência em outro município prejudica a sua convivência com a filha.

A renda familiar é um dado que as meninas não possuem o domínio desta informação e nos prontuários também não constam. Nesse universo, a responsável familiar de 01 menina está desempregada, 02 não trabalham e 03 trabalham. 02 meninas não recebem visita. Apenas 01 menina teve o pai presente no seu desenvolvimento.

No que diz respeito ao trabalho, apenas 01 menina teve essa experiência e relata a falta de oportunidade de geração de renda como motivo para a sua inserção no tráfico de drogas, pois foi a alternativa que encontrou para obter recurso para se manter.

A sexualidade é um elemento que merece destaque nessa análise, como dito anteriormente. Contudo, um outro componente que também é fundamental é o comprometimento da saúde mental, tanto da família quanto das meninas. Ela favorece fatores como negligência, vulnerabilidade, abandono que implicam diretamente nas suas condições de vida. A saúde mental é difícil de ser identificada, especialmente nas classes mais pobres.

3.3- As narrativas das meninas

3.3.1- O significado do cuidado para as meninas

É importante enfatizar que após a autorização para iniciar o trabalho de campo somente foi possível a aproximação com as meninas na última semana do mês de outubro, praticamente. O que demandou agilidade para a sistematização dos dados e realização das análises.

Sendo assim, com o objetivo de aprofundar o objeto do presente estudo, as entrevistas buscaram identificar o significado que o conceito de cuidado tem para as meninas privadas de liberdade. Neste sentido, foi possível identificar que das seis meninas entrevistadas, 03 meninas não conseguiram explicar o seu entendimento sobre o tema, sinalizando:

*Como assim? Não entendi (Margarida, 2021);
Cuidado? (Jasmim, 2021);
Como é que tem sido tipo o que? (Melissa, 2021)*

Por outro lado, as outras 03 meninas apresentaram o seu entendimento sobre o cuidado, perpassando a questão da afetividade e da proximidade das relações familiares e mencionaram a preocupação com o outro e o autocuidado, demonstrando, como sinaliza Faleiros (2013), que as famílias atendidas pelas políticas públicas não buscam apenas a subsistência, pois as dimensões do cuidado levantadas pelas meninas fazem parte das relações humanas, como se pode observar nas seguintes falas:

Ah, eu acho que cuidado é uma coisa que, tipo assim, poxa, ela me pegou. Acho que cuidado é uma relação mais próxima, né? Uma relação mais próxima. Acho que é só (Rosa, 2021);

O cuidado é quando a gente tem o cuidado por alguém ou quando a gente se cuida mesmo. Pra mim isso é o cuidado, é a gente se cuidar ou cuidar do próximo. Esse é o meu significado do cuidado (Violeta, 2021);

Eu acho que é carinho, é amor, né? Você se preocupar com a pessoa, igual eu, tô com saudade da minha filha, eu me preocupo com ela, penso em ver ela, eu quero ir embora daqui. Só isso que eu acho (Dália, 2.021).

Outro dado revelou que as 06 (seis) meninas entrevistadas responderam que os cuidados por parte da família foram realizados no processo de desenvolvimento. Mesmo as meninas que não conseguiram definir seu significado avaliaram que o tiveram por parte da família. Interessante observar que 03 delas refletiram sobre a temática. Verbalizaram que puderam pensar, estando na condição de internação, que não compreenderam e nem aproveitaram esse cuidado ofertado, se colocando em situação de risco pessoal e social. Se elas alegaram terem sido cuidadas e mesmo assim estavam em situação vulnerável, que outros aspectos podem ter interferido nesse processo? As questões de gênero, classe social e raça que interferem diretamente nas condições de vida das famílias podem ser os elementos que justificam a realidade das meninas na privação da liberdade?

Sim, mas eu que fui a errada de fazer coisa errada, de tá aqui, porque minha mãe sempre falou, minha mãe, ela se mudou do Rio das Pedras também por causa que eu tava fazendo muita besteira [...] (Margarida, 2021).

Eu me senti cuidado, tentaram me ajudar, mas tipo assim, cada um tem o seu cuidado diferente, não era igual, cada um cuidava da forma que poderia cuidar, da forma que achava que era o certo (Violeta, 2021).

Foi bom. Minha mãe cuidou de mim também. Só que eu “descabecei”, né, aí “deu ruim” (Dália, 2021).

Contudo, uma delas, ao mesmo tempo que diz ter sido cuidada, diz que faltou o cuidado, pois entende que a maior proximidade dos seus pais no que se refere a atenção dispensada por eles, não se efetivou. Ela expressou esse sentimento em relação aos pais, da seguinte forma:

Ah, meus pais me cuidaram bem, só que tipo, eles às vezes eram muito ausentes e eu tive que parar aqui pra eles me darem mais atenção; ele é quem ficava com a gente, tipo assim, mas só quando era pequena que ele saía muito e ele não tinha tempo pra mim; sabe, eu acho um pouco que faltou cuidado, porque eu só queria mais um dia com eles (Melissa, 2021).

E uma outra, apesar de ter tido algum suporte do pai, demonstrou muito ressentimento da mãe, dizendo:

Se for esperar algo daquela ... vou ficar praticamente morta (Jasmim, 2021).

Diante dos dados, foi possível observar que a metade das meninas relacionam o cuidado com a dimensão do tempo, energia, compromisso e obrigações para a manutenção da vida (ARRUZZA et al, 2019). E nos remete a pensar sobre as inseguranças, medos, sofrimentos que fazem parte do cotidiano da vida humana, estimulados pela lógica do capital e que afetam diretamente os direitos humanos das meninas - democracia, participação, equidade (FALEIROS, 2013) e interferem diretamente na sua liberdade.

3.3.2- Visão sobre o papel do Estado no cuidado

A partir das respostas dadas pelas meninas nas entrevistas, foi possível analisar as narrativas que se apresentaram a partir das questões levantadas no roteiro de entrevista, sendo apresentadas a seguir.

Em relação ao Estado poucas meninas entrevistadas o reconhecem no seu papel de ofertar condições para que as relações de cuidado possam se estabelecer na família. Sendo assim, 02 meninas entendem que o Estado não cumpre o seu papel, 02 entendem que cumpre o seu papel, 01 que cumpre algum papel e 01 não sabe responder.

Neste item, a maioria das meninas falam das questões mais concretas que lhes fazem falta no dia a dia. Nem todas demonstram clareza em relação ao papel do Estado e apenas uma menina parece questionar esse papel. Contudo, pelas falas, podemos observar que elas entendem que o Estado deveria ser um espaço de proteção social.

Elas falam das dificuldades relacionadas ao atendimento da área da saúde de modo geral e referente a saúde sexual neste item. Relatam sobre as dificuldades de acesso à escola e sobre a exposição aos riscos sociais, conforme abaixo:

Pra.... os médicos nem liga, nem liga, sempre quando a gente vai no médico tem que ficar o dia todo pra ser atendida. O negócio do Bolsa Família sempre dá problema, minha mãe sempre tem que tá vendo. Negócio de escola é muito difícil também, arrumar vaga, essas coisas, ainda mais que ela tem três filhos. Eu vejo a dificuldade na minha mãe, eu vejo (Margarida, 2021).

eu queria me tratar direitinho com as minhas transições hormonais e lá eles não me acolheram, tipo assim, eles: “Ah, aqui não temos, aqui não podemos fazer isso e tal, fiquei eu com aquilo ali também. Foi quando eu pedi e eu tinha vergonha e eles já sabendo que é difícil a nossa sociedade, eles poderiam pelo menos ter me tratado com carinho, sabe: “Não, a gente não tem aqui”, sabe? Pegaram: “Não tem aqui, só lamento” – e acabou. E aí eu falei: “Então vou me tratar com atenção hormonal própria, eu vou me ‘hormonizar’. Eu me “hormonizei” em casa por conta própria mesmo (Violeta, 2021).

Não. Porque se cumprisse não estaria ninguém roubando ou algo do tipo porque a maioria das vezes a pessoa nem rouba porque quer, mas sim porque precisa. Então, tipo, com certeza não (Jasmim, 2021).

Olha, eu não sei. É....simplesmente não sei (Melissa, 2021).

Destacar as meninas que consideram que o Estado cumpre seu papel é importante, pois se posicionaram conforme as falas a seguir:

Olha, eu não tenho o que reclamar do Estado lá da minha cidade não. Lá é tudo direitinho (Rosa, 2021).

Eu acho que sim, mas eu não quero tá aqui, né, quero embora, já tá na hora de eu ir embora já (Dália, 2021).

Quanto aos cuidados sob o aspecto da corresponsabilidade do Estado, tendo a instituição DEGASE como sua representação, apenas uma menina falou sob a perspectiva das questões negativas e positivas, como a seguir:

Quando eu cheguei aqui as meninas me trataram tão bem que eu nem vi isso aqui como uma cadeia quando eu cheguei aqui no primeiro dia, pra ser sincera, que elas, tipo, elas me trataram de uma forma que eu falei: “Caramba, aí, nem parece...”. Me tratam bem, perguntaram se eu tava precisando de alguma coisa, me deram comida quando eu cheguei aqui, me deram roupa nova, me deram cobertores novos, tudo direitinho. Só que a gente, quando a gente tá na cadeia, a gente enlouquece um pouco, né? [...] Eu aqui dentro, por conta de todo esse período, acabei dando surto aqui dentro, acabei quebrando ventilador, acabei quebrando um monte de coisa, tentei me matar e foi isso tudo o que aconteceu aqui dentro. Mas fora isso aqui eu tô sendo bem tratada, agora eu tô sendo... eles tão me tratando agora.... tão cuidando do meu psicológico, ontem mesmo eu fui pro psiquiatra e agora eu vou tomar remédio controlado, certinho, contra a minha ansiedade, contra a minha depressão e é isso, eles tão me tratando agora da forma que tem que ser tratada (Violeta, 2021).

3.3.3- A referência de cuidado das meninas

A presente pesquisa procurou compreender sobre quem cuida no âmbito das relações familiares, no período de desenvolvimento das meninas. Dessa

forma, foi possível observar que as mulheres, majoritariamente, cumpriram essa função. Os dados abaixo demonstram que elas são responsáveis por cuidar de 05 (cinco) meninas, sendo apenas 01 (uma) cuidada pelo pai. Destas, 02 (duas) meninas têm a figura masculina dividindo com as mulheres tal responsabilidade. Comprovando assim, conforme Arruza et al (2019), que o cuidado é feminino e realizado sem remuneração.

No que se refere ao cuidar no período de cumprimento da Medida Socioeducativa - MSE, tem-se os dados de que 05 (cinco) meninas estão sendo acompanhadas por mulheres e dentre estas, 02 (duas) meninas possuem a figura masculina junto com a mulher. As falas mostram também que 01 (uma) menina não possui acompanhamento da família. O cuidado das meninas pela família nesse período de internação se expressa através das visitas presenciais, contatos por telefone, chamadas de vídeo e atendimento com o técnico responsável pelo seu acompanhamento na unidade sempre que possível. Observa-se que as famílias se desdobram para se fazerem presentes no acompanhamento e cuidado das meninas.

Já o cuidar pelo Estado/DEGASE é insuficiente, tendo em vista que a descentralização do atendimento como diretriz preconizada na legislação, de promover o atendimento no território de moradia para viabilizar a participação e convivência familiar e comunitária, não vem sendo cumprida no tocante ao atendimento feminino. A recente violação de direitos por parte de agentes do Estado, embasadas pela hegemonia masculina e hetero, coloca em evidência a ausência de cuidado por parte da instituição que não possibilitou proteção social a essas meninas no tocante à sua integridade física e emocional. Em que pese os esforços realizados pela gestão atual neste sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a existência de uma legislação nacional e internacional que fundamenta a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, incluindo em suas diretrizes ações voltadas para a autonomia e protagonismo juvenil, especialmente quando se trata de execução de medidas socioeducativas.

É responsabilidade do Estado a criação e organização de programas, projetos e ações que atuem diretamente no apoio e enfrentamento das dificuldades das famílias, especialmente as responsáveis pelas meninas na Socioeducação. Neste sentido, a partir dos achados deste estudo, observamos que poucas meninas reconhecem o Estado nesta função de cuidar.

No que se refere ao objetivo geral deste estudo podemos dizer que os achados da pesquisa nos permitiram atingi-lo, na medida em que, a metade das meninas, expressa em suas falas, que entende o cuidado como uma relação de afeto e de proximidade das relações familiares. E levantam a questão do autocuidado e da preocupação com o outro como fundamentais. Ou seja, as meninas destacam dimensões relacionadas as relações humanas e não mencionam neste aspecto os recursos financeiros para sobrevivência das famílias.

Um número significativo de mulheres responsáveis pelo acompanhamento das meninas no CENSE PACGC, residem em outros municípios. Este é um dado indicativo de que a descentralização do atendimento precisa se efetivar rapidamente, pois a distância, prejudica o acompanhamento familiar na privação de liberdade.

A ausência de alguns dados nos prontuários das meninas nos permite sugerir a organização de um prontuário mais robusto de acompanhamento na unidade, o qual permitiria traçar um perfil mais completo das meninas atendidas na unidade.

Os dados levantados propiciam a compreensão da importância das famílias na sua diversidade e especificidade. Nesse sentido, o Programa de Atenção às Famílias do DEGASE, recentemente implementado na instituição, em nossa avaliação, é uma estratégia importante no fortalecimento do cuidado. Uma ação importante deste programa foi a realização da pesquisa “Famílias no DEGASE” a qual apontou resultados indispensáveis para o alcance dos seus

objetivos, pois a partir dos dados de realidade obtidos é possível tecer ações e estratégias direcionadas às especificidades do público do DEGASE.

Questões relacionadas às desigualdades de gênero, de raça e as situações de vulnerabilidade e pobreza impactam nas condições de vida das famílias e interferem no cuidado das meninas, no seu desenvolvimento e na privação de liberdade. Investir esforços para o fortalecimento dos vínculos familiares, esgarçados com tantas dificuldades vividas no cotidiano, é imperioso. A ausência do pai no atendimento socioeducativo é outro dado relevante que também merece a atenção do programa institucional direcionado às famílias no DEGASE.

O estudo em pauta identificou, a partir das falas das meninas, um sofrimento importante que as acomete na privação de liberdade, tanto pelo confinamento quanto pelo afastamento das famílias. Este fato nos indica a importância das diretrizes legais que embasam a Política para Infância e Adolescência, primando pelo fortalecimento da proteção integral e dos vínculos de afetividade em substituição às práticas de institucionalização, e demarca ainda uma maior necessidade desse espaço de privação de liberdade se constituir enquanto espaço de cuidado.

Uma outra situação que merece destaque é a demanda das meninas transexuais em relação ao tratamento especializado e hormonal, pois precisam encontrar suporte na rede pública de saúde objetivando que não recorram à clandestinidade desse tipo de atendimento. Estar em uma unidade que deveria ser de cuidado e proteção, como estas questões estão sendo vistas no acompanhamento da MSE?

Deste modo, a desatenção para algumas questões acima sinalizadas por parte da Socioeducação caracteriza que o cuidado das meninas no período em que estão institucionalizadas não tem sido exercido pelo Estado de forma eficaz. Garantir direitos fundamentais no âmbito da promoção e proteção social, além de impedir que novas situações de violência e violações de direitos dentro da unidade ocorram, faz parte da sua responsabilidade maior, pois tem sob sua tutela meninas menores de dezoito anos de idade. Cabe ainda sinalizar que a justificativa de que o quantitativo de meninas é menor que o de meninos (como explicitado anteriormente) pode definir a concentração de esforços do Estado

para solucionar problemas de maior amplitude. Tal estratégia interfere na visibilidade do feminino no contexto da Socioeducação?

Mas afinal, o que leva as mulheres, especialmente as mães, em sua maioria a cuidar das suas filhas, sobrinhas, netas na privação de liberdade?

O cuidado tem sido uma tarefa e uma responsabilidade realizada pela maioria de mulheres, conforme os dados encontrados nas entrevistas e no levantamento dos prontuários e, socialmente construído. As famílias são representadas por mães, avós e tias que assumem essa importante função tanto no desenvolvimento das meninas quanto na medida socioeducativa. Dessa forma, reitera os estudos feministas referenciados neste trabalho. Com todas as dificuldades que elas vivenciam elas resistem às formas de opressão decorrentes da classe social da qual fazem parte, das discriminações por raça e sexualidade, enfatizando a necessidade do conceito de interseccionalidade no confronto das desigualdades básicas, como define Crenshaw (2002).

A epistemologia feminista favoreceu em nosso estudo a visibilidade e a potência das mulheres na luta diária por seus direitos e pela sua afetividade, amor, solidariedade expressas nas relações de cuidado estabelecidas com as meninas na internação, nos permitindo afirmar que as famílias não podem ser culpabilizadas pela condição vulnerável em que se colocam as meninas. A ausência de acesso a bens, serviços e políticas públicas atravessam a realidade das meninas e das suas famílias numa trajetória com poucas perspectivas de melhora, visto que o Estado, na atual conjuntura, atua no esvaziamento destas políticas e na redução dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos. Nesta direção, podemos pensar que as políticas públicas devem cuidar tanto das meninas quanto das famílias porque cuidar das famílias seria também proporcionar o cuidado das meninas.

No entanto, contraditoriamente, foi possível observar alguns avanços recentes importantes na unidade, como a equipe majoritariamente composta por mulheres que, embora não garanta a proteção, reduz o risco de exposição das meninas a certos tipos de violência marcadamente com recorte de gênero, como a sexual, por exemplo. Outro aspecto importante na unidade feminina é o acolhimento de meninas que se declaram transexuais na unidade que corresponde à sua identidade de gênero.

A ida ao campo foi um grande desafio, especialmente pelas dificuldades no processo de autorização da pesquisa e pelo contexto de crise sanitária decorrente do novo coronavírus - COVID -19, que, por si só, já provoca tantas inquietações.

Os achados da pesquisa foram muito significativos na compreensão da percepção das meninas sobre as questões do cuidado, que para elas passa, especialmente pela afetividade e necessidade de atenção que muitas vezes fica prejudicada pelas condições de vida das famílias impostas pela sociedade dividida em classes sociais, com desigualdades de gênero e racismo. Não tivemos a pretensão de elaborar um estudo conclusivo, visto que a realidade social é muito dinâmica e que muitos estudos ainda precisam ser realizados para o aprofundamento desta temática, tão importante para o desenvolvimento e proteção das meninas, como podemos identificar nas falas de Melissa:

Estão bem tristes. Eles às vezes me visitam... eles me visitam toda semana porque senão eu enlouqueço (se emociona) (MELISSA, 2021).

Mas, tudo o que eu queria era tá na minha casa (MELISSA, 2021).

Sendo assim, encerramos nossas reflexões ressaltando que o cuidado das meninas possui uma relação direta tanto com o bem-estar físico, quanto com o emocional delas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, GS **Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais**. Revista Katálysis. Florianópolis, v.23, n.3, p 72—73, 2020

ANUNCIATA, C. **Ao encontro dos meninos: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994- 2002)**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROS, NV (org.). **Famílias no DEGASE: retratando o projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro, 1. ed. 2020.

_____. **Relatório Final do Projeto Famílias no DEGASE: famílias dos adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo nos diferentes territórios das unidades do DEGASE**. Rio de Janeiro, 2020.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: II a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo, Ed. Difusão Europeia, 1967, 2 vol.

BOFF, L **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Petrópolis, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Comissão dos Direitos e do Adolescente, 2009.

BRASIL. Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Presidência da República. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Pesquisa de Avaliação do SINASE. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Pesquisa de Avaliação do SINASE. **Levantamento Anual SINASE 2020**. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE. Brasília-DF, CONANDA, 2006.

CARLOTO, CM. **Gênero, políticas públicas e centralidade nas famílias**. Revista Serviço Social e Sociedade Rio de Janeiro, n.86. P. 451-471; 2006

CARLOTO, CM e MARIANO, SA. **Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família**. Estudos Feministas. Florianópolis, 17 (3) 2009.

DEGASE. Coordenação de Medidas Socioeducativas-CEMSE, 2021.

CONANDA. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária / Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília – DF, 2006.

CORREA, S. **A categoria mulher não serve mais para a luta feminista**. Entrevista. SUR Revista Internacional de Direitos Humanos, v.13, n.24, 2016.

COSTA, ACG. **Natureza e Essência da Ação Socioeducativa**. Belo Horizonte, 2006.

CRENSHAW, K. **Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Los Angeles, Florianópolis ano 10, p. 171-188, 2002.

COSTA, SM **Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**, Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 2. 2002.

DAVIS, A. E KLEIN, N. **Construindo movimentos** [recurso eletrônico]: uma conversa em tempos de pandemia; tradução Leonardo Marins. - 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

DUARTE, JF **Meninas e território**: criminalização da pobreza e seletividade jurídica. Editora Cortez São Paulo, 2018.

DUARTE, R **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2002.

FALEIROS, VP. **Desafios de cuidar em Serviço Social**: uma perspectiva crítica. Revista Katálysis, Florianópolis, V. 16, 2013.

FERNANDES, FMB et al. **Subsídios para a construção de projetos em pesquisa social**: reflexões epistemológicas e metodológicas. In Saúde Debate. Rio de Janeiro, V.41, 2017.

FONSECA, C. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, 2005.

FREITAS, RCS. **Mães de Acari preparando a tinta e revirando a praça: um estudo sobre mães que lutam**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, R; BARROS, N. “**O enfrentamento à violência contra mulheres – Universidade e Redes**”. Estudos de Gênero - Diversidade de Olhares num mundo global (org.) TORRES, A; COSTA, D; CUNHA MJ, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2018.

GIL, AC. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, TMT. **A família na Socioeducação no contexto da pandemia – algumas reflexões**. In: Anais do 1º Simpósio UFF de Política Social: Direitos sociais frente aos desafios da conjuntura em tempos de Covid-19. Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2020.

GUIMARÃES, RF. e ALMEIDA, SCG. **Reflexões sobre o trabalho com famílias**. In: Famílias: redes, laços e políticas públicas / VITALE, M. A. F. e A. COSTA, A. R. 6 ed. São Paulo. Editora Cortez/Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais, PUC. SP, 2015.

GUIMARÃES, NA; HIRATA, SH; SUGITA, K. **Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão**. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro v.1 (1) p.151-180. 2011

HIRATA, H. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. Análise Nº 7, 20 p., 2015 disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>.

_____. **O desenvolvimento das políticas de cuidados em uma perspectiva comparada: França, Japão e Brasil**. Revista Políticas Públicas, São Luiz Número Especial. p 283-290, 2014.

_____. **Gênero, Raça e Classe: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. pp. 61-73,2014

_____. **O Trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão**. SUR, v.13, n.24, p 53-64, 2016.

IANNI, O. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, 2011.

KETZER, P. “**Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações**”. Revista Argumentos, ano 9, n. 18. Fortaleza, p. 95-106, 2017.

Lei 13257/2016 - [.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm) acessado em 05/11/2021.

- LOURO, GL. **“Uma epistemologia feminista”, Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 6ª ed. Petrópolis, ed. Vozes, 1997.
- LYRA, J et al. **Homens e cuidado: uma outra família?** In: Família: redes, laços e políticas públicas/ Maria Amália Faller Vitale, Ana Rojas Acosta, (org.). 6.ed. São Paulo. Cortez/ Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais, PUC-SP, p. 91-107, 2015.
- MARTIN, E. **O óvulo e o espermatozoide: como a ciência construiu um romance baseado em papéis estereotípicos macho-fêmea**. Tradução de Fernando Manso. Texto original: MARTIN, Emily. “The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles”. In: KELLER, EF., e LONGINO, HE. (eds.). *Feminism and Science*. New York: Oxford University Press, p.103-120 1996.
- MEDEIROS, IC. **“Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: o processo de formulação para a agenda governamental no Estado do Rio de Janeiro (1986-2006)”**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC-Rio, 2012.
- MEDEIROS, L; FREITAS, R. **“Por onde caminhamos até chegar aqui”**. Revista O Social em Questão. Rio de Janeiro, ano 20, n. 38, p.9-20, 2017.
- MENDES, CSJ; ELIONALDO, F. **Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2019.
- MINAYO, MCS (org.); DESLANDES, SF; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes; Petrópolis, RJ, 2016.
- MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6 ed., Abrasco. São Paulo, 1999.
- MOTTA, ICR. **Em nome do filho! Um estudo sobre o movimento de “mulheres guerreiras”: Mães dos meninos do DEGASE**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.
- MULLER, CM. **Socioeducação: fundamentos históricos, conceituais e seus reflexos no cumprimento das medidas socioeducativas no Brasil**. Estudo de caso. Lumem Juris, Rio de Janeiro, 2019.
- NAPOLIÃO, P, MENEZES, F e LYRA, D. **Ganhar a vida, perder a liberdade - tráfico, trabalho e sistema socioeducativo**. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro, 2020.
- OLIVEIRA, AC e MIOTO, RC. **Famílias, cuidados e políticas públicas**. In: Revista O Social em Questão, nº 43, Rio de Janeiro, 2019.

PASSOS, RG. “**Entre o assistir e o cuidar**”: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro, *Em Pauta*, n. 40, Rio de Janeiro, 2017.

_____. Nossos passos, percursos e teorizações sobre trabalho, cuidado e care uma breve apresentação. In: *Assistência social, trabalho e care social: implicações e desafios*. Rachel Gouveia (org.), UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, MBBA et al. **Programa de Atenção às Famílias do DEGASE**. Rio de Janeiro: DEGASE, 2016.p.21.

RAGO M. **A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si, e invenções da subjetividade**. Campinas – SP, Ed. Da UNICAMP, 2013.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, TS. **É sempre assim, tudo sou eu!** Cuidado, Gênero e Famílias. *Revista O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n.43 p. 4-46, 2019.

SANTOS, AC. **Perspectiva ativista. “Entre a academia e o ativismo:** Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 2006. Disponível <https://journals.openedition.org/rccs/867>

SANTOS, BS. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, **Revista Novos Estudos**, n. 79, p. 3-46; 2007.

SARTI, CA. **Famílias enredadas**. In: *Famílias: redes, laços e políticas públicas* / VITALE, M. A. F. e ACOSTA, A. R. 6.ed. SP, Cortez/Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais, PUC SP, 2015.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, jul/dez, p. 71-99, 1990.

_____. **Os usos e abusos do gênero**. *Projeto História*, São Paulo, n.45 p 327-351, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. In G1. Globo: **STF determina fim da superlotação em unidades socioeducativas de cinco estados**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/22/stf-determina-fim-da-superlotacao-em-unidades-socioeducativas-de-cinco-estados.ghtml>. Acesso em 04 outubro. 2021.

TEIXEIRA, SM. **Políticas públicas para a família:** o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família. *Revista SER Social*, v. 12. N.27 p 63-87 Brasília, 2010.

TEIXEIRA, SM; CAMPOS, MS **Gênero, família e proteção social:** as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katálysis*. Florianópolis. 13. N.1 p 20-28, 2010.

TRINDADE, LFM. **Sistema Socioeducativo e Saúde Mental: Atenção aos adolescentes em privação de liberdade no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

VASCONCELOS, AS; OLIVEIRA, CA (orgs). **Caderno de Atribuições - O Trabalho do Serviço Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – DEGASE**. Rio de Janeiro, 2020.

VINUTO, J. et al. **No fio da navalha**: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. Plural. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia; USP. São Paulo, v 24-1 0.54-77, 2017.

STORNI, L; TOLEDO, H; e LEITE, J. **Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras**. Instituto Brasileiro de Administração Pública - IBAM e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Governo Federal. Rio de Janeiro, 2021.

WELZER, LD **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobias, Revista Estudos Feministas, ano 9, p.460-482, 2001.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

Data de entrada na unidade: _____

Idade: _____

Orientação sexual: _____

Expressão de gênero: _____

Raça/Cor: () Branca; (2) Preta; (3) Parda; (4) Amarela; (5) Indígena
(6) Não declarou: _____

Escolaridade: () Estudou; () Estava estudando; () Nunca estudou; () Está estudando na unidade de internação

Estudou até que ano/série?.....

Por que abandonou a escola?

MSE: _____

Com quem residia no momento da sua apreensão? _____

Quando for liberada da MSE vai morar com quem? _____

Renda da família: () Nenhuma () De 1 a 2 Salários-mínimos () 3 a 4 Salários-mínimos () Acima de 4 Salários-mínimos

É beneficiária de algum programa social? Sim () Não () Qual?

() Benefício de Prestação Continuada/LOAS

() Programa Bolsa Família

() Cartão Família Carioca

() Renda Melhor Jovem

() Não faz parte de nenhum

() Outro _____

Questões:

1- O que você entende por cuidado?

2- Você acha que o Estado cumpre com o seu papel de cuidar das crianças e dos adolescentes? Sim () Não () Por quê?

3- Quem cumpriu a função de cuidar no seu desenvolvimento, na sua experiência de vida? _____
E no cumprimento da MSE? _____

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina de Privação de Liberdade do DEGASE.

Pesquisadora Responsável: TANIA MARA TRINDADE GONÇALVES

Instituição a que pertence os Pesquisadores Responsáveis: DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - DEGASE.

Telefones para contato da Pesquisadora: (21)2334-6661 e (21)2332-7782

Nome _____ da _____ voluntária:

Idade: _____ anos

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa, em virtude de ser adolescente que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa na unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro / Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa - CENSE PACGC. A pesquisa é decorrente do Curso de Pós-Graduação em Política Social (mestrado), sob a orientação da Professora Rita de Cássia Freitas da Universidade Federal Fluminense.

A sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação ao cumprimento de sua medida socioeducativa.

A presente pesquisa objetiva analisar os significados do cuidado para as adolescentes privadas de liberdade no CENSE PACGC.

Caso você aceite o convite, será submetida aos seguintes procedimentos: será entrevistada pela pesquisadora responsável por esta pesquisa e responderá a um questionário anexado a este documento. Você tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que possa lhe causar constrangimento de qualquer ordem. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 1 (uma) hora de entrevista.

Os riscos relacionados com sua participação são: o da não confidencialidade sobre alguma fala durante a aplicação do questionário e o constrangimento em relação a alguma pergunta durante a resposta ao questionário. Tais riscos serão minimizados pelos seguintes procedimentos: a pesquisadora se compromete, sob pena de sofrer as devidas consequências legais, com o sigilo em relação a não identificar a adolescente frente às respostas obtidas. Quanto ao constrangimento em alguma pergunta, conforme dissemos anteriormente, o entrevistado tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que considere constrangedora. Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser uma contribuição nos seguintes termos: suas informações contribuirão para um conhecimento por parte dos usuários da Política de Atendimento Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro; contribuirá nos dados para o registro público no que concerne as adolescentes atendidas pelo DEGASE; acrescentará informações para a publicação de um estudo que ajude demais estudiosos em relação ao perfil das adolescentes do sistema socioeducativo e os significados do cuidado, bem como subsidiará as ações a serem desenvolvidas objetivando ampliação e qualificação dos serviços nas

Unidades, contribuindo para aprimorar o trabalho em todas as etapas da Socioeducação e na rede de atendimento que compõe o Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora (TANIA MARA TRINDADE GONÇALVES - Estrada das Canárias, 569 – Portão “B” – Galeão/Ilha do Governador _ Tel.: (21) 2334-6661), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

As participantes de pesquisa, e comunidade em geral, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou demais informações: e-mail: depe.esgse@novodegase.rj.gov.br; tel.: (21) 2334-6661.

Rio de Janeiro, de _____ de 2021.

TANIA MARA TRINDADE GONÇALVES (PESQUISADORA)

ADOLESCENTE (ENTREVISTADA)

ANEXO III - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 7 a 18 ANOS)

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina de Privação de Liberdade do DEGASE. Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora Tania Mara Trindade Gonçalves, com endereço à Rua Delaura Meyer, casa 69, Jacarepaguá, CEP 22.743-060, telefone (21)98798-2738, e-mail: taniatrin07@gmail.com, (inclusive para ligações a cobrar), e está sob a orientação da Prof.^a Rita de Cássia Santos Freitas, fone: (21) 98571-2925.

Você será esclarecida sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsáveis possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

A pesquisa tem como objetivo analisar os significados do cuidado para as adolescentes privadas de liberdade no CENSE PACGC. Contemplará as estratégias de revisão teórico-bibliográfica para conhecer o que existe e o que está sendo dito acerca do objeto, de pesquisa documental buscando o que existe de informações sobre o histórico de cuidado e familiar das adolescentes nos prontuários, além de informações que contribuam para a construção do perfil das mesmas e de entrevistas semiestruturadas.

Caso você aceite o convite, será submetida aos seguintes procedimentos: será entrevistada pela pesquisadora responsável por esta pesquisa e responderá a um questionário anexado a este documento. Você tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que possa lhe causar constrangimento de qualquer ordem. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 1 (uma) hora de entrevista.

Os riscos relacionados com sua participação são: o da não confidencialidade sobre alguma fala durante a aplicação do questionário e o constrangimento em relação a alguma pergunta durante a resposta ao questionário. Tais riscos serão minimizados pelos seguintes procedimentos: a

pesquisadora se compromete, sob pena de sofrer as devidas consequências legais, com o sigilo em relação a não identificar a adolescente frente às respostas obtidas. Quanto ao constrangimento em alguma pergunta, conforme dissemos anteriormente, o entrevistado tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que considere constrangedora.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser uma contribuição nos seguintes termos: suas informações contribuirão para um conhecimento por parte dos usuários da Política de Atendimento Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro; contribuirá nos dados para o registro público no que concerne as adolescentes atendidas pelo DEGASE; acrescentará informações para a publicação de um estudo que ajude demais estudiosos em relação ao perfil das adolescentes do sistema socioeducativo e os significados do cuidado, bem como subsidiará as ações a serem desenvolvidas objetivando ampliação e qualificação dos serviços nas unidades, contribuindo para aprimorar o trabalho em todas as etapas da Socioeducação e na rede de atendimento que compõe o Sistema Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações e entrevistas), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pela pesquisadora. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária. Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal

Fluminense (CEP FM/UFF), por e-mail ou telefone, de segunda à sexta, das 08:00 às 17:00 horas:

E-mail: etica.ret@id.uff.br

Tel./fax: (21) 26299189

(assinatura da pesquisadora)

ASSENTIMENTO DA MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIA

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo O CUIDADO COM AS MENINAS: Um estudo a partir da Unidade Feminina de Privação de Liberdade do DEGASE, como voluntária. Fui informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Rio de Janeiro, de _____ de 2021.

Assinatura: _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite da voluntária em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXO IV - DADOS PESQUISA FAMÍLIAS NO DEGASE. UFF/DEGASE

1- Distribuição de raça/cor por sexo do adolescente que estão cumprindo MSE nas Unidades do DEGASE/RJ.

Sexo dos adolescentes			
	Feminino	Masculino	Total
Branco	11	32	43
Preta	2	33	35
Pardo	6	76	82
Amarelo	0	2	2
Indígena	0	1	1
Não declarou	0	1	1
Total	19	145	164

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

2- Quantidades de adolescentes que residiam com a Mãe no momento da apreensão por sexo do adolescente

sexo do adolescente			
	Feminino	Masculino	Total
Sim	10	180	190
Não	9	41	50
Total	19	221	240

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

3- Quantidades de adolescentes que residiam com o Pai no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente		
Feminino	Masculino	Total

Sim	5	61	66
Não	14	130	144
Total	19	191	210

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

4- Quantidades de adolescentes que residiam com o Avô no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	3	20	23
Não	16	155	171
Total	19	175	194

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

5- Quantidades de adolescentes que residiam com o Avó no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	2	48	50
Não	17	135	152
Total	19	183	202

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

6- Quantidades de adolescentes que residiam com a Irmã no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	6	102	108
Não	13	92	105
Total	19	194	213

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

7- Quantidades de adolescentes que residiam com o Irmão no momento da apreensão por sexo do adolescente

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	4	103	107
Não	15	91	106
Total	19	194	213

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

8- Quantidades de adolescentes que residiam com outro parente no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	4	32	36
Não	15	142	157
Total	19	174	193

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

9- Quantidades de adolescentes que residiam com vizinho no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Não	19	168	187
Total	19	168	187

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

10- Quantidades de adolescentes que residiam com Amigo no momento da apreensão por sexo do adolescente.

Sexo do adolescente

	Feminino	Masculino	Total
Sim	0	6	6
Não	19	165	184
Total	19	171	190

Fonte: Pesquisa Famílias no DEGASE. UFF/DEGASE

ANEXO V - ROTEIRO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

PESQUISA DOCUMENTAL

DATA: TOTAL DE MENINAS NA UNIDADE: I IP ACAUTELADA:

MENINA: DATA DE ENTRADA: 1ª APREENSÃO: S / N

IDADE 1ª APREENSÃO:

1- Idade:

2- Raça/Cor: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Não declarou

3- Escolaridade: () Estudou () Estava estudando () Nunca estudou () Está estudando na unidade () Ano/Série: Por que abandonou a escola?

4- MSE: () INT () IP () ACAUTELADA

5- Ato Infracional:

6- Responsável Familiar: () Mãe () Pai () Avó/Avô () Tia/Tio

() Irmã/Irmão () Vizinha () Outro

7- Tem mãe? S/N Tem pai? S/N Conviveu ou convive com os pais? S/N

Tem irmãos/ãs? S/N Quantos? Tem companheiro(a)? S/N

Tem filhos? S/N Quantos?

8- Local de moradia: Tipo de moradia: Alugada/Própria/cedida

9- Quantas pessoas moram na casa? Quem?

10- Com quem residia no momento da apreensão?

11- Renda Familiar: () Nenhuma () De 1 a 2 SM () De 3 a 4 SM () Acima de 4 SM

12- Responsável Familiar trabalha? S/N Tem vínculo empregatício? S/N Qual atividade desenvolve?

13- É beneficiária de algum Programa Social?

BPC PBF Família Carioca Renda Melhor Jovem Nenhum
Outro

14- Quais as maiores dificuldades para a família em relação ao acompanhamento da adolescente no cumprimento das medidas socioeducativas?

15- Recebe visita na unidade? S/N De quem? Com que frequência?

16- Adolescente já trabalhou? S/N Onde?

17- Algum membro da família apresenta algum problema de saúde?

Sim Não Não sei Se sim. Qual?

Em tratamento: S/Não Onde?

18- Algum registro de violência dentro da família?

19- A família possui rede de apoio?

20- Observação: